

REVISTA
(CON) TEXTOS
LINGÜÍSTICOS

Universidade Federal do Espírito Santo
Reitor: Rubens Sérgio Rasseli
Vice-Reitor: Reinaldo Centoducatte

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Pró-Reitor: Francisco Guilherme Emmerich

Centro de Ciências Humanas e Naturais
Diretora: Lílian Coutinho Yacovenco
Vice-Diretora: Marta Zorzal

Departamento de Línguas e Letras
Chefe: Luis Eustáquio Soares
Subchefe: Lillian Virgínia DePaula Filgueiras

Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos
Mestrado em Estudos Lingüísticos
Coordenadora: Virgínia Beatriz Baesse Abrahão
Coordenadora Adjunta: Maria da Penha Pereira Lins

Conselho Editorial:

Hilda de Oliveira Olímpio, Lúcia Helena Peyroton da Rocha, Maria da Penha Pereira Lins, Lílian Coutinho Yacovenco, José Augusto Carvalho, Júlia Maria da Costa de Almeida, Luciano Vidon, Virgínia Beatriz Baesse Abrahão.

Conselho Consultivo:

André Valente (UERJ), Antônio Suárez Abreu (UNESP), Ingedore Grunfeld Vilaça Koch (UNICAMP), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria da Conceição Paiva (UFRJ), Marília Blundi Onofre (UFSCAR), Marta Scherre (UNB)

Editores:

Lúcia Helena Peyroton da Rocha e Maria da Penha Pereira Lins

REVISTA (CON) TEXTOS LINGÜÍSTICOS

nº 1
Vitória
2007

ISSN - 1982291X

R. (CON) TEX. LING.	Vitória	nº 1	p. 9 - 170	2007
---------------------	---------	------	------------	------

(C) 2007 dos autores

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de qualquer parte desta publicação, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Projeto gráfico: Lúcia Helena Peyroton da Rocha e Maria da Penha Pereira Lins

Capa: Maria da Penha Pereira Lins

editoração eletrônica: Alcino Garajau - Gráfica Lisboa

Catálogo: Ana Maria de Matos Mariani

Revisão: os autores

Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Departamento de Línguas e Letras

Centro de ciências Humanas e Naturais

Av. Fernando Ferrari nº 514, Goiabeiras – Vitória - ES

CEP: 29075910 - Telefax: (27) 33352801

www.cchn.ufes.br/ppgel - ppgel@cchn.ufes.br

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

REVISTA (CON) TEXTOS LINGÜÍSTICOS / Programa de Pós-Graduação em Estudos

Linguísticos: Mestrado em Estudos Linguísticos (PPGEL), UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS. – Nº 1 (2007)-. – Vitória : PPGEL, 2007- .
170 p. ; 22 cm.

Anual

ISSN

1. Linguística - Periódicos. 2. Análise do discurso - Periódicos. 3. Semântica - Periódicos. 4. Linguagem - Periódicos. I. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS: MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (PPGEL). II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais.

CDU: 81'1(05)

Rios sem Discurso
A Gabino Alejandro Carriedo

Quando um rio corta, corta-se de vez o discurso-rio de água que ele fazia; cortado, a água se quebra em pedaços, em poços de água, em água paralítica. Em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação dicionária: isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma comunica, porque cortou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria. O curso de um rio, seu discurso-rio, chega raramente a se reatar de vez; um rio precisa de muito fio de água para refazer o fio antigo que o fez. Salvo a grandiloquência de uma cheia lhe impondo interina outra linguagem, um rio precisa de muita água em fios para que todos os poços se enfrasem: se reatando, de um para outro poço, em frases curtas, então frase e frase, até a sentença-rio do discurso único em que se tem voz a seca ele combate.

João Cabral de Melo Neto



Sumário

Apresentação	09
Concretização de substantivos abstratos Lúcia Helena Peyroton da Rocha	11
Substantivos-suporte: uma visão lexicográfica Claudia Oliveira Maria Claudia de Freitas	25
O teor convencional do fenômeno lingüístico: quando o corpus fala mais alto Milena Uzeda-garrão	39
O léxico e o processamento de linguagem natural Aucione Smarsaro	49
Propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do léxico. Francisco S. Borba	55
Articulação de orações: uma questão sintática, semântica e discursiva Hilda de Oliveira Olimpio	69
Ação, agentividade e causatividade em estruturas oracionais de ação-processo Sebastião Expedito Ignácio	79
Um olhar sócio-cognitivista sobre locuções prepositivas e preposições Adrete Grenfell	87
O presente e o uso do presente Virgínia B. B. Abrahão	97
Os mecanismos enunciativos na dissertação Marília Blundi Onofre	111
Language acquisition, translation, and resistance to globalization Lillian DePaula	121
Gramaticalização de agora Maria da Penha Pereira Lins	135
De "vossa Mercê" a "cê": os processos de uma mudança em curso Edenize Ponzó Peres	155



APRESENTAÇÃO

Esta *REVISTA (CON) TEXTOS LINGÜÍSTICOS* nº 1 inaugura o registro da produção científica do recém-criado Mestrado em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Com esse propósito, abre um espaço para a um diálogo acadêmico, que possibilita o debate em torno de diferentes orientações teóricas, transitando desde os paradigmas relacionados com a descrição e a análise lingüística até às instigantes perspectivas do discurso e da análise textual.

Desse modo, contemplam-se, neste número, artigos que abordam desde questões relacionadas ao léxico, como "Concretização de substantivos abstratos", "Substantivos-suporte: uma visão lexicográfica", "O léxico e o processamento de linguagem natural", até assuntos mais relacionados ao discurso, como "Os mecanismos enunciativos na dissertação", "Gramaticalização de Agora" e "De 'vossa mercê' a 'ce': Os processos de uma mudança em curso", dentro das mais diferentes perspectivas teóricas.

São apresentados, ao todo, treze artigos, de autoria dos seguintes investigadores: Adrete Grenfell (UFES), Aucione Smarsaro (UFES), Cláudia Oliveira (IME), Edenize Ponso Peres (UFMG), Francisco da Silva Borba (UNESP), Hilda de Oliveira Olímpio (UFES), Lillian Depaula (UFES), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Maria Cláudia de Freitas (PUC-Rio), Maria da Penha Pereira Lins (UFES), Marília Blundi Onofre (UFSCar), Milena Uzeda- Garrão (PUC-Rio), Sebastião Expedito Ignácio (UNESP) e Virgínia Beatriz Baesse Abrahão (UFES).

Assim, a *REVISTA (CON) TEXTOS LINGÜÍSTICOS*, com essa conformação, instaura um espaço de interlocução entre pesquisadores da área da Lingüística, viabilizando um canal de discussões teórico-metodológicas relacionadas aos mais variados fenômenos da língua, apresentando-se, portanto, como de relevante contribuição na divulgação de estudos sobre a linguagem.

Lúcia Helena Peyroton da Rocha
Maria da Penha Pereira Lins



Concretização de substantivos abstratos

Lúcia Helena Peyroton da Rocha*

RESUMO

Tradicionalmente, os gramáticos sempre postularam a existência de duas grandes subclasses de nomes: os abstratos e os concretos, porém não estabeleceram quais são: (i) os critérios de diferenciação entre uma e outra subclasse; (ii) os critérios de concretização de nomes abstratos, etc. Dessa forma, apresentaremos os fatores que favorecem a passagem do abstrato ao concreto. Este estudo dos nomes abstratos que se concretizam se restringe à modalidade escrita do Português contemporâneo do Brasil. O material utilizado para análise é proveniente do Banco de dados do Centro de Estudos Lexicográficos (CEL) da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Câmpus de Araraquara e compõe-se das literaturas (romanesca, dramática, técnica, oratória e jornalística) e de edições da Folha de S. Paulo de 1994 a 1999. Apoiamos a nossa reflexão na Teoria de valências que Borba (1996) propõe para a Língua Portuguesa.

Palavras-chave: nome abstrato; nome concreto; valências; sintaxe; semântica.

RÉSUMÉ

Traditionnellement, les grammairiens ont toujours postulé l'existence de deux sous-classes de noms: les abstraits et les concrets. Néanmoins, ils n'ont jamais établis: (i) les critères de distinction entre l'une et l'autre sous-classe; (ii) les critères de concrétisation des noms abstraits, etc. Ainsi, dans ce travail, nous présenterons les facteurs qui favorisent le passage de l'abstrait au concret. Cette étude des noms abstraits qui se concrétisent se restreint à la modalité écrite du Portugais contemporain du Brésil. Le corpus utilisé pour cette analyse provient de la base de données du Centre d'Études Lexicographiques (CEL) de la Faculté de Sciences et Lettres d'UNESP – campus d'Araraquara – et il est composé des littératures (romantique, dramatique, technique, rhétorique et journalistique) et d'éditions de la Folha de S. Paulo de 1994 à 1999. Cette réflexion est appuyée sur la Théorie de Valences que Borba (1996) propose pour la Langue Portugaise.

Mots-Clés: noms abstraits; noms concrets, valences; syntaxe; sémantique.

Para Introduzir

Tradicionalmente, os gramáticos sempre postularam a existência de duas grandes subclasses de nomes: os abstratos e os concretos, porém não são claros os critérios que sustentam essa subcategorização.

Adotando um conceito de língua como sistema imutável, pronto, acabado e que as relações semânticas são aprioristicamente dadas, muitos gramáticos concebem o substantivo abstrato e o concreto como subclasses que existem no sistema como tais, independentemente do contexto. Daí ser comum dizer que um substantivo é concreto quando designa os seres propriamente ditos e, abstrato

* Professora doutora do departamento de letras da Universidade Federal do Espírito Santo.

quando designa noções, ações, estados, qualidades.

Rocha Lima (1998), por exemplo, quando aborda os termos integrantes da oração, em especial o complemento nominal, percebe que a noção abstrato / concreto não é bem resolvida à luz das gramáticas, por isso o autor elenca os dois exemplos a seguir, com um intuito de sugerir um caminho para o reconhecimento das duas subclasses: *abstrato/concreto* e, conseqüentemente, resolver a grande dificuldade que há também na identificação de adjunto adnominal x complemento nominal. Os exemplos que o autor exhibe são:

“a) A plantação de cana enriqueceu, outrora, a economia do país (complemento nominal: plantação tem aqui valor abstrato – ação de plantar, cujo objeto é ‘cana’).

b) Em poucas horas, o fogo destruiu toda a plantação de cana. (adjunto adnominal: já agora, ‘plantação’ é nome concreto e, portanto, intransitivo).” (1998, p. 242).

O “critério” apontado por Rocha Lima (1998) para o reconhecimento das funções do Sprep: de cana, em **a** e **b**, exige que se tenha um grande conhecimento sobre a questão também discutível da transitividade.

O que o autor afirma deve ser visto como um ponto de partida para uma análise mais apurada do deverbal: plantação.

Retomando os exemplos do gramático, em paráfrase, temos:

Plantar cana enriqueceu, outrora, a economia...

VTD OD

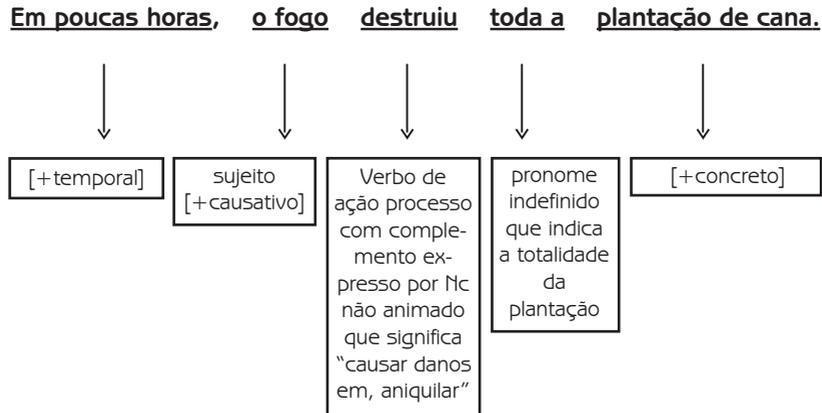
O plantio da cana enriqueceu...

A possibilidade de comutar o sintagma complexo plantação de cana por plantio (*abstrato de ação – ato de plantar*) versus a impossibilidade de comutá-lo por canavial (resultado do ato de) aponta para o traço abstrato na frase acima. (cf. a plantação de cana / o plantio / *o canavial enriqueceu o país...).

Além disso, *canavial* jamais poderia enriquecer, outrora [adv. de tempo: em outro tempo, antigamente] a economia do país. O verbo enriquecer, empregado no sentido “tornar rico ou opulento; dar riqueza”, juntamente com o sintagma complexo a economia do país, confirmam a impossibilidade de *o *canavial* enriqueceu a economia do país. Sendo assim, o canavial poderia ser sujeito do verbo enriquecer, mas numa outra ambiência, por exemplo, O canavial enriqueceu o fazendeiro, visto que canavial designa “1. extenso aglomerado de canas (‘planta’) em determinada

área; caniçal.” (Houaiss, 2001: 593) (grifo nosso).

Retomando o exemplo **b**, de Rocha Lima, (em poucas horas, o fogo destruiu toda plantação de cana), a marca de concretização não está no sintagma complexo plantação de cana, mas nos elementos contíguos a ele:



Em poucas horas, o fogo destruiu

toda a plantação de cana.

- O canavial inteiro
- A roça de cana inteira
- A lavoura de cana inteira
- * o plantio inteiro

Como se observa, não é possível: em poucas horas, o fogo destruiu o plantar cana, mas o canavial, no exemplo do DUP: ‘Beatrice e Bruno tinham-se embrenhado numa plantação de pessegueiros’, o deverbal plantação está realizado como locativo, e isso sinaliza favoravelmente o traço [+concreto] adquirido pelo deverbal.

O verbo embrenhar-se, aqui em sua forma participial ao lado do verbo ter, indica ação, constrói-se com sujeito agente e com locativo, significa entrar, meter-se, internar-se, introduzir-se, o que também confirma a concretização de plantação.

Beatrice e Bruno tinham-se embrenhado numa plantação de pessegueiros

- num canavial
- numa lavoura
- * num plantio

“Quando um derivado abstrato se especializa e se concretiza, é comum outro item do mesmo conjunto morfológico tomar-lhe o lugar primitivo: plantar > planta (Nc) > plantação (Na/Nc) > plantio.” (Borba, 1996).

A nossa proposta:

A partir da noção macro de linguagem, a língua passa a ser vista como uma

das formas de se organizar, efetivar, concretizar essa faculdade humana. Para descrever o mundo valemo-nos das categorias. Nesse sentido, o substantivo desempenha um importante papel, uma vez que por definição é uma forma de designar as coisas que estão no mundo. As coisas que estão no mundo podem ter existência física e tangível ou serem somente verificáveis em nosso pensamento.

Para Neves (2002, p. 67), "com efeito, o substantivo constitui uma designação potencial de entidades cognitivas e/ou culturais ("homem", "livro", "inteligência"), que possuem certas propriedades categorizadas no mundo extralingüístico".

Uma palavra, enquanto unidade lexical, apresenta um conjunto de propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas que lhe atribui diferentes graus de relevância. Tais particularidades só podem ser descritas adequadamente se considerarmos o comportamento das unidades lexicais em ocorrências reais de uso na língua, a partir de marcas lingüísticas que essas palavras adquirem nos jogos combinatórios.

Este estudo dos nomes abstratos que se concretizam se restringe modalidade escrita do português do Brasil. O material utilizado para análise é:

1. parte integrante do corpus do Dicionário de Usos do Português Contemporâneo do Brasil (de agora em diante DUP), de Borba et al. (2002).
2. textos extraídos do Jornal Folha de S. Paulo (doravante F5P), de 1994 a 1999, versão em CD-ROM.

Analisamos alguns nomes que são acolhidos no DUP como abstratos e que apresentam certas características que os tornam passíveis de concretização. Para tanto, partimos de alguns fatores concretizantes apontados por Bartining (1996) e por Defrancq e Willems (1996) para a língua francesa, e paralelamente, aplicamos seis testes evidenciadores do traço [+concreto] em substantivos abstratos da língua portuguesa.

Apresentaremos no quadro a seguir, de maneira resumida, os testes evidenciadores de concretização de nomes abstratos (Na):

TESTES APLICADOS EM Na > Nc
A. O verbo da frase inteira - observamos qual ou quais características tem o verbo do qual o item concretizado é argumento. O verbo <i>mostrar</i> , por exemplo, em sua primeira acepção, significa "fazer ver, expor à vista, exhibir", seleciona um sujeito <i>agente</i> e exige um complemento <i>concreto</i> . (Cf. <i>Mostre-lhe a edição em espanhol</i>). Sendo assim, levaremos em conta o verbo em seu uso prototípico literal.
B. O modificador adjetival - investigamos quais adjetivos e quais locuções adjetivas evidenciam a concretização dos Nas. O adjetivo <i>metálico</i> , por exemplo, é um classificador de nome concreto não-animado, significa "de metal" e, ao incidir, neste caso, diretamente sobre o N "estrutura", torna-o concreto, com o sentido de "armação; esqueleto".

<p>C. O suporte material – Para Bartning (1996) quando um item lexical está ancorado em um suporte material, adquire o traço [+resultativo], tornando-se assim um item concretizado. Esse teste também se aplica ao português, como mostraremos na análise dos substantivos construção e plantação.</p>
<p>D. Paráfrase aceitável do tipo [ce que] + Vbase - Defrancq e Willems (1996) entendem que para o deverbal ascender ao estatuto de concretização deve fazer parte da estrutura argumental do verbo do qual é derivado e responder a uma paráfrase aceitável do tipo [CE QUE] + Vbase (cf. <i>produção</i> “aquilo que se produz”; <i>construção</i> “aquilo que se constrói”; <i>edificação</i> “aquilo que se edifica”; <i>observação</i> “aquilo que se observa”).</p>
<p>E. Particularidades sintáticas dos deverbais concretizados – os <i>N_a</i> ao se enquadrarem nas estruturas que estão em (i) a. e b., ou funcionarem como aposto, concretizam-se:</p> <p>(i) a. A(s) + N_c + SPrep + para + SN versus b. A(s) + N_a + entre / com + Sn + Sn (exemplo: “as acomodações do hotel para hóspedes estão todas reservadas” – FSP - 13/09/03). Em contra partida, quando o nome <i>acomodação</i> se insere na estrutura b, adquire o traço [+abstrato], como podemos ver no excerto extraído do (DUP, 2002, P. 21): “a acomodação entre flamengos e brasileiros”. (HB).</p> <p>(ii) Aposição - O processo de <i>aposição</i> se dá quando um núcleo primário ou fundamental de um SM se une a um segundo SM, seu núcleo secundário. No caso dos apostos, há duas construções que apontam independentemente para o mesmo referente. Ex.: “(...) Elvis de Lima Xavier, 25, que descreveu a <u>Igreja dos Índios, uma construção de 1622</u>, perdida no meio do caos de São Miguel Paulista. Zona Leste de São Paulo (...)” (FSP - 20/12/98) (grifos nossos).</p>
<p>F. A combinação com estado de versus um tipo de -. este teste revelou que quando a relação do deverbal <i>acomodação</i> com seus argumentos aponta para o <i>estado de</i>, ele adquire o traço [+ abstrato] e quando aponta para o tipo de, o deverbal adquire o traço [+ concreto].</p>

A concretização dos substantivos *construção e plantação*

Neste artigo, em função do espaço de que dispomos, apresentaremos apenas a análise dos substantivos *construção e plantação*.

O verbete *construção* está consignado no DUP como abstrato de ação, nas acepções 1, 2 e 3 e como substantivo concreto, na acepção 4 e 5 :

CONSTRUÇÃO¹ *Nf* [**Concreto**] 4 edifício; edificação: uma bela construção situada na esquina de Timbiras e Paraíba (CF); O passado, às vezes representado por construções históricas, vai virando entulho (AM) [**Compl: de+nome**] 5 coisa construída; organismo: Não era propriamente um ser humano que eu tinha diante de mim, mas uma construção de massa amorfa e inchada (CCA).

¹ Na 1ª Semana de Pesquisa em Letras, mostramos a análise preliminar do verbete **Construção**, aqui estamos mostrando a análise final desse verbete.

Para explicar o contexto em que o item construção se concretiza, aplicamos os seis testes do quadro acima. Desses testes, quatro evidenciaram o traço [+concreto] adquirido pelo nome construção. São eles:

- A. O verbo da frase inteira.
- B. O modificador adjetival.
- C. O suporte material.
- E. Particularidade sintática dos deverbais concretizados.

A. O verbo da frase inteira

(1) destruída

"A primeira construção, de 1749, foi destruída por um incêndio em 1838. Até então, havia sido um templo ortodoxo, mas seus serviços religiosos foram gradativamente se liberalizando até que, em 1841, quando a segunda sinagoga (...)" (FSP – 28/09/98)

O verbo *destruir*, em sua forma participial destruída, indica ação-processo, com sujeito agente/causativo, com complemento expresso por nome concreto, significa "causar danos em, arruinar, aniquilar, arrasar".

(2) agüentar

"O muro foi construído há dez anos. Além das fortes chuvas, a construção não agüentou o peso de outras casas que foram erguidas irregularmente em cima do barranco", explicou o secretário." (FSP – 11/11/98)

O verbo agüentar indica processo e tem como sujeito o nome construção que, nessa combinatória, adquire o traço [+concreto]. O verbo significa, nesse contexto, "resistir; suportar".

(3) erigida

"Pelo menos um dos enigmas da pirâmide já foi solucionado: os cientistas encontraram em seu interior, há poucos dias, uma ossada humana, confirmando as suspeitas de que a construção foi erigida para servir de sepulcro." (FSP – 01/12/98)

O verbo erigir, empregado aqui em sua forma participial, numa estrutura de passiva, indica ação-processo, tem como complemento o deverbal construção, em posição de sujeito da passiva, que adquire o estatuto de nome concreto, porque indica "a coisa construída".

B. O modificador adjetival

(1) irregular

"Seis pessoas ficaram feridas após edifício de três pavimentos desmoronar em Salvador; a construção era irregular" (FSP – 22/10/98)

O adjetivo irregular, qualificador de nome concreto, significa "que não apresenta regularidade, que não é simétrico ou uniforme".

C. O suporte material

(1) na construção

“Cada suíte possui um nome de árvore diferente, de acordo com o material utilizado na construção.” (FSP – 23/11/98)

O item construção adquire o traço [+concreto] por funcionar como o próprio suporte material.

Conjunção dos testes A e B

(1) esconder e irregular

“Ainda hoje (ontem) deveremos demolir uma fachada que esconde uma construção irregular e que ameaça desabar”, disse José Roberto Casqueiro.” (FSP – 22/10/98)

O verbo esconder indica ação-processo e tem como complemento um nome concreto. Nesse contexto, significa “ocultar; encobrir, na segunda acepção do dicionário de Borba et al. (2002, p. 603).

O adjetivo irregular, qualificador de nome concreto, significa “que não apresenta regularidade, que não é simétrico ou uniforme”.

Conjunção dos testes A e C

(1) chama e no alto por todos os cantos de Cartagena.

“Mas o destaque do convento, uma antiga construção que chama a atenção no alto por todos os cantos de Cartagena, é mesmo o altar.” (FSP – 30/11/98)

O verbo chamar indica ação-processo, na primeira acepção do dicionário de Borba et al. (2002, p. 316), significa “atrair” e tem como sujeito o item construção, nome que se concretiza nessa ambiência.

O suporte material no alto por todos os cantos de Cartagena situa o nome construção num determinado lugar, evidenciando também o traço [+concreto] adquirido por esse nome.

Conjunção dos testes B, C e E

(2) perdida no meio do caos de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo.

Igreja dos Índios = uma construção de 1622

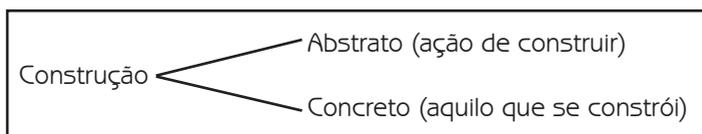
“No primeiro caso, por exemplo, está a dica de turismo enviada pelo vendedor desempregado Elvis de Lima Xavier, 25, que descreveu a Igreja dos Índios, uma construção de 1622, perdida no meio do caos de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo”. (FSP – 20/12/98)

O adjetivo perdida, classificador, que na sexta acepção do dicionário de Borba et al. (2002: 1186), significa “esquecida; desprezada” evidencia o traço [+concreto] do nome construção.

O SPrep de São Miguel Paulista localiza espacialmente o sintagma complexo a Igreja dos Índios que tem como co-referente o sintagma uma construção de

1622. Esse processo é conhecido como aposição e baseia-se na co-referência dos sintagmas envolvidos, uma vez que Igreja (nome concreto que significa “templo dedicado a culto cristão”) e construção (nome concreto que significa “edifício; edificação”) se referem à mesma “coisa construída”. Sendo assim, consideramos essa particularidade sintática, um expediente que evidencia a concretização do nome construção.

Para o item construção, há duas significações, como se vê a seguir:



Defrancq e Willems² (1996, p. 222) mostram que para “ascender ao status de concretização, o deverbal deve fazer parte da estrutura argumental do verbo do qual ele é derivado e responder a uma paráfrase aceitável do tipo [ce que] + Vbase: produção: “aquilo que se produz”; criação “aquilo que se cria”³; edificação “aquilo que se edifica”; fabricação – “aquilo que se fabrica”⁴; invenção – “aquilo que se inventa”.

Segundo os autores, comparando o exemplo de construção vs edificação, pode-se dizer que a polissemia (abstrato/concreto) não é sistemática, no francês, uma vez que os nomes deverbais sinonímicos não admitem, da mesma maneira, a concretização. Isso não se dá de forma automática, e é preciso descobrir quais fatores determinam tal possibilidade.

Para Defrancq e Willems, poder-se-ia crer, à primeira vista, que é a existência de um outro derivado concreto (edifício) que torna a concretização de edificação redundante, enquanto que construir não tem outro derivado, daí o nome construção que tanto exprime a ação quanto o produto da ação.

Na tentativa de estabelecer a estrutura sintática, na qual o item construção se insere, partiremos de sua significação abstrata, conforme está consignado no DUP, e chegaremos ao item concretizado:

Construção (Na)

1. edificação; fabricação: a construção de novos pavilhões em áreas... > construir novos pavilhões em áreas.

2. edificação; criação: sua tarefa é a construção do futuro > sua tarefa é construir o futuro.

Construção (Nc)

4. edifício; edificação: uma bela construção situada na esquina de Timbiras e Paraíba.

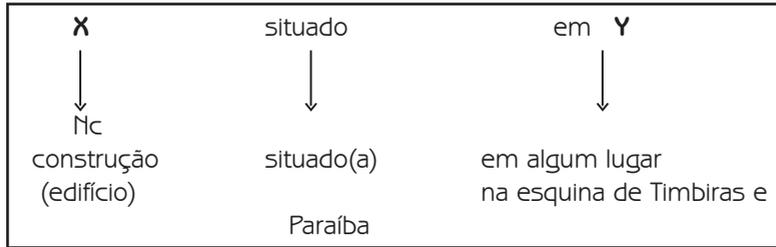
O deverbal construção, na frase “uma bela construção situada na esquina

² No artigo intitulado Do abstrato ao concreto: uma reflexão sobre a polissemia dos nomes deverbais.

³ No DUP se enquadra na 16ª acepção: (...) **produto acabado**.

⁴ No DUP está consignado na 5ª acepção, é “produto”.

de Timbiras e Paraíba”, passa de abstrato a concreto por estar numa ambiência em que a paráfrase **X** construir **Y** (= algo) é rejeitada em função de algo representar aqui a coisa acabada, pronta. Isso se confirma com a presença do adjetivo qualificador situado que, incidindo diretamente sobre o Nc (construção) com valor de: posicionado, exige um complemento locativo, no exemplo em questão: “na esquina de Timbiras e Paraíba”. Também ancora tal referência, especialmente como vemos a seguir:



Contrariamente, um adjetivo do tipo *bela* que antepõe-se ao deverbal construção em a *bela construção*, não garante a concretização do item, visto que podemos ter sua significação abstrata, na terceira acepção, cujo significado é organização sintática das palavras na frase: Essas construções típicas da língua oral, aparecem em obras literárias > Essas belas construções... belas equivalendo a perfeitas, em que teríamos as obras literárias contentoras de organização sintática perfeita, harmônica.

5. *coisa construída*; organismo: não era propriamente um ser humano que eu tinha diante de mim, mas uma construção de massa amorfa e inchada.



O sintagma preposicionado de massa amorfa e inchada evidencia a concretização do item construção. Isso se confirma também na presença de:

- massa = aglomerado de elementos que formam um conjunto em geral da mesma natureza;
- amorfa = sem forma determinada;
- inchada (qualificador de nome concreto) = que tem inchação; demasiado.

Passaremos à análise do nome *plantação*. Para tanto, recorreremos ao DUP que o consigna em seu uso concreto, como arrolado a seguir:

PLANTAÇÃO *Nf*

[Concreto] 2 grupo de vegetais cultivados; lavoura:

Beatrice e Bruno tinham-se embrenhado numa plantação de pessegueiros (ACM);
de manhã ajudava na plantação, de tarde ficava com a mãe (ATR)

Para explicar o contexto em que o item plantação adquire o traço [+concreto], aplicamos os seguintes testes, dos quais os três a seguir se mostraram mais produtivos:

- | |
|--|
| A. O verbo da frase inteira
B. O modificador adjetival
C. O suporte material |
|--|

A. O verbo da frase inteira

(1) atacar

"Quando um bicho ataca uma plantação, por exemplo, pode-se trazer o seu inimigo natural para combatê-lo." (FSP – 15/08/98)

O verbo atacar indica ação-processo, com sujeito agente/causativo, com complemento expresso por nome concreto, significa "danificar, destruir". Esse verbo seleciona um argumento concreto.

(2) visitar

"O presidente fez um roteiro especialmente preparado por Tasso Jereissati para mostrar a ele que a situação da seca no Ceará está sofrendo mudanças. Tão logo chegou, FHC visitou uma plantação perdida por causa da falta de chuvas. O milho e o feijão cresceram, mas secaram antes de produzir." (FSP – 05/05/98)

O verbo visitar indica ação, com sujeito agente, com complemento expresso por nome indicativo de lugar, significa "ir com frequência, adentrar e percorrer, vistoriar".

O adjetivo perdido é um qualificador de nome não-animado e significa "destruído; arruinado"; na décima quarta acepção. (DUP. 2002, p. 1186)

Conjunção dos testes A, B e C

(1) tem, irrigada e em assentamento

"Título: Líder de saque tem plantação irrigada em assentamento" (FSP – 24/05/98)

O verbo ter indica estado, estabelece a relação (possuidor/possuído), com sujeito inativo, com complemento expresso por nome, indica posse acidental ou transitória.

O adjetivo irrigado, classificador de nome concreto não-animado, significa "obtido por irrigação", em sua segunda acepção, do DUP (2002, p. 913):

O Sprep em assentamento é o suporte material que juntamente com as outras marcas lingüísticas apontam para a concretização do nome plantação.

Conjunção dos testes A e C

(1) caminha e por plantação em Korvin

"- Homem caminha com guarda-chuva por plantação em Korvin (Alemanha); obra intitulada "Venha 1998", da artista plástica alemã Mona Strehlow, representa a comunicação" (FSP – 05/05/98)

O verbo caminhar indica ação com sujeito agente e com complemento, apagável, de direção ou locativo, significa "pôr-se em movimento, locomover-se".

O deverbal plantação é o próprio suporte material, critério empregado por Bartning (1996) para indicar a concretização de nomes abstratos.

(2) ficar e ao lado de uma plantação de pêssegos

"Em 1980, em uma lavoura japonesa, agricultores notaram que alguns cachos começaram a nascer sem sementes. Eles verificaram que a lavoura ficava ao lado de uma plantação de pêssegos, que havia sido tratada com a estreptomomicina. Pommer diz que tomou conhecimento disso há dez anos, passando a desenvolver a técnica." (FSP - 19/05/98)

O verbo ficar indica estado, com sujeito inativo expresso por nome não-animado e com locativo, significa "permanecer, demorar-se". Dessa forma, o verbo, nessa acepção, aponta para um complemento locativo que é o próprio suporte material.

(3) colocadas e na plantação

"Foram colocadas 150 armadilhas contra roedores na fazenda e na plantação de milho, que fica a dois quilômetros do local". (FSP – 13/06/98)

O verbo colocar, em sua forma participial colocadas, ação-processo, com dois complementos; um complemento é um nome concreto, e o outro complemento é um locativo, significa "pôr; posicionar".

O segundo complemento do verbo colocar é o locativo na fazenda e na plantação, que são os verdadeiros suportes materiais, logo adquirem nessa ambiência o traço +concreto.

(4) caiu e sobre a plantação

"Um Airbus A310-200 da Thai Airways, com 146 pessoas (132 passageiros e 14 tripulantes), caiu sobre uma plantação a cerca de 3 km do aeroporto de Surat Thani". (FSP – 12/12/98)

O verbo cair indica processo, significa "ir ao chão; vir abaixo"(DUP, 2002: 255) e tem como locativo o Sprep sobre a plantação, em que o deverbal é o próprio suporte material.

Para não Concluir

A análise realizada revelou-nos que a questão sobre a oposição abstrato/concreto não se resolve facilmente, tanto que o estudo desse fenômeno tem-se estendido ao longo da história do pensamento Lingüístico, sem que apontasse resultados mais definitivos. Apesar disso, podemos verificar que algumas questões que

envolvem a identificação dos processos de abstratização e concretização dos nomes são comuns entre os estudiosos que se dedicaram, ou se dedicam, a esse assunto. É aqui fazemos referência a gramáticos e a lingüistas que abordam tal fenômeno, reconhecendo-o e procurando definir critérios para analisá-lo.

O reconhecimento dessa oposição abstrato/concreto sustenta-se na definição corrente que se tem desses nomes. Os concretos referem-se aos nomes que têm referente no mundo dos objetos, que têm existência própria; enquanto os abstratos, não tendo um referente, constituem-se em atos, eventos, estados relacionados a seres, coisas ou a estados de coisas. Porém, devemos considerar que há divergências em relação ao modo como se atribuem esses traços aos nomes. Assim, de um lado, há aqueles que fazem referência a palavras abstratas e a concretas, e, de outro lado, há aqueles que fazem referência ao contexto lingüístico responsável por validar traços abstrato e concreto.

A nossa reflexão vai ao encontro dessa segunda corrente que leva em conta o uso lingüístico, e portanto considera que o léxico não se define independentemente do contexto lingüístico. Sendo assim, não falamos em palavras abstratas ou palavras concretas, mas em uso abstrato ou uso concreto, visto que os traços [\pm abstrato/ \pm concreto] são adquiridos pelos itens lexicais, a partir de combinatórias sintáticas que apontam para um resultado semântico.

A proposição dos seis testes para análise dos dados evidenciou que o verbo da frase inteira foi o que mais condicionou a concretização dos nomes analisados. Há, de fato, em certos verbos, traços que a partir de combinatórias discursivas apontam para a obtenção do traço [+concreto].

Um outro teste que se mostrou bastante produtivo na análise dos dados foi o do modificador adjetival, uma vez que certos adjetivos dirigem para o concreto o nome com o qual eles se relacionam.

O nome construção, por exemplo, comporta-se como nome abstrato, na frase a seguir "a construção de novos pavilhões em áreas... », em função da característica semântica do Sprep « de novos pavilhões ». É dessa relação que nasce o sentido do nome construção (Na construção + de novos pavilhões = edificação).

Já no exemplo : uma bela construção situada na esquina de Timbiras, o nome construção adquire o traço [+concreto], materializando-se com um outro sentido. O fenômeno de concretização se dá em função de o adjetivo situada que, neste caso, incide diretamente sobre o nome construção ser um qualificador de nome concreto, cujo sentido é "posicionado".

Esses são exemplos de que a língua dispõe de marcas evidenciadoras dos traços [\pm concreto/ \pm abstrato] que os itens lexicais adquirem somente a partir das diversas possibilidades combinatórias.

Na aplicação dos testes, vimos que as marcas lingüísticas que determinam os traços [\pm concreto] são recorrentes, por isso é que, de aproximadamente dois mil nomes observados, consideramos suficiente a amostra analisada.

A análise desenvolvida sob essa perspectiva teórica pretende apontar um quadro das relações sintático-semânticas nas quais se inscrevem os nomes concretos. Uma vez que levamos em conta o emprego lingüístico, não pretendemos chegar a resultados definitivos, porém pretendemos mostrar que, ainda que se trate

de uso lingüístico, as regularidades podem ser consideradas.

Reconhecemos também que o fenômeno de concretização constitui, em lingüística, tema de riqueza inesgotável. O que atrai neste estudo se revela na multiplicidade de pontos de vista que a passagem de nomes abstratos a nomes concretos faz vir à tona. É se para Robert Martin os nomes abstratos são inexistentes pouco nos importa: por serem fantasmas eles não são menos um belo objeto de reflexão, sobretudo porque alguns materializam-se e tornam-se concretos, razão única deste trabalho.

Referências

ALONSO, M. **Gramatica del español contemporaneo**. 2.ed. Madrid: Guadarrama, 1974.

BARTNING, I. "Les nominalisations déverbales dans les SM complexes en de envisagées sous l'angle des traits processif et résultatif ainsi que de l'opposition abstrait/concret" (Actes du colloque de Dunkerque, 1992, Villeneuve d'Ascq), *Les noms abstraits: histoire et théories*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 1996, pp. 323-336.

BORBA, F. et alii. **Dicionário de usos do português do Brasil**. S. Paulo: Ática, 2002.

BORBA, F. et alii.. **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. S. Paulo: Unesp, 1990.

_____. **Uma teoria de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

DUBOIS, J. et alii. **Dicionário de lingüística**. S. Paulo: Cultrix, 1986.

FERREIRA, A. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio: Nova Fronteira, 1986.

GREVISSE, M. **Le bon usage: grammaire française avec des remarques sur la langue française d'aujourd'hui**. 8. ed. Paris/Gembloux: Duculot, 1964.

HJELMSLEV, L. **Principios de gramática general**. Madrid: Gredos, 1976.

JESPERSEN, O. **The philosophy of grammar**. Londres: George Allen & Unwin, 1958.

LENZ, R. **La oración y sus partes: estudios de gramática general y castellana**. 3. ed. Madrid: Ativa, 1935.

QUIRK, R. et alii.. **A comprehensive grammar of the English language.** Londres: Longman, 1970.
ROCHA LIMA, C. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 26. ed. Rio: José Olympio, 1998.

Substantivos-suporte: uma visão lexicográfica

Claudia Oliveira*

Maria Claudia de Freitas**

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo lexicográfico dos substantivos-suporte. Esses nominais possuem características análogas aos chamados verbos leves ou verbos-suporte, apresentando propriedades lexicográficas distintivas, como o elevado número de acepções em suas entradas, o elevado número de expressões multi-vocabulares em que ocorrem e o grau interligação de suas definições por referências cruzadas. O trabalho se situa na confluência entre estudos lingüísticos, lexicográficos e computacionais e explora a potencialidade da análise de corpora para a fundamentação e evidenciação de conceitos lingüísticos.

Palavras-chave: Substantivo-suporte; sintagma nominal; lexicografia computacional; lingüística computacional.

ABSTRACT

This article presents a lexicographic study of the support-nouns. These words have analogous properties to light verbs, or support verbs, and distinctive lexicographic features, such as a large number of dictionary senses, the fact that they occur in a large number of multi-word expressions and the degree with which their definitions are inter-related, as indicated by cross-references between these definitions. In this work, linguistic, lexicographic and computational studies converge, and the analysis of corpora provides a more objective way of establishing concepts which underlie linguistic analysis.

Keywords: support noun; noun phrase; computational lexicography; electronic dictionary

Introdução:

Este trabalho apresenta um estudo lexicográfico dos substantivos-suporte. Esses nominais têm como principal característica a possibilidade de ocorrerem em combinações S+Adj ou S+Prep+S, em que o substantivo se apresenta em situação análoga à dos chamados verbos leves ou verbos-suporte, largamente estudados em Lingüística e Processamento de Linguagem Natural nos últimos anos. O trabalho se situa na confluência entre estudos lingüísticos, lexicográficos e computacionais e explora a potencialidade da análise de corpora para a fundamentação e evidenciação de conceitos lingüísticos.

O objetivo do trabalho é descrever o conjunto de substantivos-suporte do Português do Brasil, utilizando suas características lexicográficas extraídas de um corpus e de um dicionário brasileiro padrão. O conceito de substantivo-suporte em que se baseia o trabalho (RefAutores 00) pressupõe um modelo de léxico que dê conta de construções regulares e semi-regulares, tais como as construções verbais com verbo-suporte. Os modelos lexicais computacionais inspirados em teorias lingüísticas de orientação funcionalista oferecem um quadro adequado para a utilização dos resultados desta pesquisa em sistemas computacionais.

As propriedades lexicográficas investigadas incluem: o elevado número de acepções em suas entradas, indicando que são palavras polissêmicas do ponto de

* Instituto Militar de Engenharia Departamento de Engenharia de Computação

** PUC-Rio, Departamento de Letras.

vista lexicográfico; o elevado número de expressões multi-vocabulares em que ocorrem; e o grau interligação de suas definições por referências cruzadas. Com relação à frequência, substantivos-suporte são abundantes tanto no discurso formal quanto no informal, o que justifica o presente estudo. Dentro de um projeto mais amplo de identificação de expressões denotativas úteis para um léxico computacional, a classe dos sintagmas nominais com substantivos-suporte apresentam muitas peculiaridades que podem ser exploradas.

A artigo está assim organizado: na Seção 2, uma caracterização do substantivo-suporte é apresentada, levando em consideração, por um lado, a dificuldade na definição formal dessa classe de palavras e, por outro lado, a facilidade com que o falante identifica um exemplo de substantivo-suporte por sua vagueza. Outras classes de substantivos relacionadas ao substantivo-suporte são descritas com o propósito de ressaltar algumas características importantes da classe em foco. A análise do substantivos-suporte é feita posicionando-o no contexto de um adjetivo denominal, já que essa combinação representa uma perfeita simbiose. A partir de uma lista de substantivos que, de acordo com uma pesquisa de corpus preliminar, desempenham função de suporte, na Seção 3 analisamos as entradas desses substantivos-suporte potenciais em um dicionário tradicional. Das características observadas, uma classificação é proposta tendo em vista a função do substantivo no sintagma. A Seção 4 apresenta um resumo dos dados obtidos e uma análise de um grupo de substantivos-suporte com respeito a seus contextos e frequências de ocorrências. Na Seção 5 são apresentadas as conclusões do trabalho.

2. A noção de substantivo-suporte

Os substantivos-suporte constituem uma classe não muito extensa de substantivos abstratos do português que se caracterizam por sua generalidade semântica. Enquadram-se no âmbito de um fenômeno mais amplo da linguagem, a função de suporte, amplamente estudada com respeito aos verbos. Em português, (Neves 1996) e (Neves 1999) discutem o **verbo-suporte**; (Scher 2003) utiliza a denominação **verbo leve**.

Os substantivos-suporte, segundo (RefAutores 00), possuem as seguintes características que se apresentam analogamente nos verbos-suporte:

1. O substantivo-suporte é semanticamente vago. Identificando como vagueza o esvaziamento lexical, observado por vários autores a respeito dos verbos-suporte, pode-se demonstrar o quanto ausência de especificação do substantivo-suporte torna o enunciado problemático. Em b), o apagamento do adjetivo denominal *POLÍTICA* torna o enunciado anômalo, pois *ESFERA*, como substantivo-suporte, é demasiadamente vago; em contraste, em d) o apagamento do adjetivo não provoca o mesmo efeito.

- a) Na *ESFERA* política, os manda-chuvas aprenderam a tratar os conflitos intestinos com maior flexibilidade e eficácia.
- b) ? Na *ESFERA*, os manda-chuvas aprenderam a tratar os conflitos intestinos com maior flexibilidade e eficácia.
- c) No *PARTIDO* político, os manda-chuvas aprenderam a tratar os conflitos intestinos com maior flexibilidade e eficácia.
- d) No *PARTIDO*, os manda-chuvas aprenderam a tratar os conflitos intestinos com maior flexibilidade e eficácia.

2. O complemento do substantivo-suporte, frequentemente um adjetivo denominal, tem como núcleo um nome, que veicula a parte mais relevante da denominação.

e) Os treinadores, do mesmo jeito, tratam-se de uma FORMA *diplomática*, mas não levam uma conversa por mais de 10 minutos.

3. A construção admite paráfrase, quer em termos da substituição da construção *S+Adj* por uma expressão cujo núcleo é o substantivo base do adjetivo (f), quer em termos da substituição do substantivo-suporte, mantendo-se o adjetivo (g).

f) Os treinadores, do mesmo jeito, tratam-se com DIPLOMACIA, mas não levam uma conversa por mais de 10 minutos.

g) Apesar do sucesso das modinhas no(a) {ÂMBITO, ÁREA, CAMPO, ESFERA} doméstico(a), o cenário musical durante o Império foi dominado pelo canto lírico.

2.1. Classes Relacionadas

Na lingüística, o termo **substantivo vazio** é utilizado para fazer referência a substantivos que não denotam conceitos, ou substantivos com um conteúdo semântico mínimo, identificados, na análise sintática, com elementos sem expressão fonológica que atuam como núcleos de sintagmas nominais. De acordo com Panagiotidis (2003), no léxico de qualquer língua existe um número limitado de substantivos vazios, que formam uma classe fechada. Eles são considerados palavras gramaticais, não lexicais, com forte característica pronominal. Tendo em vista sua reduzida capacidade de denotação, substantivos vazios distinguem-se entre si por meio de seus traços fonológicos e morfo-semânticos, tais como o gênero. O substantivo vazio típico do Inglês seria *ONE*, como em *a big ONE*.

Na teoria lexical, tem havido muito pouco interesse no fenômeno, com algumas exceções como (Schmid, 2000), que apresenta um estudo sobre substantivos abstratos. De acordo com Schmid, há um subconjunto dos substantivos abstratos em inglês que atuam como conchas conceituais, que realizam seu potencial semântico em associação com outros itens lexicais. Palavras como *THING, FACT, CASE, POINT, IDEA, REASON, PROBLEM* e *QUESTION*, entre outros substantivos de alta frequência no inglês, são exemplos desse classe.

Estudos lexicais aplicados ao processamento automático de textos ampliaram essa noção, incluindo palavras que podem ser apagadas ou ignoradas para o propósito de sumarização, classificação, agrupamento e outras operações computacionais sobre textos. Substantivos ocorrendo como quantificadores em expressões multi-vocabulares, tais como *GROUP, BUNCH* e *LOTS*, em *GROUP of students, BUNCH of students, LOTS of students*, são exemplos especificamente mencionados em (Muresan et al, 2001) para o inglês. Na construção de listas de palavras vazias, tradicionalmente, incluem-se também as palavras funcionais e os verbos auxiliares. Substantivos-suporte não são palavras vazias, a julgar pelo critério usual.

2.2. O Substantivo-suporte em Contexto

Nossos primeiros questionamentos sobre por este tipo de palavra surgiram

a partir de uma pesquisa de corpus cujo foco eram os sintagmas nominais *S+Adj*, onde *Adj* é um adjetivo denominal. O resultado da pesquisa mostrou que, combinados aos mais variados adjetivos, sempre havia termos, como *FATOR*, *PERSPECTIVA* e *ASPECTO*, que são aparentemente intercambiáveis, apesar de terem significados literais bastante distintos. Os dados mostram que a contribuição desses termos para o significado geral da expressão é bastante reduzida. Dado que as unidades do processamento de linguagem natural são a palavra e o sintagma e que o substantivo é o núcleo do sintagma nominal, é comum esperar que o substantivo seja o centro do significado do sintagma. No caso de adjetivos predicativos, como em *céu aberto*, a idéia central está no substantivo; no caso de adjetivos relacionais, como em *lesão cerebral*, o substantivo e o adjetivo se fundem em uma única unidade denotativa. Em contraste, em um sintagma contendo um substantivo-suporte, por exemplo em *ASPECTO comercial*, fica claro que 'comércio' é a idéia central, ainda que o substantivo núcleo seja *ASPECTO*.

Assim, no contexto de processamento automático e interpretação de textos, a possibilidade de identificar esses substantivos é de grande importância. Estamos buscando os casos em que a ocorrência do substantivo não se corresponda a um conceito, deixando de cumprir seu papel denominativo. Como exemplo, consideramos o substantivo *ASPECTO* na seguinte sentença do corpus:

a) Examinava o *ASPECTO* constitucional que lhe garantia o direito do voto.

O apagamento do adjetivo sublinhado enfraquece consideravelmente o conteúdo do enunciado, tornando o significado do sintagma amplo demais; o adjetivo especifica completamente o objeto. Esse é um exemplo de um substantivo-suporte, um substantivo cujo complemento é um adjetivo ou sintagma preposicional majoritariamente responsável pelo significado da expressão como um todo. Mesmo que sintaticamente o substantivo seja o núcleo do sintagma, semanticamente ele ocorre sem conteúdo específico.

Sendo assim, uma ótima pista para o reconhecimento de um substantivo-suporte está em seus complementos. Investigamos os tipos de adjetivos que ocorrem como complementos destes substantivos no corpus e observamos que eles são em grande parte denominais, ainda que possam aparecer em função **relacional** ou **qualitativa**. O conceito de adjetivo relacional, em oposição a adjetivo qualitativo, está bem discutido por Nirenburg & Raskin (2004): qualitativo refere-se a adjetivos predicadores e relacional refere-se a não-predicadores. Em português são mais frequentes os termos **predicativo** e **denotativo**, respectivamente.

Basilio & Gamarski (1995) discutem os sintagmas nominais *S+Adj* do ponto de vista do adjetivo, observando como opera a função denotativa em combinação com substantivos "de cunho muito geral que necessitam de um preenchimento semântico a ser fornecido via de regra por um adjetivo denominal, substantivo ou sintagma preposicionado". Exemplificando a partir do corpus do NURC (Projeto de Estudo Conjunto e Coordenado da Norma Urbana Oral e Culta), de discurso oral, as autoras selecionaram seis enunciados, quatro dos quais construídos com substantivos-suporte listados na Tabela 1 (*FATOR*, *PARTE*, *ASPECTO* e *COISA*).

Uma análise inicial, de exemplos coletados assistematicamente, motiva os principais questionamentos do nosso trabalho. Por exemplo, em:

b) ... estudantes talentosos, atraídos para os campos cognitivistas, ditavam

o TOM intelectual do momento ...

o substantivo TOM atua como um focalizador da essência da denotação do adjetivo *intelectual*. Em contraste, o substantivo ASPECTO em

c) Os temas incluem o ASPECTO comercial da moda, as tendências internacionais ...

secciona o escopo do adjetivo relacional *comercial* em sub-divisões de um todo.

d) Enfrentamos, portanto, um segundo dilema ... que é de NATUREZA ambiental.

Em d) o substantivo NATUREZA pode ser apagado pois possui um papel apenas textual. Algumas vezes o apagamento do substantivo-suporte não provoca mudança significativas, como no seguinte exemplo:

e) A decisão foi de CUNHO pessoal. → A decisão foi pessoal.

Em outras ocasiões, é necessário ajustar o enunciado, sintaticamente ou morfologicamente, como em:

f) Agiu de FORMA cerebral. → Agiu cerebralmente.

g) Atuava no ÂMBITO municipal. → Atuava no município.

A partir desses fatos podemos concluir que um critério operacional promissor para a caracterização do substantivo-suporte é a extração de sintagmas nominais *S+Adj*, onde *Adj* é um adjetivo denominativo. A lista de substantivos resultantes podem ser analisados de acordo com sua intercambialidade, ou seja, sua co-ocorrência com o mesmo grupo de adjetivos, como no seguinte exemplo, que mostra três destes substantivos que ocorreram combinatoriamente com três diferentes adjetivos denominativos:

<i>fator</i>		<i>fator</i>		<i>fator</i>	
<i>perspectiva</i>	> <i>racial</i>	<i>perspectiva</i>	> <i>fiscal</i>	<i>perspectiva</i>	> <i>ambiental</i>
<i>aspecto</i>		<i>aspecto</i>		<i>aspecto</i>	

3. A Lexicografia do Substantivo-suporte

3.1 O dicionário e a questão da multiplicidade de sentidos

O falante comum admite de bom grado que as palavras possuam múltiplos significados. Fora dessa hipótese, como explicar, sem recorrer a uma teoria lexicológica sofisticada, as possibilidades abaixo?

- a) Raimundo sorriu, amarrotou a folha de PAPEL e lançou-a no chão.
- b) O flúor desempenha um PAPEL importante na resistência dos dentes.
- c) O PAPEL subiu 20%, pulando dos R\$20 o lote de mil ações para R\$24...
- d) Ele rasga uma cruz que havia sobre sua cama, joga santinhos no vaso sanitário e usa as vestimentas de primeira comunhão como PAPEL higiênico.

É para esse usuário que os dicionários separam entradas diferentes para cada significado percebido pelo lexicógrafo, procurando, de modo sistemático e consistente, elucidar as diferenças entre os significados por meio de definições e exemplos.

Por outro lado, é cada vez mais claro, como afirma (Marcuschi 2004), que as expressões e seus sentidos, conteúdos, referentes, etc. não são dois lados da mesma moeda. Não se podem arranjar os sentidos de acordo com uma categorização da polissemia pois o problema é uma consequência do “**princípio de simbolização**, que resulta num sistema categorial fluido”.

Apesar de todas as restrições aos significados prontos, ao modelo de léxico como conjunto de etiquetas que se atribuem a elementos de um mundo discretizado, à semântica imanente das palavras, ainda assim, é necessário operar com acepções dicionarizadas dos substantivos-suporte. Para a operacionalização desse trabalho, a categorização lexicográfica é de grande relevância pelo fato de que o dicionário é uma base de dados, um repositório do conhecimento tradicional e consagrado sobre o vocabulário da língua portuguesa.

3.2 Frequência na língua

Frequência de ocorrência é um dado lingüístico que apenas recentemente vem ganhando a relevância devida na lexicografia, com o desenvolvimento de dicionários baseados em corpus, como (Sinclair 2001).

A frequência pode ser um fator de identificação de substantivos-suporte. MURESAN et al (2001) identificam 141 **substantivos vazios** em um corpus do inglês, uma classe com muitas interseções com a dos substantivos-suporte, baseando-se apenas em contagem de frequência. Com relação às conchas nominais, Schmid (2000) relata que, em um corpus de 225 milhões de palavras correntes do inglês britânico, as formas singulares de CASE, FACT, IDEA, NEWS, POINT, PROBLEM, REPORT e THING estão entre os cem substantivos mais frequentes. O substantivo THING, por exemplo, tem uma frequência de 256 ocorrências por milhão, sendo que a vasta maioria dos itens lexicais do inglês possuem frequência menor que 20 por milhão.

Em português, Marques (1995) descreve um estudo do léxico de alta frequência numa parte do corpus do projeto NURC, um conjunto de textos orais, provenientes de entrevistas realizadas na cidade do Rio de Janeiro. Das 506.108 unidades textuais processadas, 370.777 (39% das unidades) eram da classe dos substantivos, correspondendo a ocorrências distintas de 9.539 lexemas (51,5% dos lexemas).

No corpus do NURC, os substantivos de alta frequência (até 100 ocorrências) totalizam 488 lexemas. Marques considera que 75 deles são de “sentido geral”, ou seja, não dependente de contexto temático, e o restante é classificado por campo temático, como: ‘tempo’, ‘indivíduos’, ‘corpo humano’, ‘vestuário’, ‘casa’, ‘alimentação’, ‘família’, etc. Ao analisarmos os quadros de substantivos de sentido geral, encontramos 15 dos 35 substantivos-suporte preliminarmente selecionados no corpus (Tabela1).

3.3 O que diz o dicionário

Para dar partida na investigação dos substantivos-suporte e suas combinações, extraímos de um dicionário do português brasileiro (Houaiss, 2001) um

grupo de 166 adjetivos denominais regulares, ou seja, adjetivos cujo significado é um produto motivado pela atuação do processo derivacional sobre o significado do substantivo básico. Não se pode garantir *a priori* se uma dada ocorrência de um adjetivo denominal será ou não denotativa, portanto não utilizamos esse critério, que no entanto geraria maior precisão dos dados.

<i>âmbito</i>	<i>cunho</i>	<i>matéria</i>	<i>perspectiva</i>
<i>área</i>	<i>dimensão</i>	<i>modo</i>	<i>plano</i>
<i>aspecto</i>	<i>elemento</i>	<i>natureza</i>	<i>ponto</i>
<i>base</i>	<i>esfera</i>	<i>nível</i>	<i>quadro</i>
<i>campo</i>	<i>fator</i>	<i>ordem</i>	<i>questão</i>
<i>caráter</i>	<i>forma</i>	<i>panorama</i>	<i>sentido</i>
<i>coisa</i>	<i>lado</i>	<i>papel</i>	<i>tipo</i>
<i>componente</i>	<i>maneira</i>	<i>parte</i>	<i>tom</i>

TABELA 1: Lista de substantivos-suporte do Português

Usando o critério de intercambialidade, selecionamos de um corpus uma lista preliminar de substantivos-suporte, colocados na Tabela 1. A partir dessa lista, procuramos inferir algumas propriedades lexicográficas importantes. Ainda que tenhamos encontrado um número reduzido de substantivos-suporte no corpus, classificá-los não é tarefa fácil, dada o seu alto grau de polissemia e a variedade de entradas que eles geram em dicionários convencionais. Além disso, muitas dessas entradas não correspondem em sentido ao substantivo-suporte.

Dos 166 adjetivos escolhidos, apenas 56 não ocorreram em associação com o substantivo-suporte. Esses adjetivos eram pouco frequentes no corpus, como por exemplo *DORSAL* e *CONDOMINIAL*. A tabela 2 mostra os substantivos que se combinam com maior frequência a diferentes adjetivos.

<i>Substantivo</i>	<i>Sentidos</i>	<i>Substantivo</i>	<i>Sentidos</i>
<i>caráter</i>	31	<i>plano</i>	17
<i>aspecto</i>	24	<i>área</i>	16
<i>parte</i>	23	<i>questão</i>	15
<i>natureza</i>	21	<i>tipo</i>	15
<i>forma</i>	20	<i>campo</i>	14
<i>problema</i>	20	<i>papel</i>	13
<i>ordem</i>	19	<i>base</i>	12
<i>lado</i>	17	<i>sentido</i>	12
<i>nível</i>	17	<i>âmbito</i>	10

TABELA 2: Número de adjetivos distintos em sintagmas *S+Adj* com substantivos-suporte

Ao procurar a lista preliminar de substantivos-suporte em um dicionário padrão do português brasileiro (Houaiss, 2001), percebemos que algumas peculiaridades se destacam. Em primeiro lugar, o número de acepções de um substantivo-suporte é, em geral, maior que de um substantivo qualquer. Observa-se que os substantivos-suporte apresentam um número elevado de acepções, muitas delas marcadas como derivações semânticas, como metonímia, metáfora e analogia. A

Tabela 3 mostra os substantivos-suporte mais polissêmicos da lista da Tabela 1.

Substantivo	Sentidos	Substantivo	Sentidos
<i>ponto</i>	57	<i>natureza</i>	18
<i>base</i>	30	<i>matéria</i>	17
<i>ordem</i>	30	<i>plano</i>	17
<i>forma</i>	27	<i>modo</i>	16
<i>quadro</i>	27	<i>sentido</i>	14
<i>coisa</i>	21	<i>área</i>	13
<i>tipo</i>	20	<i>caráter</i>	13
<i>tom</i>	19	<i>maneira</i>	12
<i>campo</i>	18	<i>parte</i>	12

TABELA 3: Número de sentidos dicionarizados

Esta flutuação em significado mostra que o substantivo-suporte é semanticamente tão vago que parece exigir complementação. Por exemplo, o substantivo COISA aparece em (Houaiss, 2001) com 21 sentidos distintos, como mostra a Tabela 4. O substantivo COISA funciona como um coringa, cujo significado só pode ser compreendido no contexto de um enunciado. Na verdade, várias línguas Indo-Européias, como espanhol, alemão, inglês e francês possuem um substantivo-suporte que pode ser traduzido como COISA, que pode ser considerado como a manifestação ostensiva de um esquema cognitivo de substantivo e pode substituir quase todos os substantivos (Mihatsch, 2003).

Substantivos-suporte também apresentam muitas definições qualificadas em campos semânticos de especialidade. O substantivo BASE, por exemplo, possui 30 sentidos dicionarizados, 23 dos quais são em rubricas especializadas.

1. tudo quanto existe ou possa existir, de natureza corpórea ou incorpórea;	12. negócio, transação;
2. qualquer ser inanimado;	13. algo que provoque estímulo, que entusiasme; motivo, incentivo, compensação;
3. realidade, fato concreto, em relação ao que é abstrato ou assim considerado;	14. o que não se sabe; mistério, enigma;
4. algo que não se quer ou não se pode nomear;	15. mal-estar ou indisposição súbita; ataque, perda dos sentidos;
5. aquilo de que se está tratando ou falando;	16. cigarro de maconha; baseado;
6. aquilo que se pensa; pensamento, idéia;	17. órgão genital do homem ou da mulher;
7. relação, ligação, vínculo;	18. algo imprestável, velho ou maltratado; traste, troço, bagulho;
8. interesse próprio, negócio, ocupação;	19. o diabo;
9. ato, empreendimento, empresa;	20. bens, propriedades, valores;
10. o que acontece; ocorrência, evento, caso;	21. negócios, interesses, ocupações.
11. assunto, tema, matéria;	

TABELA 4: Entrada do Houaiss para COISA

Subst.	EMVs	Exemplos
<i>papel</i>	113	<i>p. almaço, confiar ao p., passar p. com, ficar no p.</i>
<i>ponto</i>	110	<i>p. alto, p. cardeal, p. crítico, p. culminante, p. cego</i>
<i>campo</i>	49	<i>c. conceitual, c. de concentração, c. de força, c. visual</i>
<i>base</i>	42	<i>b. aérea, b. monetária, b. vetorial, à b. de, b. de dados</i>
<i>plano</i>	38	<i>p. geral, p. de saúde, p. inclinado, primeiro p.</i>
<i>fator</i>	31	<i>f. de correção, f. Rh, f. abiótico, f. de crescimento</i>
<i>ordem</i>	30	<i>o. civil, o. cronológica, o. de grandeza, o. do dia</i>
<i>forma</i>	29	<i>f. canônica, f. livre, de certa f., de f. alguma, de f. que</i>
<i>sentido</i>	26	<i>s. anti-horário, s. estrito, s. figurado, duplo s., fazer s.</i>
<i>parte</i>	25	<i>p. do discurso, p. ideal, p. íntimas, à p., a p. do leão</i>
<i>área</i>	24	<i>á. de livre comércio, á. de transferência, á. de serviço</i>
<i>modo</i>	22	<i>m. de ser, m. de ação, m. maior, de m. a, de todo m.</i>
<i>coisa</i>	20	<i>c. de, c. pública, cheio de c., não dizer c. com c.</i>
<i>nível</i>	19	<i>n. de energia, n. de vida, alto n., ao n. de, baixo n.</i>
<i>elemento</i>	17	<i>e. neutro, e. mórfico, e. de composição, estar no seu e.</i>
<i>questão</i>	16	<i>q. aberta, q. de ordem, q. de tempo, q. fechada</i>
<i>lado</i>	15	<i>l. a l., ao l. de, de l., de um l. para outro, pôr de l.</i>
<i>caráter</i>	13	<i>c. hereditário, c. tipográfico, a c., de c.</i>
<i>matéria</i>	13	<i>m. em questão, m. pré-estrelar, m. processual</i>
<i>quadro</i>	11	<i>q. clínico, q. mural, q. de horário, q. vivo</i>
<i>tipo</i>	11	<i>t. comum, t. de caixa, t. ideal, fazer t.</i>

TABELA 5: Número de expressões multi-vocabulares dicionarizadas

A segunda característica lexicográfica mais marcante dos substantivos-suporte é o número de expressões multi-vocabulares dicionarizadas em que ocorrem. Por exemplo, se analisarmos a entrada de PAPEL, observamos que 100 das 113 expressões dicionarizadas são tipos especiais de papel, tais como PAPEL CELOFANE e PAPEL CREPOM, sob a rubrica 'indústria de papel'. Portanto não podem ser consideradas ocorrências do sentido de suporte de PAPEL. Já na entrada de PONTO, as 110 expressões listadas são de grande diversidade em sentido e campo semântico. Apesar dessas considerações, é justo afirmar que o substantivo-suporte tende a formar expressões cristalizadas, como ilustra a tabela 5.

Quando analisamos as entradas do sentido de suporte dos substantivos, encontramos uma grande quantidade de referências cruzadas, revelando uma rede muito interessante de relacionamentos, que pode ser utilizada para classificar os grupos de substantivos-suporte por função semântica.

<i>Substantivo-suporte</i>	<i>Referências cruzadas</i>	<i>Substantivo-suporte</i>	<i>Referências cruzadas</i>
<i>âmbito</i>	<i>esfera, campo</i>	<i>lado</i>	<i>maneira, aspecto</i>
<i>área</i>	<i>campo</i>	<i>maneira</i>	<i>modo, forma, processo</i>
<i>aspecto</i>	<i>maneira, lado</i>	<i>modo</i>	<i>forma</i>
<i>base</i>	<i>parte, aspecto</i>	<i>natureza</i>	<i>caráter, tipo</i>
<i>campo</i>	<i>área, esfera, âmbito</i>	<i>panorama</i>	<i>matéria</i>
<i>caráter</i>	<i>cunho</i>	<i>parte</i>	<i>matéria, papel, área, lado</i>
<i>cunho</i>	<i>caráter</i>	<i>perspectiva</i>	<i>forma</i>
<i>dimensão</i>	<i>aspecto</i>	<i>plano</i>	<i>nível</i>
<i>elemento</i>	<i>parte</i>	<i>ponto</i>	<i>parte, aspecto</i>
<i>esfera</i>	<i>área</i>	<i>questão</i>	<i>matéria, ponto</i>
<i>fator</i>	<i>elemento</i>	<i>sentido</i>	<i>modo, aspecto</i>
<i>forma</i>	<i>modo, maneira, tipo</i>	<i>tom</i>	<i>modo, caráter</i>

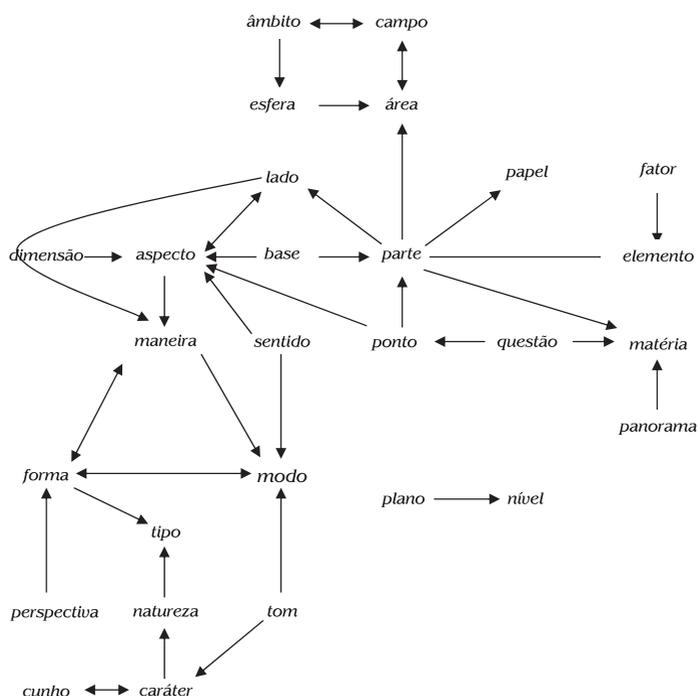


TABELA 6: Referências cruzadas em entradas do dicionário para substantivos-suporte

Os dados da Tabela 6 foram utilizados para construir um grafo de sentidos conectados da Figura 1. As definições dos substantivos na primeira coluna fazem referência aos substantivos na segunda coluna. Por exemplo, na definição de “âmbito” há referências a “campo” e “esfera”.

Âmbito - n substantivo masculino

1. espaço que circunda, rodeia, envolve; periferia
2. espaço físico compreendido dentro de determinados limites; recinto, ambitude. Ex.: o â. do plenário. Área que os antigos romanos eram obrigados a deixar em volta de suas casas
3. Derivação: sentido figurado. Esfera de ação ou de pensamento; campo ou espaço em que ocorre ou se exerce alguma atividade. Ex.: era um assunto do â. da psicologia.
4. Derivação: sentido figurado. Núcleo central ou predominante dessa esfera. Ex.: aquela mulher não estava no â. de suas cogitações.
5. Rubrica: música. Intervalo entre a nota mais grave e a mais aguda de um trecho musical considerado.

FIGURA 1: Diagrama das referências cruzadas entre definições de substantivos-suporte

Analisando o grafo da Figura 1, percebe-se o quanto ele parece induzir uma classificação, por sua configuração agrupada. Os quatro grupos de substantivos-suporte resultantes da interpretação da figura podem ser descritos de acordo com as seguintes funções:

1. **função de delimitação**, que especifica o objeto do enunciado numa estrutura abstrata de campos de informação, onde são classificados ÂMBITO, CAMPO, ESFERA, QUADRO e ÁREA; essa função ficou concentrada na região superior do grafo;
2. **função de sub-divisão**, que determina os níveis ou partes dentro de um todo, onde são classificados LADO, ASPECTO, PARTE, PONTO, FATOR ELEMENTO, MATÉRIA, QUESTÃO, COMPONENTE e NÍVEL;
3. **função de enfoque**, que especifica o modo como o objeto é abordado, onde são classificados SENTIDO, MODO, MANEIRA, FORMA, DIMENSÃO, PERSPECTIVA e PLANO;
4. **função de essência**, que define o objeto do enunciado total ou basicamente, onde são classificados CUNHO, CARÁTER, ORDEM, NATUREZA, BASE, TIPO, ORDEM e TOM. Essa função ficou concentrada na região inferior do grafo.

4. O Que Diz o Corpus

A utilização de análises lingüísticas baseadas em corpus vem ampliando as possibilidades de detecção de padrões construcionais das línguas. O apoio computacional disponível viabiliza o trabalho de pesquisa em corpora gigantescos, de grande cobertura e variabilidade textual. Do ponto de vista operacional, construções complexas, restritas por condições gramaticais de diversas naturezas, podem ser codificadas para que sejam identificadas em contexto, liberando o lingüista da tarefa enfadonha da busca manual de exemplos. O resultado da busca automática é mais consistente, pois se dá de maneira homogênea ao longo do tempo, o que é extremamente difícil para o lingüista individualmente e, ainda mais, em trabalhos cooperativos.

4.1. A Descrição do Corpus

Como já dito previamente, este estudo do substantivo-suporte originou-se de uma pesquisa em corpus cujo foco era o sintagma N+Adj, onde Adj é um adjetivo denominativo resultante de um processo de derivação.

O corpus do português do Brasil utilizado foi compilado pelo NILC (Núcleo Interinstitucional de Lingüística Computacional), e está descrito em (Aires & Aluísio, 2001). As consultas, realizadas por meio de uma linguagem especializada de especificação de padrões lingüísticos, resultam em um conjunto de segmentos textuais que, de maneira geral, correspondem a parágrafos dos textos da coleção. O corpus contém cerca de 37 milhões de palavras em textos em prosa, divididos em textos corrigidos, textos não corrigidos e textos semi-corrigidos. Os textos clas-

sificados como corrigidos, totalizando 33.081.000 palavras, são aqueles publicados para grande número de leitores (livros, jornais, revistas, etc.), que são, portanto, supostamente corrigidos por especialistas em revisão de textos. Há cerca de 4.490 textos de diversos gêneros: livros (de literatura brasileira; didáticos - biologia, química, física, história, geografia; enciclopédias; temáticos - arte, ciências, etc.); revistas; constituição brasileira e textos jurídicos; jornais. Os textos não corrigidos, totalizando 736.000 palavras, são textos autênticos, escritos por pessoas de nível médio de escolaridade (segundo grau) e universitários. Há 2.430 textos que incluem redações, monografias e textos de publicidade, por exemplo. Finalmente, os textos semi-corrigidos, em número de 340, com aproximadamente 1.390.000 palavras, são textos publicados para um pequeno número de leitores, ou não publicados, que são corrigidos, mas, geralmente, não por especialistas em revisão de textos. Estão entre estes, contratos, relatórios, dissertações acadêmicas, etc.

4.2. Uma Análise dos Dados

A análise detalhada de todos os substantivos-suporte em sintagmas S+Adj é uma necessidade computacional; esses itens devem ser observados individualmente, já que se trata de uma classe provavelmente fechada, de substantivos muito peculiares.

Para demonstrar a viabilidade, segurança e produtividade da estratégia utilizada, apresentamos aqui a análise de um subgrupo dos substantivos-suporte com função de essência: TOM, CARÁTER, CUNHO e NATUREZA. Os seguintes padrões foram utilizados para concordância no corpus: "cunho" [pos="ADJ"], "natureza" [pos="ADJ"], "caráter" [pos="ADJ"] e "tom" [pos="ADJ"], onde "pos" abrevia **classe de palavras**⁵. A Tabela 7 resume os resultados.

Padrão	Ocorrências Totais	Ocorrências Distintas	S é de suporte
"cunho" [pos="ADJ"]	89	49	100,00%
"natureza" [pos="ADJ"]	230	176	93,00%
"caráter" [pos="ADJ"]	730	427	97,00%
"tom" [pos="ADJ"]	478	113	72,00%

TABELA 7: Resultados de concordância

Analisamos os dados referentes às ocorrências de substantivos-suporte seguidos de adjetivos denominais. O substantivo CUNHO apareceu com sentido de suporte em 100% dos casos, no contexto S+Adj; nessas ocorrências 55% dos adjetivos eram denominais.

O substantivo NATUREZA apareceu como substantivo-suporte em 93% dos casos, 56% dos quais foram seguidos de adjetivos denominais. Nos casos em que o sentido não foi considerado de suporte (7% - 17 ocorrências), encontramos 4 adjetivos de origem: *NATUREZA amazônica*, *NATUREZA californiana*, *NATUREZA brasileira* e *NATUREZA americana*; dos 13 restantes apenas 4 eram seguidos de adjetivos denominais.

⁵POS é a abreviatura de part of speech, um rótulo consagrado mesmo em bases de dados do português.

O substantivo *CARÁTER* apareceu como substantivo-suporte em 97% dos casos, apenas 36% dos quais eram seguidos de adjetivos denominais. Entre os sentidos plenos, 3 eram em línguas de especialidade (biologia); dos restantes apenas 3 eram seguidos de adjetivos denominais.

O substantivo *TOM* não apresentou a maioria esmagadora de ocorrências de suporte - 72% dos casos analisados - por aparecer freqüentemente (37 em 113) no sentido de tom de voz, que não consideramos de suporte. Nesses casos, *TOM* ocorre como um complemento de um verbo *dicendi* ou outra palavra dessa classe semântica, tais como 'discurso' ou 'saudação'. Como exemplos, apresentamos *disse em TOM malicioso*, *murmurou em TOM queixoso*, *falou em TOM grave* e *um discurso em TOM contemporizador*. Outros casos do sentido pleno do substantivo *TOM* inclui tons de cor, tais como *TOM vermelho*, *TOM laranja* e *TONS musicais*, tais como *TOM menor*. Nos casos de suporte, o adjetivo que segue o substantivo é denominal em 46% da ocorrências; nos casos plenos 12% são adjetivos denominais.

Finalmente, observamos a intercambialidade entre *CUNHO* e *NATUREZA*, com respeito aos seus sentidos de suporte. Todas as ocorrências de sintagmas nominais com *CUNHO* foram encontrados também com *NATUREZA*, como os pares.

cunho acadêmico	->	natureza acadêmica
cunho social	->	natureza social
cunho jornalismo	->	natureza jornalística

O corpus demonstra que o sub-grupo dos substantivos-suporte com função de essência, de uma maneira geral, comportam-se com grande regularidade em relação às propriedades funcionais exploradas na Seção 2: vagueza semântica, tipo de complementação e possibilidade de paráfrase. Os outros sub-grupos ainda estão sendo estudados.

5. Conclusões

Neste artigo caracterizamos os substantivos-suporte do português utilizando um conjunto de propriedades lexicográficas desta classe que podem ser utilizadas para reconhecê-la e analisá-la. O dicionário convencional utilizado deu suporte aos fatos lingüísticos encontrados no corpus, no que tange à complementação, freqüência, número de sentidos, número de expressões multi-vocabulares e intercambialidade. Essa caracterização pode ser utilizada como base para o tratamento automático de um subconjunto muito importante de sintagmas nominais.

O artigo apresenta a análise detalhada de 4 dos 35 substantivos-suporte preliminarmente extraídos do corpus. Propomos que tal estudo seja estendido para cobrir toda a classe, individualmente, para uma dada língua. Esta empreitada é viável dado o limitado tamanho dos grupos de substantivos envolvidos.

Devemos mencionar as dificuldades encontradas na obtenção de referências corroborativas para esse tópico de estudo, já que a própria denominação **substantivo-suporte** ainda não se encontra totalmente estabelecida na literatura relacionada.

Referências

1. Aires, R., Aluísio, S. Criação de um corpus com 1,000,000 de palavras etiquetado morfossintaticamente. **Relatório Técnico n. MILC-TR-01-8**, Unicamp, Campinas, SP. 2001.
2. Basilio, M. Teoria Lexical. **Editora Ática**, Brasil. 1999.
3. Basilio, M., Gamarski, L. Adjetivos denominais no português falado. In: A. Castilho (org.), **Gramática do Português Falado vol. V.**, Editora Unicamp, Brasil. 1995.
4. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Editora Objetiva, Brasil. 2001.
5. Lobato, L. Adjetivo: Tipologia e Interpretação Semântica. **Boletim da ABRALIN 14**. 1993.
6. Marques, M. H. D. Léxico de alta frequência na língua portuguesa. In **Flores verbais**, Editora 34. 1995.
7. Muresan, S., Tzoukermann E., Klavans, J., Combining Linguistic and Machine Learning Techniques for Email Summarization. In: **Proceedings of CoNLL-2001: The Fifth Workshop on Computational Language Learning**. 2001.
8. Mihatsch, W. Nouns are THINGS - new evidence for a grammatical metaphor. In: **8th International Linguistics Conference**, La Rioja. 2003.
9. Neves, M. H. M. Estudo das construções com verbo-suporte em português, In Koch, I. V., ed., **Gramática do Português Falado, vol VI: Desenvolvimentos**, Editora Unicamp, Brasil. 1996.
10. Neves, M. H. M. A delimitação das unidades lexicais: **o caso das construções com verbo-suporte**. *Palavra* 5. 1999.
11. Nirenburg, S., Raskin, V., **Ontological Semantics**, MIT Press, Cambridge, MA. 2004.
12. Panagiotidis, P., Empty Nouns. **Natural Language and Linguistic Theory 21(2)**: 381-432.2003.
13. RefAutores 00. Referência a trabalho dos próprios autores.
14. Sinclair, J. ed. COBUILD English Dictionary for Advanced Learners. **HarperCollins Publishers, 3a. Edição**. 2001.
15. Scher, A. P. Quais são as propriedades lexicais de uma construção com verbo leve? In Müller, A. L., Negrão, E. V. e Foltran M. J., eds., **Semântica Formal, Contexto**, São Paulo. 205-219. 2003.
16. Schmid, H., English Abstract Nouns As Conceptual Shells: **From Corpus to Cognition**, Mouton de Gruyter. 2000.

O teor convencional do fenômeno lingüístico: quando o corpus fala mais alto

Milena Uzeda-Garrão*

RESUMO

Este artigo apresenta a importância do olhar convencionalista sobre o fenômeno lingüístico. Traz algumas breves considerações filosóficas sobre essa linha de pensamento; apresenta o seu desdobramento dentro da Lingüística e mais especificamente no domínio de Processamento de Linguagem Natural. Mais adiante, contrasta esse olhar àqueles mais notoriamente empregados para lidar com o fenômeno lingüístico, quais sejam, o universalismo chomskyano e o cognitivismo lakoffiano. Finalmente, discute a viabilidade e a acuidade de uma visão eminentemente convencionalista para lidar com o fenômeno lingüístico.

Palavras-chave: Teorias Lingüísticas, Convencionalismo, PLN, Lingüística de *Corpus*

ABSTRACT

This paper presents the importance of dealing with linguistic phenomenon from a conventionalist perspective. It makes a brief philosophical account on this theoretical framework; then, it presents its development within Linguistics and, more precisely, within Natural Language Processing. Finally, it contrasts this framework with those more traditionally applied in Linguistics, namely, Chomsky's Universalistic accounts and Lakoff's Cognitivist ideas. Finally, it discusses the feasibility and reliability of the conventionalist framework on linguistic phenomenon.

Keywords: Linguistic Theories, Conventionalism, NLP, Corpus Linguistics

Introdução

O discurso é um grande soberano, que com o mais diminuto e inaparente corpo as mais divinas obras executa. (Górgias, Elogio a Helena)

Neste artigo me aventuro por uma vereda relativamente pouco trilhada nos estudos lingüísticos, mas que já havia sido sinalizada pelas considerações sofistas da Grécia antiga. Trata-se de um olhar sobre o fenômeno lingüístico que privilegia o seu estatuto convencional. Dispensa, em contrapartida, qualquer tipo de teor simbólico ou representativo da linguagem em relação à realidade ou à mente.

Reservo a primeira seção do artigo para breves considerações filosóficas sobre essa linha de pensamento; apresento na segunda seção o seu encaminhamento no âmbito lingüístico e no âmbito de Processamento de Linguagem Natural (PLN,

* Instituto Militar de Engenharia Departamento de Engenharia de Computação

** PUC-Rio, Departamento de Letras.

doravante); já na terceira seção, contraste esse olhar àqueles mais notoriamente empregados para lidar com o fenômeno lingüístico, apresentando a vantagem ou, talvez seja melhor dizer, a conveniência desse ponto de vista se comparado a essas perspectivas mais hegemônicas no domínio teórico dos Estudos da Linguagem.

1. Da herança filosófica

Não é tarefa simples caracterizar as considerações convencionalistas sobre a linguagem. Na história do pensamento filosófico, a visão sofista sobre o discurso é talvez a primeira manifestação documentada dessa concepção de linguagem. Muito do que sabemos sobre o pensamento sofista em relação à linguagem deve-se aos escritos platônicos.⁶ O que, de certa forma, é sintomático, uma vez que Platão se opunha à visão convencionalista.

Os registros de Platão apresentam as considerações sofistas — em que a linguagem é vista à luz da célebre máxima de Protágoras, “o homem é a medida de todas as coisas” — como contraponto ao pensamento socrático. Este formato dialógico apresenta, de certa forma, um teor didático para reafirmação de sua crença representacionista. Em outras palavras, o fato de Platão sustentar, em oposição violenta ao ideário sofista, a existência de verdades únicas e fixas, em alguma medida pode ter minimizado ou desqualificado a importância e teor das considerações sofistas ao longo da história do pensamento filosófico (cf. Souza Filho, 1997 e Martins, 2003). Logo, esse investimento de Platão contra os sofistas deve ter contribuído para minimizar e desqualificar também o ângulo estatístico sobre a linguagem.

Dentre as características privilegiadas por essa visão de linguagem está a mutabilidade do significado de uma expressão em virtude de esta depender das práticas humanas, como também a incapacidade de a expressão representar algo exterior à linguagem.

Esse viés eminentemente pragmático sobre a linguagem é retomado já na história mais recente da filosofia⁷, notadamente, por Ludwig Wittgenstein⁸. De forma ostensivamente resumida, pode-se dizer que o filósofo austríaco se recusa a enxergar o estudo da linguagem dentro dos mesmos moldes metafísicos propostos para as ciências, principalmente porque o “cientista”, neste caso, é uma das peças envolvidas no que chama de “jogos de linguagem” (Wittgenstein, 1979; Glock, 1996). Ele desenvolve este conceito através de uma analogia com a idéia de “jogo”, e aponta certas características e semelhanças com a linguagem: jogos possuem regras, são práticas compartilhadas por uma comunidade, possuem peças, são autônomos, não requerem justificativas.

Sua proposta é a de que os jogos de linguagem “são a totalidade da linguagem e das atividades com as quais está interligada” (Wittgenstein, 1979: §57 e 23). Os jogos de linguagem seriam atividades autônomas que prescindem de explicação; “são parte de nossa história natural, assim como andar, comer, jogar, etc”. (ibidem: §25). E o fato de o próprio homem estar encarcerado nos rituais lingüísticos que regem toda e qualquer manifestação lingüística compromete o seu

⁶ O *Sofista* e *Crátilo* são exemplos de diálogos em que Platão tematiza a linguagem.

⁷ Para uma boa apreciação sobre o assunto ver Martins, 1999.

⁸ Refiro-me ao segundo Wittgenstein e sua visão pragmática expressa em *Investigações Filosóficas*, São Paulo Cultural, Coleção *Os Pensadores*, 1979.

juízo teórico ou sua tentativa de explicação acerca do assunto.

O estudo sobre a linguagem, portanto, seria ele mesmo mais um desses jogos. E como o significado de uma palavra encontra-se na execução da linguagem, não há nada a ser provado ou justificado. Não se pode explicar o que está explícito. A significação é habilidade em lidar com as palavras na linguagem. A explicação é resultado da nossa "ânsia de generalidade". Ela pode até ser utilizada, mas não deveria ser entendida como uma meta-regra; ou uma regra fora do jogo. Toda explicação é interessada. (ver Scherer, 2002 sobre o conceito de *explicação*).

Sua visão nega, deste modo, a vocação representacionista da linguagem tão defendida por filósofos como Platão, Aristóteles e Locke. Não há, para ele, uma essência do significado que preceda o uso das palavras. É somente na prática do uso que o significado se dá. E mesmo assim, ele não poderia ser "coisificado". Por essa razão, é instável, contingente e fragmentado. Falar sobre a linguagem, ou fazer um relato sobre o relato, será um relato do jogo, e também faz parte dele. Portanto, nunca será definitivo.

Se num primeiro momento sua visão parece amputar a Lingüística, e mais especificamente, eliminar a Semântica, uma vez que sugere uma total impossibilidade de tratamento do fenômeno da significação, concordo com Martins (1999:147) quando pondera que adotar uma visão wittgensteiniana na Lingüística "não corresponde à negação da possibilidade de qualquer estudo sistemático e empírico das línguas do mundo". A autora sugere, portanto, que uma Lingüística sob a perspectiva wittgensteiniana "é viável e teria como propósito geral descrever as regularidades — parciais e contingentes — observáveis nos jogos de linguagem que constituem as línguas do mundo" (Idem). A descrição de uma língua, segundo o filósofo, estará sempre condicionada à parcialidade imposta pelas infindáveis possibilidades de lances dos jogos de linguagem.

2. Ecos da visão convencionalista na Lingüística e em PLN

Na falta de uma explicação satisfatória para a noção do significado, os lingüistas que atuam na área da Semântica encontram-se na situação de não saber do que é que estão falando (W. Quine)

A posição do lingüista Roy Harris (1981), em relação ao funcionamento da língua alinha-se às idéias convencionalistas solidificadas por Wittgenstein. Em Scherer (2002) é possível encontrar uma farta exposição da simpatia de Harris às idéias do filósofo austríaco. Um dos pontos em comum entre as duas posições é a impossibilidade de distinção entre semântica e pragmática, ou entre conhecimento lingüístico e enciclopédico.

Note-se que a visão pragmática oferecida aqui se distancia de muitas abordagens pragmáticas da Lingüística. Estas conduzem suas explicações sobre o "uso da língua" com base na distinção Semântica-Pragmática, que com freqüência se apóia na distinção significado literal-significado de uso; algo indissociável por uma visão wittgensteiniana. Scherer (2002:26) avalia, portanto, que Wittgenstein e Harris compartilham uma visão pragmática radical, em que o uso lingüístico não é um

dos componentes da linguagem, mas a única forma produtiva de se pensar os fenômenos lingüísticos.

Adam Kilgarriff, estudioso do léxico do ponto de vista computacional, ou seja, com interesse voltado para PLN, também advoga este pragmatismo radical. Em seu contundente artigo "I don't believe in word senses" (2000), ele atribui ao corpus o poder de desambiguação de significados. Demonstra que as palavras, em suas diversas acepções, estão desatreladas do seu alegado "sentido atômico" (core meaning).

Propõe, como alternativa, uma ontologia, ou um conjunto de palavras semanticamente relacionadas, com base em uma convergência (cluster) estatística dos seus vários usos em corpus, em detrimento do seu sentido atômico. Os extratos do corpus são agrupados em sentidos específicos de acordo com os objetivos de tarefas específicas. Acredita, portanto, que os significados só existem dependentes de propostas ou tarefas (tasks). Ele conclui que sem um fim ou uma tarefa, os sentidos das palavras não existem.

2.1 Implicações de uma abordagem com base em *corpus*

Como o leitor já pode supor a esta altura do artigo, a descrição de uma língua, segundo Wittgenstein, estará sempre condicionada à parcialidade imposta pelas infundáveis possibilidades de lances dos jogos de linguagem. A propósito, sobre a idéia de completude da linguagem, Wittgenstein confronta o leitor com o seguinte questionamento no §18 de *Investigações Filosóficas*:

"[...] (e com quantas casas ou ruas, uma cidade começa a ser cidade?) Nossa linguagem pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e isto tudo cercado por uma quantidade de novos subúrbios com ruas retas e regulares e com casas uniformes".

Esse parágrafo de *Investigações Filosóficas* é particularmente relevante para legitimar uma escolha teórica e também metodológica comumente utilizada na Lingüística: uma abordagem com base em *corpus*. Um exemplário da língua sempre pode ser maior, é verdade; mas nunca deixará de ser um extrato válido do seu uso. Portanto, a idéia de abarcar a língua de uma forma totalizante seria uma utopia. Conclui-se, daí, que a parcialidade é inevitável.

Ao longo do tempo, algumas expressões são construídas, outras demolidas. Isto é parte do jogo. Todo *corpus* de uma língua seria, portanto, uma caracterização válida da mesma⁹.

Vejamos o caso do estudo lexicográfico para o francês de Verlinde & Selva (2001), que compararam a abordagem tradicional da construção de um dicionário de aprendizes de segunda língua, baseada na intuição do lexicógrafo, a uma abordagem baseada em *corpus*.

De um modo geral, verificaram que é atribuído ao número de entradas (macroestrutura) de um dicionário uma importância maior do que ao conteúdo de

⁹ para uma melhor apreciação das idéias wittgensteinianas ver Glock, 1996; Martins, 1999.

cada entrada (microestrutura). Portanto, a ênfase recai nas palavras simples em detrimento das combinações de palavras, o que vem a ser um contra-senso, já que, para fins comunicativos, os aprendizes necessitam muito mais de informações sobre combinações do que sobre palavras isoladas.

Os pesquisadores puderam detectar, por exemplo, que, mesmo com a difundida repressão do governo francês aos anglicismos, o *corpus* apresentava uma freqüência bastante representativa desses estrangeirismos. A partir dessa constatação, podemos atribuir aos dados lingüísticos um poder maior do que geralmente lhes é conferido.

Por outro lado, os autores utilizaram como fontes periódicos jornalísticos, o que, segundo Sinclair (1991), pode ser questionável: “um *corpus* é uma coletânea de um material amplamente homogêneo, mas retirado de fontes diversas de forma que a individualidade de uma fonte se perde, a não ser que o pesquisador queira isolar um texto em particular (p.17). A diversidade de fontes é uma garantia de segurança dos dados” (p.18).

Corroborando as preocupações de Sinclair (1991), Verlinde & Selva (2001) destacam que a lexicografia de *corpus* é uma evidência empírica necessária à intuição do pesquisador, que serviria para preencher as lacunas de *corpora* que chamam de “não equilibrados”. Portanto, eles ressaltam a urgência da construção de um *corpus* equilibrado para o francês e outras línguas.

Pode-se notar, portanto, que grande parte dos lexicógrafos que se dedicam ao estudo de *corpus* o sentimento de que a compilação de fontes diversas evita o paradoxo do *corpus*. Isto é, evita a formação de um *corpus* tendencioso. Contudo, essa caracterização do *corpus* ideal ignora a imagem da “cidade” apresentada por Wittgenstein e revela uma ilusão corrente na Lingüística: a idéia de que é possível fugir do paradoxo do *corpus*.

A questão freqüentemente intocada é a de que a língua em si não é completa; sempre é possível acrescentar mais uma casa ou mesmo uma rua, o que torna um *corpus* um fragmento de algo já fragmentado. Portanto, não há como fugir do paradoxo do *corpus* uma vez que a completude da língua também é algo inatingível.

Tal constatação, entretanto, não desabona um estudo descritivo da língua; o fato de não ser possível exaurir todas as possibilidades de jogos da linguagem não impede um lingüista ou um lexicógrafo de descrever o que geralmente é constatado nos jogos (cf. Martins, 1999:147). Por outro lado, é desejável que o pesquisador se cerque de alguns critérios para aferir a adequação de um *corpus* em função dos objetivos pragmáticos que se deseja alcançar.

2.2 O teor estatístico do fenômeno lingüístico

Embora proposta antes do advento de *corpora* computadorizados, a Teoria Contextual do Significado proposta pelo lingüista britânico J. R. Firth (1957), subjaz a uma abordagem a partir de *corpus*. Ele propõe que o estudo do significado e do contexto devem ser centrais para a lingüística. Recusa-se a admitir qualquer tipo de distinção entre *langue* e *parole* (estabelecida antes dele por Saussure) ou entre

competência e desempenho (estabelecida mais tarde por Chomsky), já que não enxerga a língua como uma entidade autônoma. Os eventos *lingüísticos*, nos seus termos, são recorrentes e repetidamente observáveis.

No mesmo ano em que Firth profetizou “*You shall know a word by the company it keeps*”, Chomsky tornou pública, em *Syntactic Structures*, a sua crença de que a língua deveria ser analisada em um nível muito mais profundo do que sua estatística superficial. Isto é, numa crítica à visão empirista, argumentou que uma abordagem com base em dados da língua consideraria como identicamente remotas as sentenças “*Colorless green ideas sleep furiously*” e “*Furiously sleep ideas green colorless*”. Ou seja, em qualquer modelo estatístico, as duas sentenças seriam igualmente excluídas, embora, como falantes, nós saibamos que a primeira obedeceria a algumas regras gramaticais. O que Chomsky defendia é que a primeira não poderia ser totalmente desconsiderada e equiparada à segunda simplesmente pelo fato de sua probabilidade de ocorrência ser remota¹⁰. Essa crítica, conhecida como *problema dos dados esparsos*, foi altamente influente para uma mudança de perspectiva teórica nos anos 60.

Mas a evolução de técnicas estatísticas aliada à possibilidade de construção de *corpora* mais robustos de alguma forma equacionou aquilo que Chomsky utilizava como emblema de sua crítica. Além disso, a forma de Firth enxergar a língua não se presta à comparação com o modelo chomskyano. Para ele a língua é um *evento*, uma forma de ação (*a way of “doing things”*); e é por isso que seria um ato legítimo por parte do lingüista se ater aos eventos discursivos propriamente ditos. Firth acreditava que o evento era um fim em si mesmo e não uma forma de acessar o “verdadeiro” objeto de estudo: o sistema subjacente a ele, como Chomsky advogava.

3. A confiabilidade de uma abordagem estatística em relação a outras perspectivas

Nesta altura, parece-me prudente esboçar dois outros olhares teóricos talvez mais correntes na Lingüística: a visão universalista e a visão cognitivista sobre o fenômeno lingüístico. Sobre a primeira, pode-se dizer com certa segurança que foi altamente influenciada por pensadores como Platão, Aristóteles e Locke.

Com efeito, a oposição entre significado literal e figurativo se apresenta em virtude de uma compreensão do significado como entidade. A certeza de que é possível através da linguagem estabelecer relações de verdade sobre as coisas impulsiona esses pensadores a se aterem ao campo da literalidade. Um discurso figurativo, portanto, seria identificado com falta de clareza e imprecisão; careceria do poder epistemológico presente somente no discurso literal.

Portanto, o papel acessório que, tradicionalmente, vem sendo reservado à figuratividade na lingüística tem uma hegemonia histórica no pensamento filosófico. Afinal, é de Aristóteles a frase “*a metáfora consiste em dar à coisa um nome que pertence a outra coisa*”. E uma vez que a ciência e todo o pensamento ocidental são, em grande parte, herdeiros das suas considerações filosóficas, não é de se

¹⁰ Ironicamente, a probabilidade de ambas as frases ocorrerem é grande em virtude de sua relevância ilustrativa na Lingüística.

estranhar que o mesmo seja dito por muitos cientistas contemporâneos da área da linguagem, como, por exemplo Noam Chomsky e Steven Pinker.

Chomsky assim como seus legatários edificaram suas teorias neste pressuposto universalista. Toda manifestação lingüística não-literal, ou seja, não-representativa, deixa de ter importância do ponto de vista científico. De uma forma ampla, podemos dizer que, por esse olhar:

- a) O significado é uma propriedade exclusiva das expressões lingüísticas e se define em termos de referência e verdade assim como independem dos indivíduos que o produzem;
- b) É possível estabelecer o potencial referencial da linguagem; ou seja, como os símbolos se relacionam com a realidade;
- c) Deve-se ater exclusivamente ao domínio literal, não enciclopédico, não pragmático, declarativo e sincrônico;
- d) A linguagem tem prioritariamente a função de expressar (racionalmente) o mundo e, portanto, é possível estabelecer o valor de verdade das sentenças.

Já a visão **Cognitivista** sofreu forte influência de pensadores mais relativistas, como, por exemplo, Friedrich Nietzsche, um dos críticos mais afiados à filosofia tradicional.

Para Nietzsche, a língua é um grande depósito de metáforas e metonímias e o impulso à verdade se origina da necessidade de evitar "a guerra de todos contra todos": um "acordo de paz"(1978:46) do qual a humanidade não consegue se desvencilhar: "Não possuímos nada mais do que metáforas das coisas, que de nenhum modo correspondem às entidades de origem".

Volto-me agora à sua ressonância na visão lingüística proposta por George Lakoff. Segundo a sua proposta, os sistemas conceituais variam, ou seja, não haveria uma visão de mundo unicamente verdadeira; a gramática não seria pura forma; a emoção teria conteúdo conceitual; a mente não seria uma dimensão independente do corpo, e o significado não seria baseado em verdade e referência ou na relação entre os símbolos e as coisas no mundo.

Lakoff introduz o paradigma do **experientialismo** baseando-se tanto nos aspectos imaginativos quanto nos aspectos corporais da cognição. Argumenta que a visão essencialista da linguagem está equivocada ao afirmar que as categorias são universais e que existe uma linguagem do pensamento capaz de captar essas categorias uniformemente (o *mentais*, cf. Pinker, 1995:cap. 3). Para ele, as categorias lingüísticas são claramente reflexos da experiência, da imaginação e do corpo.

De uma forma ampla, mas talvez bastante elucidativa, podemos traçar características definidoras dessa linha de pensamento:

- a) O significado não é puramente lingüístico; pertence ao escopo das estruturas cognitivas gerais fundadas na nossa experiência concreta

(universal/cultural); a linguagem é simplesmente uma de suas manifestações superficiais.

b) Cabe ao lingüista descobrir e explicar a estrutura conceptual que subjaz à linguagem;

c) O escopo de análise é, portanto, muito mais amplo do que aquele proposto pelo representacionismo: inclui-se o não literal, o enciclopédico, o pragmático e o diacrônico;

d) Não há uma ambição verificacionista; não é uma semântica calcada em lógica abstrata;

e) A característica principal da linguagem é servir de sinal concreto para “complexas construções não lingüísticas”

f) Há ênfase nos processos humanos de categorização, na polissemia, e no poder figurativo da linguagem.

Por uma perspectiva puramente **convencionalista**, contudo, algumas dessas grandes questões epistemológicas não são simplesmente deixadas de lado. Apenas não se prestam a uma verificação incontestável como em outros campos do saber. Tal escolha leva a uma perspectiva lingüística amplamente amparada pela faceta estatística do significado. Trata-se de uma forma de enxergar as recorrências lingüísticas abrindo mão de rotulações semânticas pré-concebidas ou de considerações experientialistas.

Essa visão nega, deste modo, a vocação representacionista da linguagem tão defendida por filósofos como Platão, Aristóteles e Locke. Não há, para ele, uma essência do significado que preceda o uso das palavras. É somente na prática do uso que o significado se dá. E mesmo assim, ele não poderia ser “coisificado”. Por essa razão, é instável, contingente e fragmentado. Falar sobre a linguagem, ou fazer um relato sobre o relato, será um relato do jogo, e também faz parte dele. Portanto, nunca será definitivo.

Portanto, Firth, Kilgariff e Harris fogem de certa forma desse embate aparentemente infundável entre universalismo e relativismo. Tal escolha de um caminho minimamente comprometido com representação de significado, contudo, não se trata de uma fuga ou uma evitação do confronto entre universalismo e relativismo, apenas de uma clareza de que tal confronto talvez não chegará a uma resposta definitiva.

De fato, não parece nenhuma heresia afirmar que a língua pode ser descrita como um fenômeno probabilístico, uma vez que há nitidamente padrões de combinações vocabulares recorrentes. Esses padrões, muitas vezes, extrapolam o nível lexical (como expressões idiomáticas mais triviais), culminando em estruturas sintagmáticas super-oracionais (Ver Jackendoff, 1997, cap. 7 e Uzeda-Garrão & Dias, 2001, para exemplos em inglês americano e português do Brasil, respectivamente).

De certa forma, esta perspectiva atenua a visão chomskiana da linguagem, focada no poder criativo do falante ideal, e prioriza uma visão de língua inseparável da pragmática; isto é, enfatiza o teor eventivo do fenômeno lingüístico.

Hoje em dia já dispomos de bons recursos estatísticos para detecção de

estruturas convencionais da língua. Existem alguns métodos estatísticos disponíveis para a detecção de convenções lingüísticas. Por isso, o avanço tecnológico teve um papel seminal na constatação de que uma visão probabilística da língua é viável e altamente profícua. É o *corpus*, além de servir como base de dados para identificação de tais convenções, também tem um papel preditivo ao fornecer os ambientes lingüísticos tipicamente relacionados a elas.

Como Wittgenstein define em *Da certeza* (§559), “o jogo de linguagem é, por assim dizer, imprevisível. Quero dizer: não está fundamentado. Não é racional (ou irracional). Está aí - como a nossa vida”. Portanto, como jogadores, talvez a atitude mais prudente seja a constatação e descrição de partes dos jogos, sem tentar alçar vôos teóricos mais ambiciosos.

Referências

GARRÃO & DIAS. (2001/2) “Um estudo de expressões cristalizadas e sua inclusão em um tradutor automático bilíngüe”. **Cadernos de Tradução no. VIII**, UFSC.

GLOCK, H.J. (1996) **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: J. Zahar.

HARRIS, R. (1996) **The Language Connection**. Thoemmes Press. UK.

JACKENDOFF, R. (1997) **The Architecture of the Language Faculty**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

KILGARRIFF, A. (2000). “**I don’t believe in word senses**”. http://www.kcl.ac.uk/humanities/cch/seminar/99-00/seminar_kilgarriff.html

LAKOFF, G. (1987). **Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind**. Chicago: University of Chicago Press.

MARTINS, H. (1999) “**Metáfora e Polissemia no estudo das línguas do mundo: uma aproximação não representacionista**”. Tese de Doutorado inédita, UFRJ.

_____. (2003) “**Três Caminhos na Filosofia da Linguagem**” In Mussalim & Bentes (org.) *Introdução à Lingüística*. Volume III, São Paulo, Cortez Editora. 439-474.

NIETZSCHE, F. (1978 [1873]). “**Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral**”. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.

PINKER, S. (1995). *The Language Instinct*. New York: Harper Perennial.

SCHERER, M. (2002) “**Uma questão de vocabulário: considerações sobre o campo lexical no ensino de português para estrangeiros**”. Dissertação de Mestrado inédita.

PUC-Rio.

SINCLAIR, J. (1991). **Corpus, Concordante, Collocation**. Oxford University Press, Oxford.

SOUZA FILHO, D. (1997) **Iniciação à história da Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VERLINDE, S & SELVA, J. (2001) "**Corpus-based versus intuition-based lexicography: defining a word list for a French learners**" dictionary. In Proceedings of the Corpus Linguistics 2001 Conference. Lancaster University, UK. www.kuleuven.ac.be/ilt/grelep/publicat/verlinde.pdf.

WITTGENSTEIN, L. (1979 [1953]) **Investigações Filosóficas**. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural.

O léxico e o processamento de linguagem natural

Aucione Smarsaro*

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre o léxico e o processamento de linguagem natural, considerando as falhas de sistemas computacionais e a importância que esses sistemas representam na vida de qualquer usuário, especialmente aqueles que lidam com a tradução. Para obtermos resultados mais eficazes no processamento automático da linguagem, a lingüística e a informática devem estar sempre em interação, pois a informática necessita das descrições lingüísticas e a lingüística, por sua vez, deve apresentá-las de modo que possam ser representadas e utilizadas pela máquina. Para o processamento da linguagem natural a elaboração de um dicionário eletrônico torna-se uma necessidade real, tanto do ponto de vista da qualidade das informações quanto do ponto de vista da quantidade de palavras lexicalizadas na língua.

Palavras-chave: lingüístico computacional processamento de linguagem natural, dicionário eletrônico.

Abstract

This article aims at reflecting on the relationship between lexis and natural language processing. Given that computer systems are still failure-prone but remain important for any user, in special translators and language professionals, we explore the need for joint developments in this area of interdependence. Computer science and linguistics professionals should work close together, since the first depends on precise language descriptions and the latter needs to represent these descriptions in such ways that they may be computer-processed. The development of an electronic dictionary thus becomes crucial both in terms of the quality of information and the quantity of lexicalized words in the target language(s).

Keywords: computacional linguistic natural language processing, electronic dictionary.

1. O desempenho dos sistemas para o processamento das línguas

Atualmente, muitos usuários de computadores estão familiarizados com vários produtos comerciais, cuja função é processar textos escritos: editores de textos, sistemas de busca de páginas na *web*, sistemas de ajuda à tradução etc. Segundo Laporte (2000), esses exemplos de sistemas computacionais estão disponíveis e é fácil constatar que, embora sejam úteis, o seu desempenho ainda não é satisfatório. Os melhores editores de textos apontam erros em palavras corretas, propõem correções erradas e deixam de detectar certos tipos de erros ortográficos. Os sistemas de busca na *web* selecionam, às vezes, dezenas de páginas sem qualquer relação com o assunto pesquisado pelo usuário, mesmo que este expresse seu objetivo de forma suficientemente precisa. Até os textos produzidos pelos melhores sistemas de ajuda à tradução necessitam de um sistema para tradutores humanos, devido a erros de tradução que, aliás, tomam os resultados da tradução automática quase um gênero literário cômico.

* Instituto Militar de Engenharia Departamento de Engenharia de Computação

** PUC-Rio, Departamento de Letras.

Retomando o que afirma M. Gross (1991:7), hoje em dia, praticamente todos os textos (livros, jornais, revistas, periódicos, mala comercial etc.) são produzidos mediante computadores. Segue-se daí, em princípio, que os arquivos podem agora ser armazenados em formato computacional. Os programas de computador podem escanear os textos desses arquivos em busca de informações específicas.

Provavelmente, esses problemas requerem mais estudos, e essas dificuldades poderão ser superadas, considerando-se que o material a ser processado é de natureza lingüística e as dificuldades podem se dar, porque há diferentes possibilidades de interpretação para as palavras: não há total regularidade, e mais: não é clara a noção de sintagma e composto e é necessário que lidemos também com as questões homonímia/polissemia. Contudo, o aumento das potencialidades técnicas dos computadores foi rápido e enormes quantidades de textos se tornaram disponíveis em suportes eletrônicos. Numerosos sistemas de processamento de textos foram elaborados, muitas vezes em apenas alguns meses, com aplicação de métodos e aproximações matemáticas e com pouca integração de dados lingüísticos. É por essas razões que a construção de um dicionário eletrônico de palavras compostas, sem dúvida, poderá melhorar a qualidade dos programas que pressupõem descrições lingüísticas.

2. A importância do léxico para o processamento das línguas

Segundo Ranchhod (2001), nos últimos anos, tornou-se evidente que os recursos lingüísticos e, em particular os recursos lexicais, são a pedra de toque de qualquer sistema de processamento de linguagem natural. Na verdade, a crescente necessidade de aplicações da lingüística computacional fez ressaltar a carência de dados lingüísticos de dimensões reais, em particular, de léxicos e gramáticas de grandes coberturas. Para atender a essas exigências de qualidade, o tratamento automático requer das línguas uma descrição sistemática e o mais completa possível, pois a insuficiência de dados lingüísticos pode gerar falha no processamento automático. Ao falarmos de processamento de linguagem natural, surgem vários problemas, como a grande variação morfológica e sintática das unidades lexicais ou a ambigüidade intrínseca da língua portuguesa. Para resolvê-los, destacam-se três níveis de análise lingüística: morfológico, sintático e semântico. Para cada nível associam-se descrições lexicais apropriadas. Se, em relação ao tratamento do léxico, os dicionários utilizados pelos sistemas de processamento não forem adequados, quer do ponto de vista da sua cobertura lexical, quer, do ponto de vista da formalização e sistematização da informação lingüística, isso afetará não só a análise lexical de um determinado texto, mas também todas as fases de processamento subseqüentes. Se, por exemplo, uma palavra não for reconhecida ou não for corretamente identificada, a análise sintática da frase ou da estrutura em que ela se encontra não poderá ser feita. O léxico surge, portanto, como um componente de grande importância em qualquer sistema de processamento automático da linguagem natural.

3. Contribuições da lingüística para o processamento das línguas

Durante 60 anos, tanto a lingüística quanto a informática desenvolveram

suas pesquisas de modo quase independente. Há trabalhos conjuntos, mas, pelo menos para o português do Brasil, a investigação ainda é relativamente recente. São dois mundos que ainda não se conhecem muito bem. De um lado, os lingüistas, de outro, os engenheiros. Talvez por isso o processamento da linguagem natural ainda apresente resultados insatisfatórios. As dificuldades aqui apontadas representam indicativos de que o desempenho desses sistemas disponíveis ainda é passível de melhoria e outros a serem elaborados poderão apresentar melhor qualidade no desempenho de suas funções. A observação, a descrição, a codificação das propriedades e a adequação de dados lingüísticos necessitam de um ritmo de elaboração mais lento, mas com certeza possibilitarão progressos substanciais no desempenho dos sistemas. Por outro lado, Santos (1999) argumenta que ao tentarmos resolver um dado problema (isto é, ao tentar construir um programa que manipula a língua) é que surge o momento de nos debruçarmos quer sobre algumas características do léxico ou da gramática, quer sobre as teorias que pretendem dar suporte a esse problema. Isso significa que, para obtermos resultados mais eficazes no processamento automático da linguagem natural, a Lingüística e a Informática são dois campos que devem estar sempre em interação, pois a Informática necessita das descrições lingüísticas e a Lingüística, por sua vez, deve apresentá-las de modo que possam ser representadas e utilizadas pela máquina.

Em meio a essas dificuldades constatadas no processamento da língua, a elaboração de um dicionário eletrônico torna-se uma necessidade real, tanto do ponto de vista da qualidade das informações, quanto do ponto de vista da quantidade de palavras lexicalizadas na língua. Um dicionário eletrônico que apresente a descrição das palavras, no caso palavras compostas, com suas propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas, provavelmente será um dos recursos que poderão resolver uma grande parte dos problemas de natureza lingüística encontrados no processamento das línguas.

4. As propriedades de um dicionário eletrônico

Os dicionários eletrônicos fazem parte da maioria dos programas que envolvem procedimentos de reconhecimentos de unidades lingüísticas significativas M.Gross (1989). Nesse tipo de programa, um texto é submetido, inicialmente, a um procedimento de segmentação das unidades gráficas (as palavras). Em seguida, consulta-se um dicionário a fim de determinar a natureza de cada uma dessas unidades. Se uma palavra não for encontrada no dicionário, uma análise posterior mais apurada do texto será bloqueada ou embaraçada nas melhores das hipóteses. Se, em relação ao tratamento do léxico, os dicionários utilizados pelos sistemas de processamento não forem adequados, quer do ponto de vista da sua cobertura lexical, quer do ponto de vista da codificação e sistematização das seqüências lingüística, isso afetará não só a análise lexical de um determinado texto, mas também todas as fases de processamento subseqüentes. Logo, todas as informações lingüísticas devem ser dadas à máquina de forma completa e explícita.

Um dicionário eletrônico é um léxico computacional concebido para ser usado, sem intervenção humana, por programas informáticos em diversas operações de processamento de linguagem natural: reconhecimento de unidades lexicais simples

e complexas (de natureza terminológica ou não) num texto a ser automaticamente indexado, análise de um texto para extrair informação ou para traduzir para outra língua, etc. Essa finalidade dos dicionários eletrônicos faz com que eles tenham de ser fundamentalmente diferentes daqueles que são elaborados para utilizadores humanos, mesmo quando estes se encontram em suporte magnético ou óptico, a fim de poderem ser consultados em ambiente informatizado. Contudo, o fato de as versões digitais dos dicionários de uso serem freqüentemente comercializadas com a designação de dicionários eletrônicos pode levar a uma certa confusão entre os dois tipos de léxicos, que convém esclarecer: segundo M. Gross (1989), a ambigüidade do termo informatização levou a um mal-entendido entre as duas categorias de dicionários. As informações contidas em cada dicionário não têm nada em comum: num caso, são codificações não transparentes (destinadas aos profissionais da lingüística computacional); no outro, textos destinados ao grande público. Em geral, as versões informatizadas dos dicionários de uso são completamente idênticas às tradicionais edições em papel desses mesmos dicionários: idêntico conteúdo, idêntica estruturação de entradas, idêntica cobertura lexical. A sua diferente apresentação pode facilitar a sua consulta, mas não torna diferentes os seus objetivos: em papel ou em formato digital, destinam-se a serem consultados por humanos e não podem em caso algum ser diretamente explorados por programas de análise automática de texto. Apesar de alguns aspectos comuns, há entre os léxicos computacionais e aqueles que não o são, diferenças apreciáveis.

A diferença mais evidente reside no fato de que, num dicionário de uso, as seqüências lingüísticas não estão codificadas, enquanto que a codificação é um requisito imprescindível de um dicionário eletrônico. Os dicionários eletrônicos são aqueles elaborados com o objetivo específico de serem usados em análise automática de texto; por isso têm de conter informações lingüísticas codificadas e formatadas, pois só assim se tornam acessíveis aos programas de análise lexical e sintática. Não podem conter lacunas nem lexicais, nem descritivas, e todas as informações lingüísticas têm de estar coerentemente estruturadas. As informações de natureza sintático-semântica também têm de ser tratadas nos dicionários eletrônicos, por isso esses dicionários devem ser, desde o início, concebidos para poderem receber cumulativamente não só informações adicionais sobre as palavras, mas também sobre as combinações de palavras, isto é, sobre o comportamento (as propriedades sintáticas e semânticas) dessas combinações.

Os dicionários de uso, informatizados ou não, não estão sujeitos a essas imposições. Para não sobrecarregar o dicionário, muitas informações evidentes para o utilizador (humano) são omitidas, muitas outras são apenas implicitamente referidas. Pressupõe-se, em muitos casos acertadamente, que os falantes que os consultam têm conhecimentos lingüísticos suficientes para estabelecer relações e reconstituir o que eventualmente falte. Mas às máquinas é preciso dizer tudo de forma completa, explícita e coerente.

Os dicionários de uso são concebidos para serem usados por humanos, não possuem, por mais completos e bem elaborados que sejam, os requisitos necessários à sua utilização automática.

Os dicionários eletrônicos descrevem as palavras simples e compostas de

uma língua, associando a cada uma um lema e uma série de códigos gramaticais, semânticos e flexionais. Esses dicionários foram elaborados por equipes de lingüistas franceses para várias línguas (francês, inglês, grego, italiano, espanhol, alemão, tai, coreano, polonês, norueguês, português...).

As várias tentativas para reconverter os dicionários de uso em dicionários eletrônicos, isto é, em léxicos que possam ser usados automaticamente em operações de processamento das línguas naturais, têm-se revelado uma tarefa difícil, uma vez que a explicitação da informação implícita nas definições obriga a reescrever completamente o conteúdo das entradas.

5. A importância do léxico de palavras compostas para o processamento

Conforme observou Gross (1988:58),

A necessidade dessa pesquisa não se atém apenas ao tamanho do léxico em questão (várias centenas de milhares de elementos), mas à frequência dos compostos nos textos. Podemos ter uma idéia sublinhando em um jornal ou em obras científicas as seqüências mais ou menos fixas (substantivos ou outras categorias). Nós vamos perceber que é ilusório sonhar com um tratamento automático antes de dispormos de uma parcela considerável de cobertura das estruturas compostas.

M.Gross e D. Tremblay (1985) afirmam que os substantivos compostos constituem uma boa parte do léxico das línguas. Baptista (1994:2) mostra que as palavras compostas constituem uma parte substancial do léxico de qualquer língua. Os nomes compostos representarão, provavelmente, a maior parte do léxico composto. Nas línguas européias, os substantivos compostos encontram-se na faixa dos milhões. No Brasil, o reconhecimento da extensão do léxico nominal composto é ainda muito deficiente – as palavras compostas que constam nos dicionários usuais ainda não representam sua real existência no léxico.

Silberstein (1997) chama atenção para a importância de ferramentas lexicais, pois, para confrontarmos o dicionário com um texto e associar as palavras do texto às informações lingüísticas do dicionário, precisamos de ferramentas de análise lexical. Nesse sentido, registramos a relevância de uma descrição para as palavras compostas que trate, por exemplo, dessa questão, a fim de que se possam aperfeiçoar alguns dos problemas clássicos no processamento das línguas: armazenamento de dados numerosos, reconhecimento de formas numa seqüência linear sem o comprometimento das idéias no que diz respeito a ambigüidades, redundâncias, repetições, informações incorretas e agramaticais.

Assim a elaboração de um dicionário eletrônico de palavras compostas é uma aplicação factível que poderá auxiliar tanto na resolução de problemas de programas que manipulam a língua, quanto na resolução de problemas de programas que levam em consideração as características dessa língua. Quanto mais recursos houver para a descrição da língua, melhor será a qualidade dos programas de processamento da

linguagem natural.

Podemos diante das reflexões apresentadas afirmar que a elaboração de um dicionário eletrônico de palavras compostas se configura como um dos recursos que poderão contribuir para a melhoria da qualidade das aplicações. Isto é, a qualidade de uma aplicação depende muito do dicionário acoplado a ela.

Referências

BAPTISTA, Jorge. **Estabelecimento e formalização de classes de nomes compostos**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1994.

GROSS, Gaston. Degré de figement dès noms composés. In: **Languages 90**, pp. 57-72. Paris: Larousse, 1988.

GROSS, Maurice. La construction de dictionnaires électroniques. In: **Annales des Télécommunications**, tome 44, n. 1-2, pp. 4-19, Issy-les-Moulineaux/Launnon: CNET, 1989. Tradução Alexis Neme.

_____. Linguistics representatios and text analysis. In: **Linguistic Unity and Liguistic Diversity in Europe**. London: Academia Europaea, 1991. pp. 31-61.

LAPORTE, Eric. Reconnaissace des expressions figés lors de l´analyse automatique: **Langages 1990**, pp. 117-126.

_____. **A lingüística para o processamento das línguas**. In: Recortes lingüísticos. Vitória-ES: Saberes 2000.

PAUMIER, Sebastien. Unitex: Manual de utilização. 2002. Tradução Alexis Neme, Oto Vale.

RANCHHOD, Elisabete. O uso de dicionários e de autômatos finitos na representação lexical das línguas naturais. In: _____. (Org.). **Tratamento das línguas por computador: uma introdução à Lingüística Computacional e suas aplicações**. Lisboa: Caminho, 2001. pp. 13-47.

SANTOS, Diana; RANCHHOD, Elisabete. Ambientes de processamento de *corpora* em português: comparação entre dois sistemas. In: **Actas do IV Encontro para Processamento Computacional da Língua Portuguesa Escrita e Falada**. Universidade de Évora. 1999.

SILBERZTEIN, Max. Le dictionnaire électronique dès mots composés. In: **Langue Française 87**. Paris: Larousse, 1990. pp. 71-85.

Propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do léxico

Francisco S. Borba*

Resumo

Adotando a tecnologia da lingüística de corpus este texto procura mostrar como, pela produção lingüística, se pode chegar a alguns princípios gerais de construção da língua. Assume-se, de partida, que o léxico como componente que faz a conexão entre o sistema lingüístico e o mundo dos objetos, tem necessariamente determinadas propriedades que permitem que se estabeleça a comunicação por meio da língua.. Os itens léxicos, além dos traços específicos que os individualizam, carregam potencialmente essas propriedades, que, em última instância, dão direção à circulação do léxico como um todo. Tais são as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas. Possibilitando as relações entre os itens, elas, as sintáticas, são condição para que se descubram as propriedades semânticas, sendo que as pragmáticas são a soma das duas na situação de uso. Partindo-se da possibilidade de associação, que aproxima as palavras, apresenta-se a transitividade, a distribuição e, derivada desta, a colocação. Relacionada com as relações argumentais, discutem-se as construções simétricas, e como relações entre construções, as transformações. Das propriedades semânticas, discute-se a atuação dos contextos na produção de significações. Das propriedades pragmáticas fala-se não apenas de certos conjuntos específicos como o das interjeições, mas também daquelas lexias simples ou complexas que só funcionam na situação de discurso. Tais são as saudações, as imprecações, as blasfêmias e os insultos aí incluídos os chulismos, exorcismos e benzeções, as exclamações etc.

Palavras-chave: *Lingüística de corpus; sintaxe, semântica, pragmática, transitividade, colocação.*

Abstract

Following a corpus linguistic technology, this paper tries to demonstrate how we may, through linguistic production, reach some general principles of language structure. We assume, from the start, that the lexicon as a constituent connecting linguistic system and the real world, has necessarily some properties allowing to state language communication. Lexical items, beyond their individual features, potentially bear these properties that, at last, guide lexical flowing. There are syntactic, semantic and pragmatic properties. Making possible the relation among lexical items, syntactic properties are condition to discover semantic properties, and pragmatic ones are the result of both in usage environment. Starting from association possibility, getting close words, we present transitivity, distribution and collocation. Related to argument relations, we discuss symmetrical structures, and stating relations among structures, there are the transformations. About semantic properties, we discuss context action in meaning production. In terms of pragmatics we talk about either some specific sets like interjections as those items functioning only in discourse environment. Those are salutations and greetings, exclamations, blasphemies, imprecations, cursings, irreverences etc.

Keywords: Corpus Linguistics, syntax, semantics, pragmatics, transitivity, collocation.

* Instituto Militar de Engenharia Departamento de Engenharia de Computação

** PUC-Rio, Departamento de Letras.

1 Este texto pretende mostrar como, pela observação da língua em uso, se pode, indutivamente, chegar a propriedades gerais e, portanto, ao sistema abstrato e supra-individual que é a língua. A adoção de uma tecnologia de base empírica, calcada na língua como produto, calcada nos dados brutos, não enfraquece a construção de teorias ou modelos formais, que independem de resultados, uma vez que a análise quantitativa por onde se inicia, leva forçosamente à análise qualitativa. A metodologia da lingüística de corpus oferece uma alternativa para aqueles pesquisadores que resistem ao distanciamento da teoria lingüística em relação à língua usada no cotidiano. Na pesquisa de corpus a teoria, ou melhor os princípios, as leis resultam de generalizações conseguidas por um método indutivo. Consegue-se um princípio através de levantamento, observação é análise de um número significativo de ocorrências de um fenômeno dado, em amostras de uso da língua em situações da vida real. Exemplos criados, ou seja, metaexemplos, são a exceção, não a regra. Todos os casos do fenômeno estudado são incluídos na análise, e noções de estatística, tais como frequência e probabilidade, desempenham um papel central na formulação da teoria.

A metodologia indutiva depende, evidentemente, de um campo de observação (no caso, o português contemporâneo do Brasil, preferencialmente em seu registro escrito] e de uma tecnologia que dê conta daquilo que se quer procurar - aqui, as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do léxico.

2 Para o objetivo visado adota-se a orientação mais geral da **Lingüística de corpus** [análise lgítica apoiada num corpus], segundo a sugestão de **J. Sinclair**, da Universidade de Birmingham, em seu projeto chamado **Cobuild**. A denominação lingüística de corpus (LC) é recente, mas ela é um desenvolvimento da noção estruturalista de **corpus**, pois o define como uma coletânea grande e criteriosa de textos de língua natural. A LC volta-se para o uso na tentativa de descoberta de padrões de associação, entendendo-se por **padrão** um conjunto de traços típicos que co-ocorrem. Isso porque se apóia no pressuposto de que o ser humano não é dotado da capacidade de perceber o que é típico, ao contrário, é equipado para notar aquilo que se destaca, isto é, o atípico. A abordagem baseada em corpus permite buscar respostas à questão da tipicidade porque faz uso do computador, o qual é naturalmente programado para detectar ocorrências e co-ocorrências. Aliás, o advento do computador alterou radicalmente as possibilidades deste tipo de abordagem, uma vez que o armazenamento de enormes quantidades de dados, sob a forma de corpus de grande porte, tornou-se relativamente fácil, particularmente com o barateamento do custo das máquinas nos últimos anos. A eficiência com que os computadores realizam operações de busca e recuperação permite que uma grande quantidade de ocorrências de um dado fenômeno seja analisada com rapidez e precisão. Deste modo, a lingüística de corpus está intimamente relacionada à lingüística computacional, um termo genérico utilizado para abranger praticamente qualquer uso de computadores para a análise de línguas humanas. Compreende-se, portanto, que uma parcela substancial da pesquisa produzida segundo abordagens baseadas em corpus venha da área de inteligência artificial, muitas vezes em projetos conjuntos com lingüistas.

O apoio teórico de partida para a investigação relaciona-se com o alcance dos signos lingüísticos, ou seja, a dimensão sintática [= relação signo – signo] , a dimensão semântica [= relação do signos com os objetos a que se aplicam] e dimensão pragmática [= relação entre os signos e seus usuários]

3 O léxico como componente que faz a conexão entre o sistema lgico e o mundo dos objetos, tem necessariamente determinadas propriedades que permitem que se estabeleça a comunicação por meio da língua.. Os itens léxicos , além dos traços específicos que os individualizam , carregam potencialmente essas propriedades, que, em última instância, dão direção à circulação do léxico como um todo.

4 Entendendo-se propriedade não apenas como qualidade inerente, mas ainda como capacidade ou possibilidade, percebe-se que se hierarquizam aquelas que são próprias do léxico. Assim, são as propriedades sintáticas que comandam as demais. Possibilitando as relações entre os itens, elas, as sintáticas, são condição para que se descubram as propriedades semânticas, sendo que as pragmáticas são a soma das duas na situação de uso.

4.1 As propriedades sintático-semânticas servem de base para a classificação dos itens lexicais ou palavras que, numa primeira etapa, podem agrupar-se em dois conjuntos – o das **palavras gramaticais** (Artigos, Pronomes, Preposições, Conjunções etc.) e o das **palavras lexicais** (Substantivos, Adjetivos e Verbos). As primeiras funcionam dentro do sistema lingüístico e as segundas é que realmente fazem a conexão entre o sistema e a realidade. Nesta etapa vou me deter um pouco nas propriedades das palavras lexicais.

A possibilidade de associação, aproximando as palavras , gera a dependência, e esta, a **transitividade** entendida, então, como grau de completude da cada palavra ou classe de palavra : as intransitivas são completas por si mesmas e as transitivas precisam de complementação para chegar a ter efeitos. Esta noção é de natureza sintagmática - assim como nenhuma palavra tem cadeira cativa numa classe, assim também sua transitividade só se realiza na frase. Dessa forma, potencialmente, substantivos (S), adjetivos (Adj) e verbos (V) são transitivos e intransitivos; dependendo de sua ambiência ou colocação para se realizarem de uma forma ou de outra. A observação da transitividade pode ser feita no conjunto das famílias morfológicas, o que facilita a compreensão. Por exemplo, se, em princípio, o verbo **obedecer** é transitivo construindo seu complemento introduzido pela Prep **a** – *obedecer às leis do trânsito* – do mesmo modo se construirão os correspondentes – *obediente às leis; obediência às leis*. E assim, *confiar no futuro* > *confiança no futuro* > *confiante no futuro*. Se **morrer** é intransitivo, também serão **morto** e **morte** – *O galo morreu ; um cão morto na calçada; nenhum medo da morte*. Por definição, a transitividade está ligada à complementação. Para os verbos, há dois tipos de estruturação de complementos – sem Prep [Cf *Busco a verdade*] e com complemento [Cf *Fomos ao parque; Dei um presente a meu neto; Transferiu sua conta do Banco do Brasil para a Caixa Econômica.*]. Havendo mais

de um complemento, só um pode ser não-preposicionado, e este se coloca sempre junto ao núcleo verbal, contituindo a primeira associação. Por outro lado, quando se tratar de complementação nominal ou adjetival, sempre o complemento será preposicionado, coincidindo ou não a Prep com a da correspondente forma verbal - *ansiar por vingança* > *ânsia por/de vingança* > *ansioso por/de vingança*; *participar de um evento* > *participação num evento*. De qualquer forma, a complementação, resultado da transitividade, forma uma rede complexa porque atinge o léxico em graus variáveis, formando vários subconjuntos. Por isso se diz que os contextos regulam a rotulação porque regulam a complementação.

Ainda relacionada às possibilidades associativas, tem-se a **distribuição**, entendida como soma dos contextos em que uma unidade aparece em contraste com aqueles em que ela não aparece. Está ligada à compatibilidade de traços entre itens que se aproximam, o que pode gerar construções em graus variáveis de aceitação, indo das construções denotativas para as conotativas até as inaceitáveis, por confusão de traços, empastamento semânticos etc. Ilustração fácil está na combinatória S + Adj. *Imaginoso, ajuizado ou pensativo* só se aplicam a substantivos com a traço **humano** [*um garoto ajuizado, mas imaginoso demais; Marina estava pensativa.*]. Adjetivos como **melancólico** e **triste** pertencendo à mesma área semântica parecem poder aplicar-se à mesma subclasse de substantivos. De fato, ambos podem ser aplicados a substantivos abstratos - *uma triste retirada/ uma retirada melancólica* -; mas aplicados a substantivos animados, especializam-se - **triste** vai para qualquer animado - *Meu cachorro fica triste quando me vê triste*. - **melancólico**, só para humano [*Cp Meu pai tem andado muito melancólico ultimamente - *(?) Meu gato tem andado muito melancólico altimamente.*]. **Alagado** ou **encharcado** só se aplicam a S concretos não-animados - *terreno alagado; o capim encharcado de orvalho*. No caso presente, entretanto, é preciso lembrar que a combinatória básica só serve para a função denotiva. Na circulação do léxico, os traços migram, combinam-se e recombina-se, de tal forma que é preciso atentar para cada contexto, para, por essa via, chegar à significação da construção. Qualquer falante de português sente como estranha uma frase como - *imaginosas galinhas ciscavam no terreiro* -; rejeita **uma torneira imaginosa* e reage normalmente diante de - *um livro imaginoso ou Deus ao caso uma solução imaginosa*. Isto porque no primeiro exemplo, entende-se facilmente que o Adj se refere ao autor do livro, e no segundo, solução é S abstrato que se apóia num referente com o traço **humano**. A partir deste esquema é que se dá a polissemia, no caso, tanto do substantivo como do Adj. Quanto maior a liberdade combinatória, maiores são as possibilidades polissêmicas. Vejamos alguns aspectos do uso de um Adj de alta frequência como **alegre**, em que se percebe que o resultado semântico não está apenas na variação dos traços básicos - \pm concreto, \pm contável, \pm animado, \pm humano etc. - mas aos traços definitórios específicos de cada item. Associado a S \pm hum, **alegre** pode significar: (i) contente: *As irmãs sempre estão alegres* (ii) feliz: *Lina se despediu alegre, no sétimo céu*. (iii) (Coloq) levemente embriagado; tocado: *sem ficar bêbado, somente um pouquinho alegre e se sentindo rico*. (S)¹¹ (iv) satisfeito: *Paçoca a gente come, comentou Nha Tuca, alegre com a descoberta, de seu posto de espia*

¹¹ As abonações são tiradas do corpus de Araraquara, aqui apenas identificados pelo e sua obra.

(F. Marins – Grotão do café amarelo) . Associado no nome concreto não-animado, dá **(i)** vistoso; vivo: *O corpo de baile subira para despir as roupas alegres do campo e do sol* .(Cony – Balé branco); *envergando as cores alegres do seu time* (Z.M. Gasparetto – Pedacos do cotidiano) **(ii)** que traduz alegria: *Do aparelho de rádio agora saíam músicas alegres, entremeadas de anúncios* .(E. Veríssimo – Incidente em Antares) **(iii)** vivo: *crianças de olhos brilhantes e alegres* **(iv)** jovial; sorridente: *Naquele instante viu o rosto alegre de uma enfermeira, que se aproximou* .(Z.M. Gasparetto – Pedacos do cotidiano) **(v)** que causa bem estar: *Nele a erudição foi transformada em alegre licor de jenipapo* .(C. Abreu - Carolina) Associado a nomes abstratos, tem-se : **(i)** que traz alegria: *Do mago, só guardariam, pois, boas e alegres lembranças* . (Scliar – Cenas da vida minúscula **(ii)** desregrado: *Essa alegre vida de luxúria, entretanto, as deixava à mercê de diversos males* .(Ana Miranda – O retrato do rei) **(iii)** tolerante; brando: *Resolveram fundar uma nova religião, mais alegre, menos severa* .(Scliar – Cenas...) **(iv)** agradável; divertido: *tão alegres nossas viagens que mais tinham jeito de passeios* (D. Borges – Ídolo de cedro); **(v)** divertido; brincalhão; trocista: *Surgiam comentários alegres a respeito da metralhadora* .(A. Machado – João Ternura) . Por aí se percebe como o traço básico delimita o alcance semântico das combine. Esse jogo atinge todas as classes e subclasses. Comparem-se estas duas ocorrências do Adv **barbaramente** - *Foram barbaramente assassinados no interior de sua casa* .(Folha de São Paulo – FSP – ano de 1997) e *O Rio cresceu barbaramente nesses últimos 25 anos* (Revista VEJA - ano1995) – em que não apenas se especificam dois valores contextuais diferentes para o Adv – **violentamente** no primeiro caso e **muito** no segundo -, mas também decide a subclasse para cada caso – *modo* no primeiro e *intensidade* no segundo

Como se viu, a distribuição regula a combinatória de traços porque a associação de um item a outro está sujeita a restrições ligadas à compatibilidade ou não dos traços componenciais. Assim se formam as combinações que vão daquelas cujos elementos não apresentam restrições combinatórias, formando, portanto, associações comuns – como *olhar a rua, andar a pé, casa alta, folha verde* , passando pelas típicas – como em *beber água, ler um livro, cardume de peixes* – até chegar às inesperadas – Cp *cortar + a melancia* e *cortar+ a amizade* . A esse tipo de operação dá-se o nome de **colocação**, que se organiza a partir de um elemento considerado como **base** a que se associa um outro que pode ser chamado de **colocado**. Tomando-se um item como base, seu colocado pode ser esperado como em *horda de bárbaros* ou *bando de ladrões*. Dessa forma, tomando os verbos como bases, podemos agrupá-los em conjuntos de acordo com a colocação de seus constituintes – o sujeito e os complementos. Ex: verbos que expressam vozes animais, selecionam para sujeito o animal específico para cada voz Assim *ovelha + balir*; *galinha + cacarejar*, *cão + uivar* ; *raposa + regougar*. A quebra da colocação esperada, passando, portanto, para a inesperada, é que produz as conotações, e e enriquece semanticamente o discurso. Cf *O negro, alucinado, brandindo a adaga sangrenta, regougou heróico proclamando a vitória*, (C.NETO – O rei negro); *Coriolano, cacareja alguns resmungos em resposta ao bom-dia que lhe foi endereçado*. (F.J.C. Dantas – Os desvalidos) Essa quebra é praticamente a norma na linguagem poética. Ex: Cp *manhã clara, manhã de sol, manhã chuvosa* etc.

e estes versos de Gilka Machado (Poesias Completas)- *Manhãs suaves, serenas, manhãs tão mansas, tão macias que pareceis feitas de penas e melodias*. Ou esta estrofe de C Alves (Espumas Flutuantes), falando do livro - *Assim, meu pobre livro as asas larga/ Neste oceano sem fim, sombrio, eterno.../ O mar atira-lhe a saliva amarga, / O céu lhe atira o temporal de inverno.../ O triste verga à tão pesada carga/ Quem abre ao triste um coração paterno?* As colocações esperadas desenvolvem as colocações típicas como em discussão **acalorada, lauto** banquete, **gravemente ferido** ou **chover a cântaros**. Estas chegam às construções cristalizadas, a ponto de o todo passar a uma significação particular diferente da soma das partes. Observem-se alguns usos de baixar + Compl: S - **b. a cabeça** humilhar-se; submeter-se: *Deve ter nascido para obedecer e baixar a cabeça*. (C. Lispector – O Aquário); **b a lenha** dar pancada: *Peguei mesmo na garrafa... e, de pé, baixei a lenha na cabeça do primeiro*. (M.C. Proença – O Alferes); **b. a língua** falar muito mal de; xingar: *A velhota protestou e Fraga baixou a língua na velhice dela*. (J.C. Carvalho – Minho de mafagafes); **b. a ripa/o porrete/o pau** surrar: *Eu só baixei a ripa nele quando já estava de beijo assim*. (A. Callado – Pedro Mico); *E vai mandar baixar o pau*. (D. Gomes – O rei de Ramos); *Baixaram o porrete no outro cachorrão*. (G. Rosa – Corpo de baile). Como se vê, é pela colocação que se chega à significação do item, ao seu valor semântico contextual. O jogo esperado/inesperado se dá pela variação do contexto e variando o contexto, varia a significação, e isso produz a polissemia, como se viu acima a propósito de **alegre**. Os verbos por constituírem o núcleo da predicação, tem vários tipos de seleção à direita e à esquerda, que os leva a amplas redes de relações sintático-semânticas. Tome-se **acabar**, de alta frequência, de uso corrente, para ver como fica, em linhas gerais, a sua sintaxe-semântica, diga-se, a sua gramática. Primeiramente, devemos considerá-lo, de acordo com o uso, em dois conjuntos – como item lexical e como item gramatical. No primeiro caso, realiza-se como verbo de ação, de causação e de processo; no segundo caso, como verbo auxiliar, usado para indicar aspecto. É um verbo de ação quando seleciona um sujeito ativo ou agente, marcado pelo traço +humano – *Você já acabou sua lição?* - ; é verbo de causação/causativo quando seleciona um sujeito causativo, marcado pelo traço não-animado – *A briga acabou com a festa.*; é verbo de processo quando o sujeito é afetado e marcado pelo traço não-animado – *O mundo vai acabar*. Pela complementação, a forma do compl faz variar a significação. Assim, da combinação com complemento da forma **C: S**, resultam **concluir, terminar** - *Era possível que melhorasse e acabasse a noite sem cometer desatino*. (O. Faria -Ângela) – e **pôr um fim, encerrar** - *Eu devia acabar aquela maluqueira*. (G.Ramos - Angústia). A diferença se deve ao contraste dos traços **concreto**[noite] e **abstrato** [maluqueira]. Já com compl da forma **com+S** tem-se **dar cabo de, arrasar** - *Filomena mora lá em cima desde que meu avô acabou com os ratos*. (I. Passotti - Aqueles cães malditos de Arquelau) - ; **pôr termo a** - *Então ele acabou com a petulância do menino, passando-lhe um pito merecido*. (F. Sabino – A falta que ela me faz). Isso como verbo de ação. Como verbo causativo só tem o Compl da forma **com+S**, e dá **pôr fim a, encerrar** - *A intervenção de mamãe acabou com a briga*. (Z. Gattai – Anarquistas graças a Deus); *A televisão acabou com a comunicação familiar*. (Rev. REALIDADE). A forma de processo pode dar **chegar ao fim; extinguir-se** -

Pôs-se a rir dizendo que a guerra iria acabar. (C. dos Anjos – O amanuense Belmiro); *As moscas não acabam nunca.* . Tomando a forma pronominal resultam - **esgotar**: *È os minutos se acabando, tardonhos.* (M. Andrade – Amar, verbo intransitivo) -; **decair fisicamente; morrer**: *Os pais de Helena, arruinados, acabaram-se bem cedo.* (M. de Assis – Memorial de Aires) - **decair; consumir-se**: *Também seria uma ingratidão vê-la para um canto a se acabar, magra e amarela que nem uma lesma.* (A. Caminha – A normalista) . Considerando-se a complementação e a forma do compl tem-se - **C: com+S > passar a ter**: *Casou com uma mulher muito mais nova do que ele e acabou com a cabeça enfeitada de chifres.* (A. Dourado – Violetas e Caracóis) ; **C: em+S > chegar a termo**: *A noite acabou em briga.* (Revista Caras); **C de lugar >** ir ter; ir dar; ir parar: *Todos podiam acabar na cadeia* (M. Fernandes – Fábulas fabulosas) ; **C Pred]** tornar-se: *Acabáramos todos loucos.* (J. Andrade – A escada); *Meu ódio foi tanto que enrugou por dentro, derramou, virando fel e acabou em cinzas.* (P. Dantas - Capitão Jagunço). Como item gramatical, **acabar** funciona como auxiliar para indicar aspecto resultativo ou cessativo/terminativo, conforme a estrutura a que se associa – resultativo associado a v. no gerúndio ou na forma por + v. no infinitivo - *Roberto acabou concordando em ir conosco uma vez, só para me tirar do embaraço.* (C. Neto – A bico de pena); *O burro acaba por cair na cisterna.* (A. Amaral – Tradições populares) ; cessativo/terminativo se precede de + v. no infinitivo - *Quando acabei de falar ele balançou a cabeça de modo pensativo.* (L. Cardoso - Crônica da casa assassinada); *Seus pais acabaram de chegar.* (J. Andrade – A escada); *O financista acabara de ler o segundo tomo da Decadência do Ocidente, de Spengler.* (A. Peixoto – As razões do coração) .

A colocação ainda pode, por transferência, levar um item de uma classe a desempenhar funções próprias de outra classe . Isso se dá nas seguintes situações :**(i)** por aposição [cf cheque fantasma] em que o aposto tem função adjetiva, **(ii)** por associação atributiva [blusa verde musgo] **(iii)** por posição [Ali era o fim do mundo – em que o Adv na posição de sujeito passa a uma função pronominal equivalendo a aquele lugar] **(iv)** pela ação de um relacional. [Prep, Conj] [amor de pai = paterno] . Pela aposição o substantivo passa a função adjetiva, mas não muda de classe, já que não perde as características de sua classe nem toma a principal característica da outra , que é a concordância – comício monstro/comícios monstro, peixe(s) espada . Este expediente é bastante produtivo na designação de cores por nomes concretos não-animados apostos a substantivos – blusas **abóbora**, sapatos **areia**; calças **cinza**. Comportamento semelhante tem o substantivo concreto não-animado associado a nomes de cores para indicar tonalidade como em parede azul **piscina**; blusas verde **abacate**; lábios vermelho **morango**. Em *Viver é lutar* , os infinitivos ocupam posição de sujeito e de predicativo, funções próprias do substantivo. Sendo assim têm função substantiva e equivalem a substantivos – A vida é luta. Os sintagmas preposicionados cujo núcleo é um S funcionam como adjetivos ou como advérbios . Cf *Só tinha fala de açúcar quando cantava as morenas* (A. Callado – Forró no engenho Cananéia [= açucarado; melífluo]; *uma jovem pele de açucena* [de açucena = acetinado; muito suave] ; *Saiu a passear a pé.* ; *Queria era se chegar para manjar do alheio, de bambocheio.* (G. Rosa – Ave, palavra) [de bambocheio = folgadoamente] ; *O fórceps alto é, em regra, perigoso.* (SML-T) [

em regra = geralmente, normalmente] A construção **de+S = Adj** está fortemente vinculada à colocação. Veja-se, *Tudo foi feito na forma da lei* [da lei = legal] ; *Exportam madeira de lei* [de lei = de primeira qualidade; excelente]

As formas nominais do verbo – infinitivo (Inf), particípio (PP) e gerúndio (Ger) – assim chamadas por também funcionarem como nome (substantivo e adjetivo) , só têm seu estatuto definido a partir dos contextos, vale dizer, estão seriamente vinculadas à distribuição e, por conseguinte, à colocação.

O infinitivo, na função verbal, primeiramente entra na conjugação perifrástica, que entra na expressão de categorias como o aspecto – *Jane acabou de sair*; *A costureira pegou da agulha e entrou a coser* . Compõe orações infinitivas compõe as orações infinitivas, que ocupam posição nominal e têm funções nominais no complexo oracional – *Observava a caravana aproximar-se do poço.*; *Vender seu peixe é problema de cada um. De onde estávamos, era difícil enxergar alguma coisa.*; *Ao sair, apague a luz. Formávamos um grupinho assíduo, que só deixava o recinto ao baixar do crepúsculo.* (M. Rebelo O espelho partido) *Jânio não era pessoa de se deixar enganar*; *Tirou as botas por lhe doerem os calos.*; *Saiu depressa sem despedir-se de ninguém.* Praticamente todas as orações infinitivas podem ser transformadas em orações conjuncionais – *Viu que a caravana se aproximava do poço.*; *Era difícil que se enxergasse alguma coisa; quando sair ...; ... assim que baixava o crepúsculo; ...que se deixe enganar; ...porque lhe doíam os calos; ... sem que se despedisse de ninguém.* Quando introduzidas por Prep, essas orações funcionam como adjuntos adnominais [cerimônia a realizar-se no salão nobre = que se realizará...] ou adverbiais [ao sair... quando sair]. As que funcionam como adjuntos adverbiais são comumente chamadas de orações reduzidas pelas gramáticas escolares. Em posição nominal, em função de sujeito ou de complemento, precedido ou não de artigo definido, o infinitivo continua a se comportar como verbo. Ex: *Comer e coçar estão em começar / O comer e o coçar estão no começar.* Aí estamos diante de verbos porque a cada um se pode aplicar o termo **o fato de:** *O fato de a gente comer e o fato de coçar...* Isso também se reforça se se aplicar o plural – *comermos e coçarmos...* [e não *comeres e coçares...]. O que se quer assinalar aqui é que se se quiser rotular um infinitivo como S ou como V, a presença do artigo definido não é suficiente. Um meio é verificar se não se trata de construção nominalizada por transformação. Cp *O galo canta* > *o canto do galo*; *cantar o galo* > *o cantar do galo.* *No abrigo do pudor misterioso/ Que teme o sol e o bafejar da aragem.* (Gonçalves Dias - Poesias); *Acompanhava atento o balançar do galho da mangueira.* Se o artigo definido não identifica o substantivo verbal, outro determinante pode fazê-lo à condição de que esteja o infinitivo em posição nominal - *Como não seria nojento aquela língua de cobra no corpo, aquele acariciar repelente.* (J.L. do Rego - Usina) ; *um nervoso ranger de dentes* ; *Perdera, com aquele balancear afirmativo de cabeça, todas as prerrogativas.* (A Vasconcelos – A vida em flo de D. Beja) ; *Avança celeremente, num bambolear característico.* (FSP)

O caso dos PP parece um pouco mais complicado. PP funciona como verbo:

(i) associado aos auxiliares ter, haver e ser para formar os chamados tempos compostos - *tenho dito, havia falado, é chegado o momento, ter-me-ei tornado*

míope? – e formando a voz passiva pessoal - *A gaveta foi revirada e nada se encontrou* – ou impessoal : *Ora, é sabido que esta é uma das pretensas “vantagens” dos países menos desenvolvidos (FSP), É sabido que os exames vestibulares das universidades públicas favorecem pessoas de classe média e alta que frequentaram escolas secundárias privadas (FSP) [é sabido = sabe-se] . Também em construções com ter equivalentes à passiva com ser . *O urologista suturou o pênis do pedreiro* > *O pedreiro teve o pênis suturado pelo urologista*. Nessa associação com auxiliares, é preciso atentar para a possibilidade de o auxiliar estar oculto . Ex: *termoplástico é uma resina com estrutura linear de grandes moléculas, que enrijece quando esfriada e amolece quando aquecida [< é esfriada, é aquecida; *Uma obra que, traduzida para o português teria grande sucesso [< sendo traduzida] ; *Um novo refrigerante provado e aprovado pelos consumidores [foi aprovado] ; vários navios pirateados [foram pirateados]* . Isso pode acontecer também quando a construção é repetida : *A verdadeira história da colonização é desconsiderada e até meio recalcada entre nós* . [< desconsidera-se e recalca-se a verdadeira colonização] **(ii)** em orações complexas , isolado ou associado a um sintagma nominal para formar orações de participio ou participiais equivalentes a subordinadas adverbiais. Ex *Desquitada, tinha em seus pais a única escora* [< Sendo desquitada... = Como fosse desquitada...]; *Chegados ao barracão, foram logo para o escritório*. (G. Arabga – Canaã) [= Quando chegaram ...] **(iii)** Associado a qualquer verbo, mas com a condição de que equivalha a uma subordinada conjuncional. Cf *Pressentindo-o, Ivo resolveu evitá-lo, ainda que a custa de deixar irrespondidos os últimos disparates ouvidos*. (O. Faria – Os renegados) [= sem que se respondessem] ; *Lineu sentia-se culpado*. [=sentia que tinha culpa]; *Os rebeldes sentiram-se ameaçados*. [= que estavam sendo ameaçados] ; *Queria ver os filhos crescidos, criados formados* [quando crescessem, se criassem, se formassem] , *De repente, vi-me cercado de estranhos*. **(iv)** associado a substantivo, mas com o complemento de passiva explícito, a chance de funcionar como verbo é muito grande. Ex: *A polícia procura o bandido : Trata-se de um bandido muito procurado pela polícia*. ; *Sofreram reveses infringidos pelos aventureiros; O programa promove o encontro eletrônico entre entes queridos separados pelo oceano*. PP funciona como Adj **(i)** quando estiver associado a um substantivo formando um sintagma nominal. Ex : *um rapaz estudado* [=que estudou; preparado] ; *Falava com gestos estudados* [=caprichados] ; *O airbag já sai com a borda soldada, para evitar que desfie*. [= colado; emendado] **(ii)** com os auxiliares **ser** e **estar** funcionando como predicativos .Ex: *Paulinha é sabida*. *A porta estava fechada*. **(iii)** quando vier associado ao verbo **vir** [=estar] *Seu nome vinha assinalado no verso da folha*.***

Alguns testes práticos podem ajudar na identificação da função adjetiva para PP. Se a construção N+PP puder ser substituída por estar +PP , então PP é Adj como se vê em *um encontro esquematizado há tempos* > *O encontro já estava esquematizado há tempos; jantar regado a vinho* >* *o jantar está/estava regado a vinho*. Quando PP é substituível por uma forma não PP, a chance de ser Adj é maior: *O velho Silvano é um caçador experimentado*. [= hábil, experiente] ; *um cidadão de assinalados feitos*. [=notáveis]

O gerúndio como verbo entra na conjugação perifrástica – estou estudando,

Vamos entrando, compadre.; O gato saiu correndo. – forma as orações gerundivas, equivalentes a orações conjuncionais – *Chegando, me avise* [=quando chegar]; *Vocês podem deixar a sala, querendo.* [= se quiserem] ; *Não possuindo uma natureza para louvar, concordou modestamente.* (A. Peixoto – A esfinge) [= porque não possuía] . O gerúndio verbal só tem uma construção precedida da Prep **em** – de tom sofisticado – e que se relaciona. Frequentemente, com uma futuridade expressa na oração principal - *Ande, aparente calma, mas, em chegando à esquina, chispe.* (C. dos Anjos – O amanuense Belmiro); *Em sendo necessário, assinar recibo.* (PRO-R) A forma em **-ndo** funciona como Adj – *Jogou-lhe água fervendo* [=fervente]; *Era um frasco pequeno contendo fel.* [que continua] -; como Adv – *O Rio amanheceu cantando.* ; *Antônia, a criada de D. Rosália, passou bamboleando-se.* (G. Ramos - Angústia) Como substantivo é sempre resultado de nominalização pelo Art ou por outro determinante - *Vamos analisar alguns considerando sobre subsídio.*; *E quando Antônio de Holanda recebeu o memorando de remoção para Campina Grande.* (J.L. do Rego - Pureza). Substantivos como **doutorando, bacharelado, formando** retêm sempre uma idéia de futuridade , em relação ao que indicam os respectivos radicais verbais.

As transformações, ligadas às propriedades sintáticas dos itens envolvidos, são mecanismos de equivalências construcionais , que colaboram na construção do texto como alternativa, mas principalmente como expediente de coesão textual. Por exemplo, há uma diferença de comunicação segundo se use a construção original, a coordenada ou a condensada para a sintaxe do verbo **ligar** em *ponte aérea ligando São ao Rio de Janeiro* > *ponte aérea ligando São Paulo e Rio de Janeiro* > *ponte aérea ligando as duas cidades*. Entre as transformações podem contar a conjuncional, a de coordenação, a de condensação e a nominalização. A transformação conjuncional se aplica às orações infinitivas, gerundivas e participiais, sendo que a transformada é sempre mais explícita ou mais específica do ponto de vista construcional. Cp *Vi os garotos quebrarem a vidraça / Vi que os garotos quebravam/quebraram a vidra ; Ao encontrar o parceiro, o futebol já havia acabado./ Quando encontrou o parceiro, o futebol já havia acabado. Encontrei Pedro atravessando a rua.* No primeiro conjunto, o tempo [concomitância temporal] se vincula ao tempo do verbo da oração principal e, no segundo, a concomitância não é indicada pelo verbo no modo finito. No segundo, a concomitância se dá tanto na oração infinitiva quanto na conjuncional. A terceira frase é ambígua, sendo que as duas interpretações só podem ser identificadas pela oração conjuncional : *quando eu atravessava a rua / quando ele atravessava a rua.*

A simetria é uma propriedade sintática ligada aos argumentos que se manifestam por constituintes oracionais – argumento externo, o sujeito e externos – os complementos. São simétricos os constituintes que têm os mesmos traços componenciais. [±Animado, ±Humano, ±Contável, ±Concreto etc] . Por ex, em *João casou com Rosa*, João e Rosa têm os mesmos traços, sendo, em princípio, simétricos e, por isso, sujeitos a determinadas operações como a troca de posição - *Rosa casou com João* -; a coordenação – João e Rosa casaram; a condensação numa forma de plural ou equivalente – *Os noivos casaram*. Note-se que essas operações não alteram o valor de verdade da proposição. Quando se diz *Pedro*

ama Rosa, a aplicação de uma dessas operações só será possível se aquilo que a predicação indica cobrir simetricamente um e outro componente. Daí então que a simetria não implica somente a coincidência de traços, mas também a eqüidistância do núcleo predicativo. Assim, em - *Pedro ama Rosa, os dois se amam muito* – a segunda frase confirma a simetria dos componentes da primeira. Da mesma forma em *Concordo com você > Você e eu concordamos > Nós concordamos*. Assim, num predicado complexo, com dois compl se a eles se puder aplicar uma dessas operações, significa que têm os mesmos traços componenciais e se está diante de compl simétricos. É o que acontece em – *Esta questão associa militares a eclesiásticos > Esta questão associa militares e eclesiásticos > Esta questão associa várias classes sociais*. Assim se comportam verbos do grupo de unir, ligar, aproximar, aliar etc. Cf: *Não são poucos os que tentam unir a medicina à literatura > unir medicina e literatura > unir essas disciplinas.*; *Não conseguiu aproximar o filho do pai biológico > aproximar pai e filho; aproximá-los*. A simetria atinge igualmente o conjunto morfológico, com pequenas diferenças apenas de frequ ou de opção. Cp *amar e amor, casar e casamento > amor de Pedro por/a Rosa > amor de Pedro e Rosa > o amor deles; casamento de Pedro com Rosa > casamento de/entre Pedro e Rosa > casamento de/entre eles* [Cf *João Paulo 2º não se referiu expressamente ao casamento entre homossexuais* – FSP]. A nominalização – transformação de uma oração numa construção nominal complexa – é um expediente de inserção de uma frase em outra. *Gatos miam no telhado à noite. Isso me incomoda. > O miado dos gatos no telhado me incomoda*. A nominalização consiste em tomar o núcleo verbal torná-lo nome por expediente morfológico ou sintagmático e transpor seu constituintes imediatos para a direita, sempre preposicionados. A prep que funciona como transpositor é **de** na estrutura SN+V > N+de-N : *A criança chora > o choro da criança* – e **por** e **de** na estrutura SN+V+SN > N+ de-N + por-N : *Deus criou o mundo > A criação do mundo por Deus*. Note-se que a posição imediata ao nome tem sempre a forma de-N. Em *Édison inventou a lâmpada > A invenção da lâmpada por Édison*, apagando-se o compl **de-N**, o outro encosta na forma verbal e passa obrigatoriamente a de-N. Cf *A invenção de Édison trouxe muitos benefícios*. Quando à direita já há compl preposicionados, a Prep se conserva na nominalização : *Ivo confia em Joana > A confiança de Ivo em Joana. Confio em você > confiança de mim [>minha] em você > Minha confiança em você*.

4.2 Como já se disse, as propriedades **semânticas** resultam das sintáticas. Sabemos que o signo, isolado, compõe-se de um significante e de um significado, ou seja, de uma imagem acústica e de um conceito ou conjunto virtual de traços semânticos. Pela ação dos contextos, o significado torna-se **significação**, que dizer, valor semântico atual. Tome-se uma área do léxico – digamos as partes do corpo dos seres vivos – **cabeça, pé, mão, asa**. Por ex, **asa** se define denotativamente como cada um dos membro anteriores das aves, coberto de penas, e apropriados para voar. Dessa forma, quando se diz *asa do pato, asa da galinha*, a construção de-N, é apenas um especificador, na medida em que o núcleo nominal trata de ave, que já está na definição. Assim, se se diz *asa do cormorão ou asa do atobá*, a primeira possibilidade é de que se trata de duas aves, já que *asa* projeta sobre o constituinte

essa informação. Ora, nesse campo semântico o traço básico **parte de** chama um componente do tipo **de+S**, cujos traços governam a projeção semântica que salienta um dos traços [semelhança de forma, posição, função etc.] de que resulta a significação e bem, a ampliação semântica. Assim, se tem, por semelhança *asa do morcego*, por função *asa do avião*; por posição *asa do nariz*, da semente, da xícara. Em cada caso, a significação será individual: *asa do nariz* [=parte lateral; aba]; *asa da semente* [= delgado apêndice membranoso], da xícara [=alça]. Cf **pé**. A partir de **pé de+S** tem-se *pé do boi* [= pata]; *um pé do sapato se perdeu* [= cada uma das unidades do calçado], *Tropecei no pé da mesa* [suporte de sustentação]; *Não passou do pé da porta* [=soleira]; *notícia publicada no pé da página* [parte inferior]; *o pé da montanha* [= sopé; fralda]; *descansando debaixo do pé de tamarindo* [= planta]; *o roupão ao pé da cama* [parte oposta à cabeceira] etc. Dessa forma quando se diz que os nomes das partes do corpo são muito polissêmicos, deve-se levar em conta que um ponto importante – esse resultado semântico se fundamenta numa propriedade sintática – admitir a construção **de+S**. Se estrutura sintática se vincula a resultado semântico, então a alteração de um acarreta mudança de outro. É de fato assim é em muitos casos. Comente-se alguns aspectos da complementação. O compl de **aspirar** pode receber ou não a Prep **a**, mas as significações são diferentes – *Aspirava o perfume das flores*. [= absorver; inalar] e *Aspirava ao cargo de diretor* [= desejar fortemente]. Da mesma forma é a estrutura do compl que determina a significação de **achar** nas duas seqüências que se seguem – *Achei um cordão de ouro*. [= encontrar] e *Acho que você está maluco* [= pensar, julgar]

4.3 As propriedades pragmáticas podem estar ligadas a determinados conjuntos específicos como as interjeições, por essa razão colocadas nas gramáticas como uma classe especial. Consistem em reações vocais a alguma coisa que está ou que acontece na situação de discurso. Por serem reações vocais repentinas têm volume fônico reduzido – Cf *ai!*, *ui!*; *oh!*, *ih*. Raramente saem do esquema fônico da língua – *Psiu!*, *Pcht!Vupt!* Quando constam de mais de uma sílaba, estas são simples, abertas, comumente duas – *ora!*, *arre!*, *olá!*. Na migração de palavras para a classe das interjeições, comumente há drástica redução fônica: *Minha nossa Senhora* > *Minha nossa!* / *Nossa Senhora!* > *Mossal!*; *Virgem mãe!* > *Virgem!* > *Viche!* > *Vich!* Na situação de discurso as interj servem para chamamento – *Psiu!* -, para contacto – *oi!* – para assustar – *uh* -, para aplaudir – *olé!* -, mas na maioria das vezes as interj traduzem estados emocionais ou sensações como surpresa, – *Oh!* -; dor – *ui!*; irritação ou impaciência – *ih!* -; cansaço – *ufal!*; dúvida – *uhm!* – etc. [Para ilustrar, contextualizamos a Interj **Ah!** muito comum na língua > expressa (i) surpresa ou admiração: *Ah, um trocadilho, estão vendo?* (R.Braga – A borboleta amarela) (ii) satisfação; prazer; alegria.; *Ah, papai, estou tão contente!* (L.F. Teles – Ciranda de pedra) (iii) sofrimento, pesar, dor: *Ah! meu filho! Perdi o meu filho!* (O. Lessa – Balbino, homem do mar) (iv) desejo: *Ah! se encontrássemos uma sombral* (v) reação vocal quando se retoma algo de que se lembrou: *Ah, outra coisa, que história é essa de falta de tempo para limpar meu escritório?* Há lexias simples ou complexas que só funcionam – só têm efeito – na situação de discurso. Tais são as saudações, as imprecisões, as blasfêmias e os insultos aí incluídosos cs chulismos,

exorcismos e benzeções, as exclamações etc. As saudações – *Boa tarde; Bom dia; Até logo; Até mais; Adeus*; - como estão sempre em discurso direto, têm sempre uma função de contato. As imprecações, traduzindo-se por impropérios, maldições, juras e pragas comumente traduzem o desejo de que alguma coisa ruim aconteça a alguém expressam-se por palavras comuns da língua. É a situação que lhe dá valor específico. *Tomara que quebre a perna*. Mas a imprecação pode também referir-se ao próprio falante, como expressão íntima de contrariedade ou frustração. Diante de alguma coisa que alguma coisa que não deu certo ele pode exclamar – *Maldição! Que ódio! Inferno!* A blasfêmia consiste em ofensas ou desrespeito a coisas sagradas e os insultos, palavras grosseiras ou ofensivas a pessoas. Por exemplo, uma fonte de palavras ou expressões insultuosas está no nome de animais, principalmente os que vivem em contacto com o homem [*cachorro, cavalo, carneiro, burro, galinha, cabra, vaca, mula, égua*] . As exclamações diferem das interjeições na medida em que são palavras ou expressões da língua usadas em contextos exclamativos geralmente iniciados por *que*, *como*, *quanto*, *quão*. – *Que beleza! Como era verde o meu vale!; Quanta ignorância!; Quão aprazíveis são teus frescos vales, Terra de Santa Cruz! / Quão majestosos são os teus altos cerros e teus montes!* (Fagundes Varela – Poesias completas). As frases feitas só cumprem sua função comunicativa na situação de discurso, em que se encaixam. Na maioria das vezes, não têm uma lexia complexa como equivalente semântico, nem isso é necessário, já que se definem no momento do discurso. Por exemplo, diante de uma criança irrequieta e arqueira, que não tem parada acabando por machucar-se, a mãe, a mãe pode resumir, concluindo: - *Eu não disse? Eu não disse? Macaco que muito mexe quer chumbo*. E de onde vêm tais frases? Das atividades comuns do dia-a-dia da comunidades. Essa por exemplo, está ligada a caçadas, como a pescaria uma como – *Pois é, seu compadre, o que cai na rede é peixe*.

5 E a que serviriam as reflexões acima? Primeiro, espera-se que sirvam de sugestão para vários níveis de investigação a respeito da estrutura e do funcionamento da língua, uma vez que os aspectos arrolados estão incompletos e as conclusões, em sua maioria, provisórias. Por outro lado, há constatações e arranjos que poderiam servir para a organização de gramáticas descritivas e dicionários de língua.

Referências

Sinclair, J. – **Corpus, Concordance, Collocation**. Oxford. Oxford University Press.. 1991

Bechara, E. – **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro, Edit Lucerna, 1999..

Welker, H.A. – **Uma pequena introdução à Lexicografia**. 2ª. ed. Brasília. Thesaurus

Francisco S. Borba

Edit, 2004

Sardinha. T. B. – **Lingüística de corpus**. São Paulo. Edit Manole. 2004

Articulação de orações: uma questão sintática, semântica e discursiva

Hilda de Oliveira Olimpio*

Resumo

Este artigo discute a tradicional subclassificação dos tipos de articulação de orações - coordenação e subordinação -, mostrando que esta dicotomia não dá conta da linguagem em uso. Admitindo que o sistema lingüístico é dinâmico por natureza, esta análise reconhece que a gramática da articulação de orações reflete a organização do discurso e defende que somente uma perspectiva pragmática pode explicar isso.

Palavras-chave: coordenação/subordinação; articulações de orações; discurso.

Abstract

This paper discusses the traditional subclassification of the types of clause combinations - coordination and subordination -, demonstrating that this dichotomy does not appropriately describe language in use. Taking account that the linguistic system is dynamic by nature, this analysis recognizes that the grammar of clause combining reflects discourse organization and argues that only a pragmatic perspective is able to explain it.

KeyWords: coordination; subordination; clauses; discourse.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a lingüística vem ampliando seu escopo de atuação, e vários estudos ligados a diferentes correntes teóricas têm defendido uma perspectiva textual-discursiva de análise. Citem-se, a título de exemplo: a oposição artigo definido/artigo indefinido; a distribuição dos nomes e dos pronomes; o papel dos verbos e das categorias de tempo, modo e pessoa; a ordem das unidades na estrutura frasal; o papel das “conjunções” coordenativas na tessitura do texto; a nominalização. Estes e outros elementos da gramática vêm recebendo um tratamento que ultrapassa o nível “puramente gramatical”.

Como ponto de partida para a nossa reflexão, admitimos que toda a gramática tem um funcionamento discursivo que cabe ao analista evidenciar. É dentro dessa visão de gramática que se insere o tema aqui proposto (**Articulação de orações: ultrapassando a sintaxe**). A hipótese aqui levantada é de que o modo de articulação das orações nos enunciados não é determinado pela aplicação mecânica de regras “puramente sintáticas”; antes resulta de diferentes opções interativas envolvidas no processo enunciativo. Obedece, portanto, a pressões “externas” ao sistema gramatical. Mas para ter uma percepção dessas pressões, é preciso observar os enunciados em diferentes contextos de uso (ou contextualizar, estratégia adotada no presente estudo).

A esse respeito são esclarecedoras as palavras de Cunha, Oliveira e Martelotta (2003). Para esses autores,

* Instituto Militar de Engenharia Departamento de Engenharia de Computação

** PUC-Rio, Departamento de Letras.

a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Dessa maneira, para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, pois é nesse espaço que a gramática é constituída. (p.23-24)

Por esse viés, admite-se que, na determinação das estruturas sintáticas superficiais, há motivações discursivas. Se assim for, limitar-se a distinguir nos enunciados relações de coordenação e de subordinação (como fazem as gramáticas tradicionais, orientadas pela NGB) ou reconhecer encadeamentos e encaixamentos (como fazem algumas correntes estruturalistas) é ter uma visão redutora das relações sintáticas e não levar em conta o processo discursivo motivador.

É essa questão que está no bojo da discussão que aqui empreendemos, tendo como objetivo responder a algumas questões:

a) A dicotomia coordenação / subordinação é suficiente para dar conta dos diferentes modos de articulação de orações?

b) Coordenação e subordinação dizem respeito a relações exclusivamente sintáticas?

c) O contexto pragmático de enunciação e a categoria semântica dos verbos presentes nas orações articuladas podem fornecer uma ancoragem para essa discussão?

Quanto ao referencial teórico, associamos alguns pressupostos da Linguística da Enunciação e da Semântica Argumentativa com descobertas recentes da Linguística Funcional, que busca “no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua” (Cunha *et al*, 2003). Conseguimos, com tal associação, ancorar a análise em algumas categorias semântico-enunciativas (como a de sujeito da enunciação e a de pressuposição, por exemplo) e propor um olhar menos dicotômico para interpretar a relação de independência / dependência entre os predicados envolvidos na articulação das orações.

Usamos a estratégia de trabalhar com exemplos construídos, mas tivemos o cuidado de contextualizá-los sempre que esse expediente se mostrou necessário. Esse caminho nos pareceu o mais viável, uma vez que exemplos recolhidos em gramáticas (geralmente construídos pelo autor) estavam também no escopo de nossa investigação.

2. Coordenação e subordinação: um velho tema

Nos últimos anos, a dicotomia coordenação / subordinação tem sido questionada tanto em trabalhos de Semântica Argumentativa (Ducrot, 1972/1977 e 1984/1987) quanto em trabalhos de cunho funcionalista. Neves (2001 e 2002) e Braga (2001) - na linha de Lehmann, 1988 -, reconhecem nos processos de articulação de orações um *continuum* que vai da **parataxe**, passa pela **hipotaxe** e culmina com a **subordinação**, conjugando o eixo da dependência semântica com o eixo da integração sintática. Como se segue:

parataxe (– dependência semântica; – encaixamento);

hipotaxe (+ dependência semântica, – encaixamento);
subordinação (+ dependência semântica; + encaixamento).

Nesse *continuum*, teríamos desde articulações processadas com um grau mínimo (ou mesmo grau zero) de dependência e de integração até articulações em que a dependência e a integração atingiriam o grau máximo. Dizendo de outro modo, entre as articulações entendidas como processo de coordenação (com orações do mesmo *status* funcional) e as estruturas consideradas como processo de subordinação por encaixamento poderíamos evidenciar uma relação de dependência entre uma oração-satélite, adjunta, secundária e uma oração-núcleo, situada num nível mais alto da hierarquia frasal. Nesse espaço intermediário, com algum grau de dependência e integração, mas sem encaixamento, é que estariam as subordinadas adverbiais da tradição gramatical. Com alguma simplificação, esse é o ponto de partida da nossa reflexão.

3. Os primeiros dados

Como já foi adiantado no item anterior, no pólo da independência semântica e da não-integração sintática temos orações do mesmo *status* funcional, encadeadas por simples justaposição e por articuladores de coordenação. Como nos exemplos:

1. Os homens subiam, as mulheres desciam.
2. O marido lia o jornal, as crianças brincavam na varanda e Dina via um filme na televisão.

Note-se que as predicções constantes em cada oração conservam sua independência sintática e semântica. Até a ordem pode ser invertida sem prejuízo do conteúdo veiculado, como fica demonstrado em (1') e (2'), logo abaixo:

- 1'. As mulheres desciam, os homens subiam.
- 2'. Dina via um filme na televisão, as crianças brincavam na varanda e o marido lia o jornal.

No ponto intermediário desse *continuum* – como também já foi adiantado –, estão as orações adverbiais, que são articuladas semanticamente a uma oração-núcleo, mas não estão encaixadas na função de constituinte oracional, porque não são dependentes da estrutura argumental dos verbos da oração mais alta. Nesse caso, a oração-núcleo permanece inteira, do ponto de vista sintático, se a oração adjunta for retirada. Sejam os exemplos (3) e (4), abaixo:

3. Eu abandonei o curso porque precisava trabalhar.
4. Eu estive lá quando o meu avô fez anos.

No pólo oposto, da máxima dependência e da máxima integração, temos as subordinadas encaixadas como constituinte de outra oração. É o caso das substantivas. Não creio que as adjetivas restritivas devam ser incluídas aí. Sua integração à oração-matriz se dá por outra via, uma vez que elas são adjuntas a um nome. Portanto, seu “encaixamento” é indireto e seu *status* funcional deve ser

buscado nessa relação com o nome nuclear. Mas não vamos discutir essa questão. Feita esta ressalva, passemos aos exemplos:

5. É provável que ele volte logo.
6. Eu sei que você trabalha muito.
7. Lamentamos que essas coisas tenham ocorrido.

Nos exemplos (5), (6) e (7), a bem da verdade, não se articulam duas orações, uma vez que a subordinada é uma oração-termo, sem *status* oracional, que depende diretamente da estrutura argumental do verbo regente. É como termo (e não como oração) que ela ocupa a posição argumental prevista pelo verbo. Não é o caso de (3) e (4), em que as orações subordinadas funcionam como satélites em torno da oração-núcleo.

Note-se, entretanto, que essa tripartição (parataxe, hipotaxe e subordinação) não pode ser entendida como campos claramente delimitados. Em cada um desses três domínios pode-se constatar uma oscilação, com margens fronteiriças. Na articulação por parataxe pode ocorrer algum grau (menor ou maior) de dependência; no campo da hipotaxe pode haver diferença no grau de aderência (dependência) da oração-satélite em relação à oração-núcleo; e, mesmo nos casos de encaixamento, o grau de integração sintática não é o mesmo, como já demonstrou Givón (1990 e 1995).

Comecemos a discussão pela parataxe. É certo que nem todas as articulações que a tradição gramatical inclui no processo de coordenação mantêm o mesmo grau de independência observado em (1) e (2). Isso se dá em decorrência das relações semânticas subjacentes aos processos verbais envolvidos na articulação da segunda oração à primeira (relações de ordem, de oposição, de conclusão, etc.).

8. Marta tomou um banho e foi dormir.
9. Ela falou demais na reunião, por isso ficou rouca.
10. Marta ficou rouca, falou demais.
11. Marta arrumou a casa toda, portanto deve estar cansada.
12. A festa não estava animada, pois vocês voltaram cedo.

Em (8), a ordem entre as orações coordenadas não pode ser modificada por razões pragmáticas; em (9), a predicação presente na segunda oração é consequência da causa expressa na primeira, relação explicitada pela locução *por isso*; em (10), a segunda oração está centrada num predicado que explicita a causa de uma mudança de estado já expressa na primeira; em (11), a segunda oração expressa uma conclusão abstraída da ação enunciada na oração anterior; em (12), a predicação presente na segunda oração explica a inferência adiantada na primeira. Resumindo, em nenhum desses casos há independência semântica entre as orações, embora a articulação se faça por um processo tradicionalmente tratado como coordenação.

O exemplo (13), a seguir, é um caso interessante, pois sob a aparência de coordenação sintática, uma oração centrada num verbo de opinião é articulada a uma outra, centrada num verbo de ação. Este é um caso típico de independência sintática e dependência semântica, que poderia merecer um aprofundamento. Eis o exemplo:

13. Jorge viajou, eu acho.

Passemos agora aos exemplos de subordinação adverbial, casos de hipotaxe na orientação teórica que estamos adotando.

14. Ele abandonou o curso porque precisava trabalhar.

15. Ele abandonou o curso, porque precisava trabalhar.

Como ponto de partida, vamos defender que (14) e (15) são enunciados diferentes, produzidos em situações discursivas diferentes. Podemos admitir, com Ducrot (1972/1977), que em (14) temos um único enunciado, com um predicado complexo, o qual expressa a conexão entre dois predicados elementares. Diferentemente, em (15), temos dois enunciados, cada um com um predicado próprio. Defendemos que tais diferenças decorrem de relações pragmáticas advindas do contexto interacional, as quais determinam diferenças na organização interna dos enunciados, portanto no nível sintático. A pausa na fala e a pontuação na escrita seriam marcas dessa diferença.

Vale lembrar que alguns gramáticos tradicionais já haviam vislumbrado essa explicação. Para identificar coordenadas explicativas relativamente a subordinadas causais, Celso Pedro Luft (1987) toma como fator diferencial a pausa, e ensina:

Se houver essa pausa, com descida de tom, é porque a oração causal, normalmente “restritiva” passou a ser expressa como explicativa: o falante não deu importância à enunciação da causa, transformando-a em mera explicação: [[*Não fui à aula*]; [*porque estive doente*]]. Ou: [[*Não fui à aula*]. [*Porque estive doente*]]. Conseqüência e causa são enunciadas independentemente: a segunda como mero comentário (p.53).

Voltando aos exemplos (14) e (15), em (14), a relação é mais aderente, havendo aí um grau maior de dependência e uma quase-integração; em (15), as orações são mais “soltas”, há entre elas um grau menor de dependência e nenhuma integração sintática. Tratando dessa questão, Vogt (1980/1989) demonstrou que o conector / articulador **porque** tem, no português, dois funcionamentos, dando, como resultado, duas relações diferentes: de subordinação e de coordenação. Na verdade, a ambigüidade de certos enunciados (associada, na fala, à ocorrência / não-ocorrência de pausa entre as orações e, na escrita, ao uso / não-uso da vírgula) é um indício dessa diferença de funcionamento. Concordamos com o autor quando afirma que a pausa e a pontuação são traços a serem explicados e “não um princípio de explicação”. (op. cit, p. 54).

Para Vogt, no primeiro funcionamento, o **porque** (que ele rotula de **porque**¹) é um conector lógico, e o todo frasal é um ato de enunciação complexo, caracterizado por uma só unidade prosódica, contexto em que a subordinada não deve ser separada por vírgula (na escrita) nem por pausa (na fala). Note-se que só o **porque**¹ permite responder a perguntas do tipo **Por que X?** É o caso de (14), retomada abaixo:

14. Ele abandonou o curso porque precisava trabalhar.

(Pergunta: **Por que** ele abandonou o curso?)

Note-se, ainda, que na pergunta (**Por que X?**), o conteúdo da primeira oração (no exemplo acima, *ela abandonou o curso*) é tomado como já admitido pelos interlocutores, não está sendo interrogado. A interrogação recai sobre o conteúdo da oração subordinada (*porque precisava trabalhar*), ou seja, sobre a informação nova requerida a partir do conteúdo da informação pressuposta, dada. Esse conteúdo já admitido, de conhecimento público, como conteúdo **pressuposto**, permanece na negação, na interrogação e no encadeamento, como aponta Ducrot (1972/1977 e 1984/1987). Em resumo, só o conteúdo da informação nova é atingido nessa recontextualização.

Diferente é o caso de (15), retomado abaixo:

15. Ele abandonou o curso, porque precisava trabalhar.

Nessa seqüência, o **porque** (que o autor denomina de **porque²**) é um articulador discursivo. Nesse caso, são encadeados dois enunciados, dois atos de fala, com duas informações novas, sobre as quais o locutor tem inteira responsabilidade. Aqui os testes de negação, de interrogação e de encadeamento não podem ser aplicados ao enunciado como um todo único.

A mesma análise pode ser estendida a (16) e (17), abaixo, em que a relação entre as orações articuladas é de tempo.

16. Vítor esteve lá quando era criança.

17. Vítor esteve lá, quando era criança.

O contexto pragmático em que se enuncia (16) é diferente do contexto que subjaz a (17), determinando a diferença de enunciação aqui admitida. Em (16) articula-se um *posto*, na subordinada, a um *pressuposto*, na oração mais alta, o que resulta num predicado complexo. Em (17), não se dá essa articulação; o que se tem aí é o encadeamento de dois enunciados simples, ambos com *status* informacional de *posto*, sendo o segundo uma espécie de *adendo* em relação ao primeiro. Para os objetivos deste trabalho, esses dados são suficientes. O certo é que eles apontam um campo aberto, propício a uma investigação semântico-pragmática (cf. também Mateus, M. H. Mira et al, 1983 e 2003).

Ora, desde Halliday e Hasan (1976) já se admite que a junção ou conjunção de orações na mesma frase é um mecanismo coesivo semelhante ao que ocorre entre outras partes do texto. Investigando esse campo, alguns autores, inclusive brasileiros, já têm reconhecido que a coordenação "é um mecanismo antes discursivo que sintático" (Azeredo, 2001), uma vez que não provê função. Nessa linha de raciocínio, a subordinação (incluída aí a articulação com orações adverbiais) seria "o processo sintático por excelência". São palavras do autor:

O processo sintático por excelência é, portanto, a *subordinação*, meio que consiste em prover de função as unidades que constituem os sintagmas e os sintagmas que constituem as orações. Na estruturação sintática – por *subordinação* – uma unidade da categoria X posiciona-se sob o domínio de uma unidade da categoria Y. A coordenação consiste em associar duas ou mais unidades do mesmo nível hierárquico, preservando-lhes a natureza

ou função. A subordinação é um processo necessariamente *intra-oracional*, ao passo que a coordenação percorre todos os níveis, associando palavras, sintagmas, orações. A coordenação é uma forma de encadeamento, um mecanismo antes discursivo que sintático (p.49).

Entre nós, esse posicionamento pode soar como uma ruptura, contrapondo-se à tradição gramatical de tratar coordenação e subordinação como relações sintáticas. Entretanto, alargando as relações discursivas, alguns funcionalistas já vêm, há algum tempo, reconhecendo, inclusive na articulação das orações adverbiais, um funcionamento discursivo, determinado pela estrutura da organização dos enunciados nos textos (Matthiessen e Thompson, 1988, retomando Halliday, 1985; e no Brasil, entre outros, Neves, 1997, e Braga, 1997). Para esses autores, o funcionamento das orações adverbiais (maior ou menor coesão à oração-núcleo, posição, etc.) obedece a necessidades discursivas. Nesse desbastamento das relações sintáticas, que resultou no reconhecimento de que as orações "independentes" coordenadas e as orações dependentes adverbiais (articuladas por hipotaxe) têm uma função discursiva, fica subentendido que as orações substantivas (= completivas) têm um funcionamento "puramente" sintático? Os exemplos (18), (19) e (20), logo abaixo, estariam nesse caso?

18. É evidente que Jorge errou no cálculo.
19. Convém que todos participem do projeto.
20. Eu acho que você trabalha muito.

Ora, numa perspectiva funcional de análise, admite-se que quanto maior a integração sintática das orações de um enunciado maior a integração discursiva. Portanto, não se reconhece funcionamento "puramente" sintático. Dizendo de outro modo, admite-se que a integração sintática é resultante da integração discursiva subjacente, ou seja, da integração semântico-pragmática dos predicados aí envolvidos.

4. Os verbos envolvidos no encaixamento das orações completivas

Examinando as categorias semânticas dos verbos envolvidos no encaixamento das orações completivas, presentes em (18), (19) e (20), constata-se que os verbos da oração-matriz não se inserem na classe dos predicadores de ação, fato, evento, estado ou fenômeno, portanto não indicam qualquer processo que possa ser identificado no mundo biopsicofísicosocial. São todos verbos ou expressões predadoras, carregados de força ilocutória, os quais se pode generalizadamente chamar de predicados subjativos ou modais, num sentido bastante amplo (auxiliares modais, verbos de elocução, de percepção, de opinião). De algum modo, todos eles expressam o ponto de vista do sujeito da enunciação sobre o processo enunciado no verbo da oração substantiva. Nenhum deles descreve efetivamente um estado de coisas, seu valor insere-se no nível do *modus* que circunscreve o *dictum*.

Retomemos os exemplos em foco:

18. É evidente que Jorge errou no cálculo.

19. Convém que todos participem do projeto.
20. Eu acho que você trabalha muito.

Em (18), é evidente modaliza a oração encaixada na posição de SN sujeito (*que Jorge errou no cálculo*), explicitando o modo como o processo verbal aí expresso deve ser percebido. O mesmo entendimento deve ser aplicado a (19), em que *convém* expressa a opinião do sujeito da enunciação sobre o processo veiculado na oração encaixada (*que todos participem do projeto*); deve também ser estendido a (20), em que *eu acho* expressa uma opinião sobre o processo veiculado na oração objetiva (*que você trabalha muito*).

Em resumo, estes são casos de encaixamento, em que a oração subordinada se insere dentro de outra, funcionando como termo dela. Na verdade, esses casos combinam + **dependência semântica** e + **integração sintática**. Numa perspectiva pragmático-interacional, pode-se admitir que nessa conexão entre verbo da subordinada e verbo da principal, a função referencial de *dizer algo sobre um estado de coisas* vem subordinada à função modalizadora, que mostra o modo como este estado de coisas é encarado pelo enunciador-locutor.

Do mesmo modo devem ser interpretadas todas as estruturas desencadeadoras de orações completivas, listadas nas gramáticas normativas, como: *é possível [que ...]*, *é provável [que ...]*, *é certo [que ...]*, *é necessário [que ...]*, *é oportuno [que ...]*, *é justo [que ...]*, *parece [que ...]*, *convém [que ...]*, *consta [que ...]*, *importa [que ...]*, *interessa [que ...]*, *comprova-se [que ...]*, *fica comprovado [que ...]*, *imagino [que ...]*, *creio [que ...]*, *acho [que ...]*, *quero [que...]*, *exijo [que ...]*, *ordeno [que ...]*, *o certo é [que ...]*, *o provável é [que ...]* o importante é [que ...]...

Em alguns exemplos, há indícios de que não estamos diante de um verbo lexical pleno, mas de um verbo com significado mais abstrato (em processo de gramaticalização), um verbo modalizador, em sentido amplo. É como verbo modalizador que ele comanda o encaixamento.

Tais predicados não dizem respeito às diferentes situações do mundo biopsicofisicossocial, ou seja, não servem à função referencial (ideacional) da linguagem. São, na verdade, representativos de atos de fala no nível interpessoal, podendo haver entre eles uma hierarquia só explicitada por uma concepção da estrutura oracional em camadas. Vejamos os exemplos seguintes, em que o predicado de nível mais alto comanda e modaliza o de nível mais baixo:

21. [É provável [que ele peça [que você venha logo]]].
22. [É evidente [que ele acha [que você pode vir logo]]].

Como nos discursos expressivos / dissertativos há um sujeito que comenta, julga, argumenta, é de se esperar que tais predicados tenham aí o ambiente lingüístico ótimo para sua manifestação, uma vez que têm uma função claramente argumentativa. De fato, essa categoria de predicados tem alta ocorrência nos discursos expressivos/dissertativos, em que as ações e os eventos perdem o *status* de núcleo frasal e ficam subordinados à subjetividade/modalização de um sujeito enunciador. Os verbos das orações completivas são, portanto, predicados dependentes. Tanto do ponto de vista sintático, quanto do ponto de vista semântico-discursivo, que é, em última análise, o nível que determina os diferentes graus de integração sintática. Por outro lado, os verbos enunciativos/modalizadores são

operadores modais que dominam e marcam subjetivamente o conteúdo semântico veiculado pelo verbo dependente, núcleo da oração completiva.

Referências

- ALI, Said. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 6.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 19.ed. São Paulo: Nacional, 1972.
- BRAGA, Maria Luiza. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. **Scripta**. v. 1, n. 1. Belo Horizonte: PUC Minas, 1997. p. 23-34.
- CARONE, Flávia de Barros. **Subordinação e coordenação**. São Paulo: Ática, 1988.
- CUNHA, Maria Angélica da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; e MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: _____ et al. **Aspectos da gramática do português**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p.103-164.
- DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer**. São Paulo: Cultrix, 1977 (Tradução do original francês de 1972).
- _____. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987 (Tradução do original francês de 1984).
- GIVON, Talmy. **Syntax: a functional-typological introduction**. v.II. Amsterdã / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1990.
- _____. **Functionalism and grammar**. Amsterdã / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to functional grammar**. Baltimore: Edward Arnold Publishers, 1985.

_____; HASAN, R. **Cohesion in english**. London: Longman, 1976.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 8.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

MATEUS, M. H. Mira et al. **Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português atual**. Coimbra: Almedina, 1983 e 2003.

MATHIESSEN, C. ; THOMPSON, S. The Structure of discourse and "subordination". In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1988. p.275-333.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. O tratamento da articulação das orações. In: NEVES, Maria Helena de Moura (org.). *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: Unesp, 2001. p.55-101.

_____. A gramaticalização e a organização dos enunciados. **Scripta**. v. 1, n. 1. Belo Horizonte: PUC Minas, 1997. p.13-22.

OLÍMPIO, Hilda de Oliveira. **O sistema de pontuação: da sintaxe ao discurso**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

_____. Os conectores porque, pois e já que: argumentação e polifonia. In: LINS, Maria da Penha Pereira; YACOVENCO, Lillian Coutinho (orgs.). **Caminhos em lingüística**. Vitória: NUPLES, 2002. p.351-360.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A gramaticalização dos verbos. In: HENRIQUES, Claudio Cezar (org.). **Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística**. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2003. p.306-321.

_____. Da distinção entre orações coordenadas explicativas e orações subordinadas adverbiais causais: uma questão sintática, semântica ou pragmática? In: **Letras e Letras**. Uberlândia: 2 (2), dez. 1986. p. 241-286.

VOGT, Carlos. Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções *porque, pois e já que*. In: _____. **Linguagem, pragmática e ideologia**. 2.ed. aum. Campinas: Hucitec/Unicamp, 1989. p.43-60 (1ª ed. de 1980).

Ação, agentividade e causatividade em estruturas oracionais de ação-processo

Sebastião Expedito Ignácio*

Resumo:

Discuto neste artigo a tipologia dos principais papéis temáticos que compõem as estruturas oracionais em que há um “fazer” por parte do sujeito e um “acontecer” em relação ao objeto afetado. Procuro rediscutir o conceito de “ação”, com a intenção de justificar o rótulo “ação-processo” nessas estruturas.

Palavras-chave. agentividade; causatividade; ação, ação-processo, processo.

Abstract:

In this paper, I discuss the typology of the main thematic roles in clause structures with a subject that does an action and an object that is affected by the action. I intend to rediscuss the concept of “action”, in order to justify the “action-process” label assigned to such structures.

Keywords: agentivity; causativity; action, action-process, process.

Preliminares

A discussão que aqui se desenvolve é resultado de uma pesquisa maior, financiada pelo CNPq, em que se analisam as estruturas argumentais e morfossintáticas dos verbos do português escrito contemporâneo do Brasil, abrangendo as quatro categorias sintático-semânticas das estruturas verbais – ação, ação-processo, processo e estado – e que visa a fornecer subsídios para a feitura de um dicionário de valência verbal. O destaque da categoria “ação-processo” para a produção deste artigo deve-se: (i) a sua predominância numérica no “corpus” analisado (num ambiente constituído de 3.500 verbos estudados até o presente momento, num total de 4.935 realizações das quatro categorias, registraram-se os seguintes percentuais: ação-processo = 45,2%; ação = 29,3%; processo = 15,8%; estado = 9,7%) e (ii) à complexidade estrutural (quantidade e diversidade de papéis temáticos com grande possibilidade de mobilização na produção de frases derivadas).

É necessário que se justifique a opção pelo rótulo “ação-processo” para definir as estruturas oracionais que se constroem, basicamente, ou com sujeito Agentivo (**O motorista** derrubou o muro) ou com sujeito Causativo (**O vento** derrubou o muro) ou, eventualmente, nas estruturas derivadas (Ignácio, 1994), com sujeito Instrumental (**O trator** derrubou o muro). Esta última estrutura deriva de Alguém derrubou o muro com o trator. Essa aparente inadequação – o emprego do termo “ação” também para eventos (Dik 1989) desencadeados por um papel temático “não-agentivo” – justifica-se, por um lado, pelo fato de que proponho estender o uso desse termo a todos os casos em que haja uma atividade por parte do sujeito e, por

* Instituto Militar de Engenharia Departamento de Engenharia de Computação

** PUC-Rio, Departamento de Letras.

outro lado, por se tratar de uma simplificação de descrição que seria muito produtiva, por exemplo, na montagem de verbetes de um dicionário. Isso quer dizer que estarei propondo uma ampliação do conceito de “ação”, como se verá adiante.

O estudo fundamenta-se basicamente nas teorias sintático-semânticas que concebem a centralidade do verbo na organização da frase, como a gramática de valência e a gramática de casos. Assim, constituem a base do trabalho autores como Tesnière (1966), Chafe (1979), Fillmore (1968 e 1977), Vilela (1984), Borba (1996), além de outros de orientação funcionalista como Dik (1989) e Neves (1987 e 2000). Também se afiguram altamente relevantes os trabalhos específicos sobre papéis temáticos de Franchi & Cançado (2003) e Cançado (2000 e 2005), que rediscutem as posições dos principais teóricos que tratam do assunto. Além das discussões teóricas contidas na literatura sobre o tema, a análise e a interpretação do “corpus” que serviu de base para a pesquisa ensejaram as reflexões e propostas que se fazem no presente texto.

Propriedades semânticas dos papéis temáticos numa estrutura oracional de ação-processo

Em princípio, as orações ativo-processivas constroem-se a partir de um verbo de, no mínimo, dois lugares que seleciona, fundamentalmente, na posição de sujeito um argumento Agentivo ou Causativo ou Instrumental e na posição de objeto um argumento Paciente afetado. Ex.:

- (1) **Indivíduos inescrupulosos** estão devastando **a floresta amazônica**.
- (2) **A seca** devastou **as plantações**.
- (3) **Serras criminosas** cortam **árvores centenárias**.

Apresenta-se como propriedade comum ao Agentivo, Causativo e Instrumental a capacidade de desencadear uma atividade ditada pelo verbo. Esses papéis temáticos distinguem-se, no entanto, nessa propriedade, em primeiro lugar pelo poder de manipulação ou controle e pela intencionalidade/volição: enquanto o Agentivo é manipulador e volitivo, o Causativo é não-manipulador, não-manipulado e não-volitivo e o Instrumental é manipulado e não-volitivo. Sendo manipulado, o Instrumental pressupõe um Agentivo como o desencadeador mediato da atividade. É preciso não confundir o traço causatividade (ser a causa imediata do desencadeamento de uma atividade), comum a esses três tipos de papéis temáticos – e então todos são causativos – com o caso semântico Causativo.

O traço animacidade, sempre presente no Agentivo, não é relevante para o Causativo e para o Instrumental, embora estes últimos sejam predominantemente não-animados. Ex.:

- (4) **Uma árvore** caída na estrada provocou o acidente. (Ca -anim)
- (5) **Um cavalo** solto na pista provocou o acidente. (Ca +anim)
- (6) **A bengala do cego** ajudou-o a furar a fila. (Instr -anim)

(7) **Uma criança de colo** ajudou a mãe a furar a fila. (Instr + anim) [= A mãe usou a criança para furar a fila.]

O traço concretude, relevante para o Agentivo, não é crucial para o Causativo e Instrumental. Como abstratos, estes dois últimos casos semânticos podem se apresentar independentes de uma manifestação humana ou derivar-se de um sentimento ou atividade de um ser humano:

- (8) **A seca** castiga a região nordestina.
- (9) **O ódio** destrói os mais recônditos sentimentos de afeto.
- (10) **A omissão da CPI** prejudicou inocentes e inocentou culpados.

Cabe aqui considerar os traços distintivos entre Causativo e Instrumental em estruturas formalmente semelhantes:

- (11) **O sorriso de Vera** deixou o noivo preocupado.
- (12) **A fala mansa do pai** não convencia a filha.

Em (11) e (12), assim como na maioria dos casos em que há um Agentivo em potencial, o sujeito caracteriza-se como Instrumental caso haja intencionalidade na prática da ação. Se não, será Causativo. Logo, nesses casos, é o contexto ou dimensão pragmática o fator decisivo para a caracterização. Nos exemplos acima, O sorriso de Vera e A fala mansa do pai se configuram como Instrumental, se as frases puderem ser assim parafraseadas:

- (11a) Vera utilizou-se do seu sorriso para deixar o noivo preocupado.
- (12a) O pai utilizava-se de fala mansa para convencer a filha.

De qualquer forma, em havendo um Instrumental na posição de sujeito, haverá sempre um Agentivo implícito ou pressuposto. Ex.:

- (13) A polícia chegou atirando e uma bala perdida atingiu um adolescente.
- (14) **Uma tesoura de prata** ia cortando os tecidos com rapidez.

Em (13), o Agentivo "polícia" está implícito na segunda oração. Em (14), pressupõe-se que alguém (um Agentivo) manipulava a tesoura.

Por fim, a presença do objeto Paciente afetado é que vai caracterizar o "processo" nas estruturas ativo-processivas. Esse afetamento inclui uma modificação que pode ser (i) uma alteração na estrutura física; (ii) uma alteração psicológica; ou (iii) uma mudança de lugar. Ex.:

- (15) Juca chegou bêbado em casa e quebrou **a televisão**.
- (16) Juca magoou profundamente **a mulher**.
- (17) Colocou **o livro** na geladeira e **o sorvete** na estante.

Considerando-se que o termo “atividade”, no sentido em que se emprega aqui, significa um fazer, podemos recorrer a Chafe (1979) para definir “ação-processo” como sendo ao mesmo tempo um fazer por parte do sujeito e um acontecer em relação ao objeto.

Cumprido considerar que, nas estruturas em estudo, as relações entre papéis temáticos e as posições que ocupam, ou seja, as funções sintáticas de sujeito e objeto, são prototípicas e nada impede que um determinado argumento seja ao mesmo tempo Agentivo e Paciente, independentemente de sua posição. Ex.:

(18) Josué chegou à fazenda cavalgando um belo alazão.

(19) Embora pobre, Paulo estuda os filhos em escola particular.

(20) Dona Marisa só faz as unhas com uma manicure francesa.

Em (18), uma estrutura ergativa, um belo alazão é ao mesmo tempo Paciente e Agentivo. Em (19), o constituinte os filhos, sendo um participante com controle sobre a ação, é, além de Paciente, também Agentivo. Em (20), não há dúvida de que Dona Marisa seja Paciente da ação praticada pelo Agentivo manicure francesa, mas que também seja Agentivo, pois controla a ação de “mandar fazer”.

Pelo que ocorre em (18, 19 e 20), parece não se sustentar a clássica noção de que se na frase houver um Agentivo, este será o sujeito. A menos que se considere uma escala hierárquica de Agentivos em que o de “primeiro grau” será sempre o sujeito. Por outro lado, há que se considerar certas restrições quando se tem um Causativo ou um Instrumental na posição de sujeito: o Causativo bloqueia a ocorrência, na mesma oração, de um Agentivo ou de um Instrumental. Isso porque (i) sendo o Causativo não-controlador e não-controlado, exclui o Instrumental (essencialmente controlado) e o Agentivo (essencialmente controlador); (ii) sendo o Causativo e o Instrumental ambos desencadeadores de uma atividade, quando na posição de sujeito, bloqueiam o Agentivo que, em qualquer posição, é também desencadeador da ação. E embora o Instrumental pressuponha sempre um Agentivo, torna-se agramatical uma frase como: *A chave abriu a porta com/por João. Não tenho, até o momento, uma hipótese de natureza sintática para esta agramaticalidade, no entanto, aqui prevalece a regra de Fillmore (1968) segundo a qual se houver dois SNs em uma sentença, o que for mais alto na hierarquia semântica será o sujeito. Logo, o Agentivo não pode estar na posição de complemento, ressaltando os casos em que há na oração dois Agentivos, como se viu em 18, 19 e 20.

Convém considerar, ainda, que, em certas estruturas de ação-processo, é possível ter estruturas derivadas correspondentes, que se caracterizam como exclusivamente de ação ou de processo, passando o objeto Paciente à função de sujeito Agente ou Paciente, sob as seguintes condições:

a) Se o verbo lexicaliza o processo, a oração derivada se realiza com o mesmo verbo:

(21) O jogador estende a mão ao adversário e o levanta.

(21a) O adversário levanta(-se).

b) Se o verbo lexicaliza a ação, a oração derivada se realiza com outro verbo que corresponde ao processo resultante da ação:

(22) O zagueiro **derrubou** o centroavante dentro da área.

(22a) O centroavante **caiu** dentro da área.

Essas condições são válidas também para os casos de sujeito Causativo com algumas particularidades restritivas:

(23) O volume das águas **levantou** a ponte.

(23a) A ponte **levantou**(-se).

(24) O volume das águas **derrubou** a ponte.

(24a) A ponte **caiu**.

Uma das particularidades é a possibilidade de recuperação do Causativo na posição de complemento na estrutura derivada, o que não ocorre com o Agentivo:

(23a1) A ponte levantou(-se) **com o volume das águas**.

(24a1) A ponte caiu **com o volume das águas**.

Seria agramatical:

(21a1) *O adversário levanta(-se) **com o jogador**.

(22a1) *O centroavante caiu **com o zagueiro**.

Os quatro papéis temáticos até aqui considerados são prototípicos das estruturas ativo-processivas bivalentes, no entanto, em estrutura trivalentes e tetravalentes, podem ocorrer ainda, nas posições de objeto preposicionado (objeto indireto e complemento circunstancial de lugar), Beneficiário/Destinatário e Locativo. Ex.:

(25) O coronel destinou sua fortuna **a uma cabrocha**. [Ben/Dest]

(26) João leva calçado **de Franca para Manaus**. [Loc-Or e Loc-Met]

Acrescente-se, ainda, que, em razão das cenas que se desenvolvem na dimensão pragmática, pode haver a superposição de traços semânticos. Por exemplo, o Agentivo pode caracterizar-se também como Experimentador:

(27) Com imenso pesar, **Abelardo** entregou sua filha para adoção.

Aqui, o sujeito Agentivo Abelardo “experimenta” o sentimento de pesar pela entrega da filha para adoção.

Ação, atividade, agentividade e causatividade

Se fizermos coincidir o termo agente com Agentivo e atrelarmos a esses

termos o conceito de ação, então concluímos que só haverá ação quando houver um fazer consciente, intencional/volitivo e controlador por parte de um ser animado e, do ponto de vista filosófico, especificamente humano. É aqui abro um parêntese para dizer que, segundo minhas concepções, evidentemente intuitivas, não descarto a hipótese de que os animais irracionais tenham um certo grau de volição, por isso os incluo também na categoria de eventuais Agentivos. De acordo com esse ponto de vista, seria inadequado falar em “ação-processo” numa estrutura oracional com sujeito Causativo. Quando muito se admitiria o sujeito Instrumental, já que, neste caso, se pressupõe sempre um Agentivo remoto. Não discuto a validade dessas restrições dentro de um modelo semântico-sintático que recorre, por vezes, até a critérios antropomórficos. Mas vejo, por outro lado, que se pode proceder a uma certa generalização (?) do ponto de vista conceitual, o que nos levaria a uma simplificação terminológica bastante produtiva. Para isso é necessário rediscutir o conceito de ação para que se possa conceituar os termos atividade, agentividade e causatividade.

Sem querer ressuscitar os lógicos e sem me prender ao conceito genérico e popular de agente, posso começar por afirmar que o que se denominou até aqui Causativo e Agentivo poderia ser englobado na rubrica de Agente (note-se que, popularmente, se fala da chuva, do vento, etc., como “agentes da natureza”). No entanto, para não entrar numa questão mais complicada, tentarei estender o conceito de ação aos fenômenos desencadeados pelos verbos que selecionam sujeito Agentivo ou Causativo e atrelá-lo ao conceito de atividade. Desse modo, a atividade (ou a ação) se desmembra em agentividade, quando se tem um sujeito Agentivo, e apenas causatividade, quando se tem um sujeito Causativo. Com relação ao sujeito Instrumental, há uma causatividade imediata e uma agentividade mediata, pressuposta. Há ainda que se considerar que o fenômeno causatividade, como se viu, estaria presente na agentividade e não o contrário.

Nessa extensão do conceito de ação, não chego, evidentemente, ao extremismo de Chafe (1979, p. 102), que considera como “ação-ambiente” as realizações “It’s raining” [Está chovendo] e “It’s snowing” [Está nevando], afirmando que se essas orações “expressam ações, fazem-no sem indicar nenhum agente”. Essa classificação é incompatível com a sua própria definição de ação como sendo “alguma coisa que alguém faz”. E aqui, se entendo por “alguém” o elemento capaz de desencadear uma atividade, e por “fazer”, esse desencadeamento, posso aproveitar a definição de Chafe para embasar o meu conceito de ação, estendendo-o às orações com sujeito Causativo. Com relação às orações construídas com sujeito Instrumental, a existência de ação torna-se ainda mais defensável, uma vez que aí sempre se pressupõe um Agentivo, ainda que estejamos nos restringindo às relações intra-oracionais entre o verbo e o seu sujeito.

Com relação ao termo causatividade, é bom reiterar que, por se tratar de uma relação de causa e efeito, fenômenos que se realizam, respectivamente, num ponto de partida e num ponto de chegada, ou seja, numa Origem (o sujeito da oração) e numa Meta (um objeto afetado), a sua ocorrência independe do tipo de sujeito, mas está condicionada à existência de um objeto Paciente, característico das estruturas de “ação-processo”.

Retomando a questão da animicidade (humano ou não-humano), é preciso reiterar que, embora seja um traço prototípico da agentividade, não constitui, por si só, índice decisivo para a detecção da agentividade ou da mera causatividade, isto é, para a identificação de um sujeito Agentivo ou Causativo. Muitas vezes só o contexto ou dimensão pragmática poderá decidir. Sejam os exemplos:

(27) Um animal na pista provocou o acidente.

(28) O pai de Rosinha, de pé na porta da entrada, obrigou o futuro genro dar a volta pelos fundos.

Em (27) parece não haver dúvidas de que o sujeito (Um animal) seja Causativo, uma vez que, evidentemente, não teve a intenção de provocar o acidente. Todavia, em (28), do ponto de vista pragmático, há duas possibilidades:

a) o pai de Rosinha teve a intenção de obrigar o futuro genro a dar a volta pelos fundos; então é sujeito Agentivo;

b) o pai de Rosinha nem percebeu a chegada do futuro genro, por isso não teve qualquer intenção; então é meramente Causativo.

Considerações finais

As estruturas oracionais ativo-processivas prototípicas são as que favorecem a co-ocorrência dos papéis temáticos Agentivo-Paciente-Instrumental, numa estrutura trivalente, considerando-se a ordem sujeito-objeto-complemento circunstancial. Numa estrutura bivalente, considerando-se a ordem sujeito-objeto, co-ocorrem Causativo-Paciente, Agente-Paciente e Instrumental-Paciente. Eventualmente, em estruturas trivalentes ou tetravalentes, podem ocorrer Beneficiário/Destinatário, como objetos preposicionados, e Locativo, como complemento de lugar.

O traço causatividade é comum aos três papéis temáticos que funcionam como sujeito (Agentivo, Causativo e Instrumental), com a ressalva de que o Instrumental é suporte de uma causa imediata, pressupondo sempre um Agentivo como causa mediata.

Considerando que o conceito de ação pressupõe atividade e que esta está presente no desenrolar do processo desencadeado tanto por um Agentivo quanto por um Causativo ou um Instrumental, na função de sujeito, conclui-se que a denominação ação-processo se afigura adequada para a classificação das estruturas em estudo. Ressalte-se apenas que enquanto o Agentivo pratica a ação, o Causativo e o Instrumental apenas a desencadeiam. Essa propriedade resulta do fato de que só o Agentivo é controlador e volitivo. Dada essa particularidade é que proponho o termo agentividade para a ação praticada pelo Agentivo e causatividade para a ação desencadeada pelo Causativo e pelo Instrumental, com a observação de que com sujeito Instrumental há sempre uma agentividade implícita ou pressuposta.

Afinal, ainda que a solução aqui proposta não seja definitiva, ela se apresenta como conciliatória e é bastante produtiva.

Referências

- BORBA, F. S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.
- CANÇADO, M. O papel do léxico em uma teoria dos papéis temáticos. In: **DELTA**, vol. **16**, n. **2**, p. **297-321**, 2000.
- _____. Argument positions and semantic properties. In: **DELTA**, vol. **21**, n. **1**, p. **23-56**, 2005.
- CHAFE, W. **Significado e estrutura lingüística**. Trad. de M. H. M. Neves et al. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979 [1970].
- DIK, C. S. **The Theory of Functional Grammar. Part 1: The Structure of the Clause**. Dordrecht-Holland/Providence RI-USA: Foris Publications, 1989.
- FILLMORE, C. J. The Case for Case. In: **Emmon Bach & Robert Harms (eds.)**. **Universals in Linguistic Theory**. New York: Holt, Rinehart and Wiston, 1968.
- _____. The Case for Case Reopened. In: **COLE et al. (Ed) Syntax and Semantics: Grammatical Relations**, v. 8. New York: Academic Press, 1977.
- FRANCHI, C. & CANÇADO, M. Teoria generalizada dos papéis temáticos. In: **Revista de Estudos da Linguagem**, v. **11**, n. **2**, p. **1-37**, 2003.
- IGNÁCIO, S. E. O processo da derivação frasal nas frases dinâmicas do português escrito contemporâneo do Brasil. In: **ALFA Revista de Lingüística**. p. **33-45**, 1994.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: EDUNESP, 2000.
- _____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe structurale**. **2. ed.**, Paris: Klincksieck, 1966.
- VILELA, M. **Gramática de valências**. Coimbra: Almedina, 1984.

Um olhar sócio-cognitivista sobre locuções prepositivas e preposições

Adrete Grenfell*

RESUMO

Esse artigo defende que locuções prepositivas, preposições e conjunções são construtos sócio-cognitivos que desempenham o papel de conectores na língua. As locuções prepositivas e as preposições organizando-se radialmente em relação a um centro corporificado, expandindo-se via processo metafórico ou via esquemas imagéticos de path.

ABSTRACT

This article argues for prepositional phrase, preposition and conjunction that are social-cognitive constructs and which act like connectives on the language.

Prepositional phrases and prepositions are radially organized in relation with an embodied center, enlarging itself through metaphorical process or through image schemas of path.

Introdução:

As locuções prepositivas e as preposições são basicamente construtos denotadores de espaço, erigindo-se em torno de noções oriundas do corpo humano e estruturando-se como referência para os raciocínios. Tais construções seguem um curso que vai dos usos mais concretos aos mais abstratos (PONTES, 1992; LAKOFF & JOHNSON, 1980; JOHNSON, 1987) tendência que pode ser detectada, também em seu sistema como um todo. Do ponto de vista sócio-cognitivo, locuções prepositivas e preposições são representações, na linguagem, de construtos sócio-cognitivos, cuja função é o estabelecimento de posições relativas dentro de um espaço, o que se dá relacionando entidades, processos e relações atemporais.

Do ponto de vista formalista, as preposições constituem uma classe composta por elementos fixos, portanto invariáveis, contáveis e finitos, ao passo que as locuções prepositivas constituem uma classe produtiva, potencialmente capaz de incorporar sucessivamente novos itens às suas fronteiras. Do ponto de vista apenas da forma, isso já é suficiente para isolar as classes, separando uma da outra, no entanto, se a ótica for aquela da associação entre significação e demais informações cognitivas, o que se acha é um elemento, seja uma preposição, seja uma locução prepositiva, ambas de igual natureza intrínseca, realizando idêntica tarefa de estabelecimento de conexões. A variação fica por conta da condução do sentido, conforme a carga sintático/semântica transportada por intermédio de cada um dos conectores de modo particular.

É bom lembrar que, do ponto de vista tanto do cognitivismo lingüístico, quanto do construcionismo em gramática (GOLDBERG, 1995; KAY 1997) que lhe

* Professor Doutor de Departamento de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo

é afim, é mera tautologia a referência às particularidades sintático/semânticas dos elementos conectores, uma vez que construções são sempre ímpares, singulares. Além disso, do ponto de vista da estruturação da cognição/linguagem, as construções são (como de fato o é todo o resto do sistema de linguagem, quando posto em ação) o conjunto dos elementos gramaticais que determinam a estrutura da representação cognitiva, encontrando nos elementos lexicais a contribuição para o estabelecimento do conteúdo veiculado¹².

Como não há, sob essa ótica, distinção efetiva entre léxico e gramática ou entre cognição e linguagem, todos esses elementos: a gramática estruturando-se e estruturando a cognição humana, portanto a linguagem; o léxico auxiliando na formatação dos sentidos, portanto na formatação da linguagem/cognição humanas; o estabelecimento de contratos de fala e molduras de validação das ações discursivas interferindo na produção de linguagem; absolutamente todos, gramática, léxico, linguagem, pragmática, discurso e cognição participam, a um só tempo e indissociadamente, do fenômeno da construção de significados. Então, neste ponto, é preciso dizer sobre a organização semântica que subjaz aos usos das preposições e das locuções prepositivas sobre os diferentes significados que assumem. Muito menos pelas possíveis semelhanças formais que eventualmente os unem e muito mais pela organização que é possível depreender da associação entre eles, os significados desses conectores organizam-se radialmente, a partir de um centro corporificado, isto é, de uma instância prototípica ocupada por significados mais corporificados, ou seja, representativos das posições relativas das entidades e dos processos no espaço. Isso equivale a reconhecer que tais significados reúnem-se em torno de um centro, onde se associam os sentidos os mais típicos da categoria, que se expandem para as periferias em movimento de crescente abstratização. As locuções prepositivas e as preposições constituem, juntamente com as conjunções, uma categoria de língua, cuja tarefa primordial é a de conectar sejam entidades, sejam processos, sejam relações atemporais, representando configurações estruturadas das noções relativas a espaço, tempo e a relações lógicas, processo que se dá radialmente.

Mas como justificar a junção das três classes, locuções prepositivas, preposições e conjunções, potencialmente distintas do ponto de vista formal?

Está na própria questão o embrião da resposta: as postulações que dão como divididas e estanques as palavras em classes derivam todas de concepções formalistas de linguagem, as quais direcionam seu foco de investigação para apenas um aspecto do signo: o significante; aspectos relacionados à significação simplesmente não são considerados. Por esse tipo de concepção, a língua é compreendida como um produto da linguagem, ou como um produto do esforço da espécie humana para se comunicar. Na perspectiva cognitivista, a língua é concebida como um fenômeno sócio-cognitivo, que se constrói a cada fazer lingüístico, considerando-se, nesse processo, não só a materialidade lingüística, mas todo o aparato do entorno do fenômeno, que se intercecciona na produção de linguagem. Nessa perspectiva, e levando em conta as bases de conhecimento para a construção e expansão da gramática, supomos a possibilidade de uma reorganização nos níveis de análise da

¹² Goldberg tanto quanto Kay sustentam que uma construção caracteriza-se como tal, pelo fato de encerrar volume de sentido capaz de identificá-la como uma unidade significativa, independentemente das significações particulares de suas partes.

língua, uma vez que as categorias constituem-se de elementos que se organizam a partir da percepção humana e não a partir dos aspectos inerentes aos elementos visados, como o quer a lingüística imanente. Isso significa menos imanência e mais consideração do que, na lingüística imanente, se supunham meras exterioridades, tais como, por exemplo, os elementos pragmáticos de linguagem. Então, considerar analiticamente uma locução prepositiva, por exemplo, não é apenas definir-lhe o comportamento formal em um contexto, mas é, sobretudo, explicitar os processos sócio-cognitivos, que são, sobretudo e antes de tudo, processos da mente, que facultam a existência daquele elemento como construção, indispensável operacionalmente à produção da linguagem. Desloca-se o que antes circundava a linguagem, da periferia para o centro da observação.

No caso das locuções e das preposições, construtos sócio-cognitivos primordialmente denotadores de espaço, esses seguem um curso que se estabelece dos mais concretos usos aos mais abstratos (PONTES, 1992), tendência que pode ser detectada, inclusive, nos sistemas de ambas as formas, quando observados em sua totalidade. São essas as informações que autorizam dizer que os significados das locuções prepositivas e das preposições estão organizados de modo radial em relação a um centro prototípico que as fundamenta. Essa tendência refere-se à organização dos significados das construções em particular: do mais para o menos corporificado, que representa a tendência das classes reunidas em categorias. As ordenações reúnem-se em sistemas que se desenvolvem mediante motivação metafórica e que identificam certas características tais como os usos mais prototípicos coincidindo com o que é espacial, como em *O doce está dentro do vidro*. É possível associar também a identidade de certos itens com certas expressões que os metaforiza, como se pode constatar a seguir, e que se apresentará de modo esquemático. Além disso, é possível identificar dois tipos de expansão de significado: uma por metáfora e outra motivada pelo esquema imagético path¹³

a) Expansão motivada por metáfora: **dentro de, fora de**

Dentro é bom:

- (1) O livro está dentro da estante. (Construção prototípica, indicadora de espaço, portanto mais concreta)
- (2) Os procedimentos estão dentro das exigências estabelecidas. (Construção mais abstrata que a anterior)
- (3) O garoto teria de sumir dentro de um ano. (A noção de espaço consub-

¹³ De acordo com Johnson (1987), as relações abstratas entre símbolos e realidade objetiva não são dadas por proposições objetivas, mas por esquemas de imagens que operam num nível de organização mental entre estruturas proporcionais abstratas de um lado e imagens concretas particulares, de outro. Um esquema é uma regularidade de forma e de padrão recorrentes de atividades ordenadas e continuadas. Esses padrões emergem como estruturas significativas para os utentes principalmente no nível de seus movimentos corporais através do espaço, da manipulação de objetos e de suas interações perceptuais. Um típico esquema compõe-se de partes e relações, sendo as primeiras compostas de um conjunto de entidades tais como pessoas, eventos, estados e metas, ao passo que as relações incluíam relações causais, seqüências temporais etc. O esquema "path" ou "de-para" se constitui de três elementos: um ponto inicial, um ponto terminal e um vetor indicando caminho e estabelecendo a relação.

Assim: A ○ —————▶ ○ B.
PATH

As chamadas relações lógicas são fundamentadas no esquema imagético path, que marca o que é antes e o que é depois. Assim: (A) é causa, meio, premissa, condição, ao passo que depois (B) é consequência, fim, conclusão, fato.

stanciou-se em tempo mediante motivação metafórica. Este uso é representação da metáfora tempo é espaço).

Fora é ruim:

(4) O cachorro está **fora da casa**. (Construção prototípica, portanto mais concreta)

(5) Este vestido está **fora de moda** (Construção menos típica, portanto mais abstrata)

(6) Esta doença está fora de controle (Construção menos típica, portanto mais abstrata)

(7) Com relação à reportagem *Votação sobre Capital Externo Pode Ser Adiada* (Brasil, pág. A8, 21/15, é importante esclarecer que o SBT não se manifestou sobre coisa alguma relativa ao Conselho de Comunicação social ou ao Sr. Roberto Wagner. Conversas captadas **fora do** contexto, em reunião a que o signatário foi convidado a comparecer a fim de coonestar uma 'chapa' patrocinada por um sem número de associações (o que não foi obtido), permitiram que o nome do SBT fosse usado para prejudicar a indicação do doutor Wagner. (Construção menos típica, portanto mais abstrata)

b) Expansão motivada pelo esquema imagético path: **antes de, depois de, a frente de, por trás de, diante de.**

Antes de transporta noções prototipicamente relacionadas a espaço:

(8) **Antes da** terra está o céu. (Construção prototípica indicativa de espaço, portanto mais concreta)

(9) Minha casa fica **antes da** dele. (Construção no mesmo nível de prototipicidade da anterior, portanto mais concreta, indicativa de espaço).

(10) Incrível verso, composto por Carlos Lyra e Vinícius de Moraes **antes da** deposição de João Goulart. (Construção indicativa de tempo).

(11) **Antes de** começar a falar, explicou: eu vou ser breve, porque não estou me sentindo bem. (Construção indicativa de tempo)

(12) Quem sacou o fundo para comprar a casa própria **antes de** dezembro de 1988 tem direito à correção? (Construção indicativa de tempo).

Depois de transporta noções prototipicamente indicativa de espaço:

(13) Minha casa fica **depois da** dele. (Construção prototípica indicativa de espaço, portanto, mais concreta).

(14) **Depois de** uma década de reformas de livre mercado, o apoio ao consenso de Washington está se desintegrandando, e populistas ganham terreno. (Construção relacionada a tempo produzindo a relação lógica de causa e consequência em que há um vetor indicando a causa e o marco representando a consequência).

(15) **Depois de** ver como Portugal jogou contra a Coréia do sul ontem, discordo da máxima que diz que 'não existem mais bobos no futebol'. Existem sim. (Construção relacionada a tempo transportando a relação lógica de premissa e conclusão).

(16) Talvez o Banco Mundial e o BID, **depois de** fechado o acordo com o FMI, liberem novos empréstimos. (Construção relacionada a tempo transportando a relação lógica de meio e fim).

Acima de é melhor (mais):

(17) **Acima** das nuvens, eu examinava o mundo que se miniaturava lá embaixo. (Construção prototípica, indicativa de lugar).

(18) **Acima da** estrada tortuosa e íngreme erguia-se a montanha sobre a qual os Incas ergueram sua cidade mítica. (Construção prototípica, relacionada a lugar).

(19) **Acima do** treinador, apenas Deus! (Construção menos típica, portanto mais abstrata, alinha-se metaforicamente à idéia de “mais”, isto é, **acima de é melhor**).

(20) O crescimento da economia não será fantástico, mas pode ficar **acima de 2%**. (Construção menos típica refletindo a metaforização da idéia de lugar).

Abaixo de é pior (menos):

(21) **Abaixo da** encosta incrustavam-se as grutas a que os bandeirantes referiram-se. (Construção prototípica, indicativa de espaço).

(22) Abriu um largo sorriso **por baixo do** bigodão, fez festa, me abraçou e desejou felicidades. (Construção prototípica, indicativa de espaço).

(23) Serão considerados pobres aqueles com renda familiar per capita **abaixo de** meio salário por mês. (Construção menos típica, mais metaforizada).

(24) A taquicardia é o ritmo rápido, em que o paciente tem um número de batimentos acima do normal. Quando o número de batimentos fica **abaixo do** normal o distúrbio é chamado bradicardia. (Construção menos típica mais metaforizada).

À frente de é melhor:

(25) **À frente de** todos os corredores, destacava-se o angolano. (Construção prototípica, indicativa de espaço).

(26) **Em frente da** casa erguia-se o monumento. (Construção prototípica, indicativa de espaço).

(27) Os analistas que se apresentavam eram todos homens que se supunham **à frente de** seu tempo. (Construção menos típica, mais metaforizada).

Atrás de é pior:

(28) **Atrás de** todos os pilotos achava-se o que um dia fora a esperança nacional. (Construção prototípica indicativa de espaço).

(29) Sempre que procuravam o menino, achavam-no manuseando os objetos por **detrás da** cortina da coxia. (Construção prototípica indicativa de espaço).

(30) Na Ásia, brasileiros correm **atrás do** feito de Jairzinho. (Construção menos típica, mais metaforizada).

Diante de é, prioritariamente, espaço:

(31) **Diante do** cinema, os namorados observavam a imensa fila que se formava. (Construção prototípica).

(32) **Diante do** quadro extasiou-se o pintor de primeira viagem. (Construção prototípica).

(33) **Diante do** recuo de líderes do PTB, o nome do sindicalista voltou a ser mencionado com o mais cotado para a vaga. (Construção menos típica, mais metaforizada).

Em torno de é primordialmente espaço:

(34) As casas foram erguidas **em torno da** montanha, o que dificultava fossem resguardadas das constantes tempestades de neve. (Construção prototípica).

(35) A 'blindagem' **em torno de** Rita é considerada fundamental pela equipe de Serra. (Construção menos típica, mais metaforizada).

(36) A união **em torno de** objetivos comuns faz sentido. Mas ela não pode ser confundida com a simples aglutinação de forças heterogêneas e acostumadas a trabalhar separadamente umas das outras. (Construção menos típica, mais metaforizada).

(37) Descartada a aliança nacional, o PSDB aposta agora todas as suas fichas **em torno de** apoios locais do PLF a Serra. (Construção menos típica, mais metaforizada)

(38) Alianças **em torno de** programas fazem parte do jogo partidário em qualquer país democrático. (Construção menos típica, mais metaforizada).

(39) Dos cerca de 100 mil girassóis plantados no Brasil, **em torno de** 60 mil são destinados à extração de óleo. (Construção menos típica, mais metaforizada)

Do exposto, observa-se a tendência de abstratização dos itens que se identificam do mais concreto, relacionado ao espaço, ao mais abstrato, relacionado ao tempo, valores qualificativos e lógicos.

Pode-se supor, para melhor entendimento do processo, a existência de três níveis de abstração nos usos das locuções prepositivas e das preposições: um nível mais fundamental e prototípico, que abriga construções tais como, *Um livro estar dentro de uma estante*. Um nível mais abstrato e, portanto mais metaforizado, que prevê o uso de *O garoto ter de aprender o conteúdo dentro de um ano*, nítida projeção de espaço por sobre o tempo, tendência que se observa na organização dos usos dos itens em questão, e que caracteriza o processo de polissemia em língua. Neusa Salim Miranda (em comunicação verbal) assevera que a polissemia é o resultado de algum tipo de fenômeno lingüístico, o que, neste caso específico, identifica-se pela metaforização dos itens enfocados.

Todas essas noções hão de contribuir para o reforço da idéia de que preposições e locuções prepositivas organizam-se de modo radial em relação a um centro corporificado. Ambas as ordenações reúnem-se num sistema que se desenvolve do mais concreto ao mais abstrato, isto é, do espaço, ao tempo e, desse, às relações lógicas. O que se pode representar assim:



Ao centro corporificado correspondem as ocorrências mais prototípicas. A figura ilustra o processo de expansão do significado dos itens, por meio de projeção interdominial, irradiando-se de tal modo que as locuções hão de se abstratizar, constituindo um terceiro nível incluindo novos elementos. Esses, no entanto, distanciados da idéia de espaço e de tempo hão de consubstanciar (em grau altíssimo de abstração) as noções atinentes às locuções (oriundas do espaço e do tempo) em itens construtores de outras noções de relações lógicas, essas responsáveis pela língua. Inaugura-se então uma terceira instância que há de abrigar construções a partir de proliferações das locuções prepositivas dessa vez com contribuição do léxico, mas sem as extensões polissêmicas observadas nos exemplos anteriores. É isso que se pode identificar em:

De acordo com é *concordância* (Embora aparentemente distanciado do espaço, é metáfora projetada a partir desse elemento mais básico configurador de sentido:

(40) O rendimento do trabalhador brasileiro voltou a cair em março, na comparação com o mesmo mês do ano passado, o 15º mês seguido de queda, **de acordo com** a Pesquisa Mensal de Emprego, divulgada ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

(41) A aparência de cada híbrido varia **de acordo com** a espécie da qual veio o óvulo que o gerou.

(42) Se ficar comprovado que Fujimori ordenou as mortes, ele poderia ser acusado de crime contra a humanidade, o que forçaria o Japão a considerar a extradição, **de acordo com** analistas.

Do ponto de vista cognitivo, **de acordo com** revela uma simetria cognitiva, isto é, um alinhamento conceitual que permite supor mais de um elemento ocupando praticamente o mesmo lugar numa dada cena. De fato é novamente o espaço que se projeta para produzir tamanho grau de abstração. Cria-se uma nova relação lógica a qual se organiza via **de acordo com**, pelo que se torna possível supor uma terceira instância de abstratização, capaz de abrigar tais ocorrências. O que se segue insere-se em tais casos.

(43) Perderam parte da safra agrícola **por causa da** seca, no início do ano, e outra parte por uma enchente que atingiu a região há um mês.

(44) Os produtores norte-americanos de soja vivem uma realidade artificial. **Apesar de** garantir renda aos produtores, os subsídios dados pelo governo distorcem o mercado e retiram toda a competitividade do setor.

(45) O mais chocante, contudo, é verificar que dos 2.909 óbitos registrados em São Paulo, 481 (16,5%) se deram **em virtude de** moléstias tecnicamente evitáveis, entre as quais se destacam, por relevância epidemiológica, as infecções respiratórias agudas e as enfermidades diarréicas.

(46) Políticas são implementadas **através de** orçamento e de sua liberação sistemática pela área econômica.

(47) E, em 1982, como em 2001, o Fede reverteu a política que vinha seguindo, de elevar as taxas de juros para combater a inflação, contando os

juros dramaticamente **a fim de** combater a recessão.

(48) Há uma surda polêmica no ambiente político **a respeito de** quem lucra mais eleitoralmente com o agravamento da crise financeira do pobre país tropical.

(49) Cada vez que alguém na aldeia tinha um problema, o curandeiro dava a planta, para testar o efeito. É **um tipo de** ciência muito baseada na intuição, baseada em erro e acerto.

(50) A intuição é **uma espécie de** saber.

(51) A alienação é **uma forma de** viver.

Tais ocorrências lingüísticas são a expressão do caráter construcional desses conectores, o que se realiza por meio de processo de gramaticalização. TOMASELLO (2003) relata que há dois fatos cruciais capazes de caracterizar a comunicação lingüística humana, distinguindo-a da comunicação de outras espécies animais: o fato de a comunicação humana ser simbólica e intencional, e o fato de essa mesma comunicação ser gramatical. A característica de gramaticalidade refere-se a um determinado modo de organização das línguas naturais, que, por suas características estruturais e pelas pressões advindas do uso, são potencialmente capazes de produzirem (e de fato produzem) construções lingüísticas cristalizadas num determinado padrão, processo lingüístico que se identifica como gramaticalização ou sintatização (TOMASELLO, 2003). A gramaticalização é resultado da associação de símbolos lingüísticos, que vão gradativamente transferindo a significação impressa nas partes para uma significação própria e independentemente cristalizada num padrão. Para TOMASELLO, o mais provável é que as habilidades simbólicas humanas surjam como um resultado direto de uma adaptação biológica, e que o resultado das gramaticalizações em língua sejam construções históricas. É assim que expressões às vezes redundantes, algumas com estruturas ainda não suficientemente adaptadas congelam-se em outras mais concisas ou mais integradas. Tal é o caso de *Almoçar fora de casa*, ou *Trabalhar fora de casa*, que se reduzem a *Almoçar fora* e *Trabalhar fora*. "Freqüentemente esse processo de congelamento resulta em algumas trocas estruturais já que as funções comunicativas de alguns elementos hão de ser reanalisadas no contexto de construções específicas." TOMASELLO (2003, 11-13). Os exemplos de número (49), (50) e (51) são representativos deste fato.

Referências

DIAS, Maria C. Pádua. **Uma proposta de tratamento automático das locuções prepositivas no português**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Letras da PUC, 1984.

_____ Revendo as locuções prepositivas. In: **Flores Verbais: uma homenagem**

lingüística e literária para Eneida do Rego Bomfim. Org. Jürgen Heye. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. Locução para que? In: **Veredas, revista de estudos lingüísticos.** Juiz de Fora, s/d, v.5, n.1, p.105 a 116.

FALCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language.** Cambridge University Press, 1997 [1999].

FALCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. **The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities.** New York: Basic Books, 2002.

GERHARDT, Ana Flávia M. **A semântica das construções gramaticais e o presente do indicativo em português.** Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GOLDBERG, Adele E. **Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure.** Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

JOHNSON, Mark. **The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason.** Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

KAY, Paul. **Words and the grammar context.** Stanford-CA: CSLI Publications, 1997.

LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind.** Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. **Les métaphores dans la vie quotidienne.** Trad. de Michel Defornel. France: Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. **Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought.** New York: Basic Books, 1999.

LANGACKER, Ronald W. **Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites. v.1 Stanford:** Stanford University Press, 1987.

PONTES, Eunice. **Espaço e tempo na língua portuguesa.** Campinas, São Paulo: Pontes, 1992.

ROSCH, Eleanor. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: MOORE, T. (ed.). **Cognitive development and acquisition of language.** New York: Academic Press, 1973.

SALOMÃO, Maria M. Martins. **Polyssemy, Aspect and Modality in Brazilian Portuguese: The Case for a Cognitive Explanation of Grammar.** Tese de doutoramento. Universidade de Berkeley. California. 1990.

TALMY, Leonard. **How language structures space**. In: *Spacial Orientation: theory, research, and application*, Herbert Pick & Linda Acredolo, eds. Plenum Express, 1983.

O presente e o uso do presente

Virgínia B. B. Abrahão

Resumo:

Com o objetivo de demonstrar que as construções verbais estão mais voltadas para a produção de sentidos que para a referência de acontecimentos no tempo, fizemos um levantamento bibliográfico em gramáticos e teóricos que tratam do presente do indicativo. Concluímos que, dentro das abordagens analisadas, o presente do indicativo é tratado em sua função referencial ou na sua função dêitica (a noção de presente é estabelecida em relação ao momento da fala), não levando em conta a sua função discursiva, só observável a partir da sua realização em diferentes contextos.

Palavras-chaves: presente do indicativo; tempo; discurso

Abstract:

By observing the behavior of the presente tense in discourses, one may conclude that the verbal constructions are more turned to the production of meanings than to the reference to events in time. According to a semantic-discourse approach, we analysed the bibliograf about presente tense. Thus this essay draws attention to the urgency of dealing with verbal constructions as discursive strategies beyond the paradigm formality of verbal conjugations.

Keywords: present tense; time; discourse

Introdução:

*O que meus olhos viram foi simultâneo; o que transcrevo,
sucessivo, porque a linguagem o é.*
Borges

Há uma tendência marcante do português do Brasil em utilizar as formas do presente do indicativo em substituição às formas do futuro e do pretérito do indicativo e até em substituição às formas do subjuntivo e do imperativo. Além disso o presente é utilizado para expressar habitualidades e ações / fatos permanentes. Esse fato não é novidade para os estudiosos da linguagem, porém não o explicam satisfatoriamente.

Neste artigo vamos apresentar diferentes abordagens sobre o presente do indicativo nos gramáticos e lingüistas, buscando identificar as possíveis causas para esta opção pelo presente, em diferentes situações, procurando demonstrar a inconsistência das abordagens.

Cunha e Cintra (1985:436-9) admitem que o presente do indicativo emprega-se para:

- 1) enunciar um fato que ocorre no momento em que se fala - Cai chuva. -
- 2) indicar ações e estados permanentes. - A Terra gira em torno do próprio

* Professora Doutora de Departamento de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo

eixo.

3) expressar uma ação habitual ou uma faculdade do sujeito - Sou tímido. / Como pouquíssimo.

4) dar vivacidade aos fatos passados (presente histórico) - A Avenida é o mar dos foliões...

5) marcar fato futuro, mas próximo (se faz acompanhar sempre de um adjunto adverbial) - Amanhã mesmo vou para BH.

Os autores explicam os usos do presente do indicativo com valor de futuro, de passado e ainda no lugar do imperativo - Você me resolve isto amanhã. (=Resolva-me isto amanhã.), como estratégias para empregar valores afetivos aos enunciados.

Dentro de uma abordagem semelhante Ryan (1995:11), em seu compêndio didático, assume todas as condições acima citadas para o emprego do presente do indicativo, além da sua função primeira, indicar um fato que se realiza no momento em que se fala. A maior parte dos gramáticos, no entanto, não considera a variabilidade no uso do presente do indicativo limitando-se a apresentar o paradigma das conjugações verbais, definindo simplesmente o presente do indicativo como representando um fato ocorrido no momento em que se fala (Cunha, 1972: 256), ou em outras palavras: enuncia um fato como atual (André (1978:146). Ou seja, o presente do indicativo é comumente descrito como relacionando uma situação descrita pelo tempo verbal como concomitante ao tempo do discurso, ou momento da fala. (Garcia,1987: 63)

Kury (1989: 128), porém, em seu compêndio didático, frisa bem a questão da atualidade no uso das formas do presente:

No seu uso mais geral, o presente do indicativo se presta para exprimir o fato, a ação, o modo de ser que se desenvolvem e se mantêm no momento em que se fala, no próprio ato da palavra - Escrevo-te do aeroporto.

Mas esse autor aborda também, em detalhes, os usos desse tempo verbal que indicam várias outras particularidades, levantando inclusive hipóteses interessantes, além de ótimos exemplos. Além de dizer que o uso do presente pode indicar, ainda, hábito, repetição, regularidade, (- Acorda sempre às seis horas), verdades permanentes, dogmas, (-Todos são iguais perante a lei.), Kury (1989:129) fala do uso do presente nos provérbios para se indicar a validade perene do que se afirma: - A mentira tem pernas curtas. Apresenta, também, o uso do presente pelo passado (presente histórico): - Os navios aproximam-se da costa francesa e começa o desembarque das tropas aliadas. - ; pelo futuro do indicativo: - Mais um passo, e és um homem morto. - ; pelo futuro do subjuntivo: - Se você dá as costas, começam a criticá-lo. - e pelo imperativo: - Você me devolve logo o livro, sim?. Como os demais gramáticos que falam sobre os usos do presente, Kury justifica esses usos como expressivos: o presente histórico é uma forma de reviver o passado no presente, dando-se vivacidade à narrativa (id., p.129); quando usado em lugar do futuro, o presente expressa como certo um fato ainda por ocorrer e quando substitui o

imperativo, abrandando o tom autoritário, muitas vezes de forma interrogativa. Sobre o uso do presente em lugar do subjuntivo, o autor não levanta as causas possíveis.

Kury (1989) admite, contudo, a estranheza do fato de o presente ser usado em lugar de outras formas, e diz que essas situações são possíveis porque o presente do indicativo é, por assim dizer, o tempo universal, e predomina sobre os demais. (id., p.129) O autor não chega a trabalhar esse conceito de tempo universal, mas já aponta para uma concepção diferenciada de tempo.

Em gramáticas mais antigas, as abordagens sobre o presente do indicativo são semelhantes às encontradas em gramáticas e compêndios didáticos mais atuais, variando somente na forma de abordagem. Deste modo, Ribeiro (1919: 376-7) afirma que o presente do indicativo denota que uma coisa se faz no momento da palavra, mas indica ainda acção habitual, um facto ligado a uma lei ou regra geral de verdade constante ou coisas que são verdadeiras e sempre o serão, sejam quales forem as circunstancias fortuitas e eventuais; (...) exprime acção que se estende ao passado (- Há muito tempo resido neste bairro). Quanto ao uso do presente histórico, justifica-o pela rapidez e vivacidade do pensamento. Admite ainda o uso do presente pelo futuro, mas não toca no uso do presente pelo futuro do subjuntivo.

Já Pereira (1932: 504) afirma: Sem embargo de seu valor actual, pode o presente do indicativo, por extensão, indicar o passado e o futuro, bem como um facto permanente nas três épocas. Diz que o presente indica o passado para tornar a acção mais viva; indica o futuro para expressar segurança, assim como indica um facto permanente, que se realiza em qualquer das épocas (- O mal existe.)

Melo (1968:116) afirma que nem sempre o presente revela facto contemporâneo ao momento em que falamos, podendo indicar, ainda: I - Um facto observável em qualquer época ou que, datando de muito tempo, perdurará por longo espaço (- A Terra gravita em torno do Sol de que recebe luz e calor.). II - acções que praticamos constantemente (- Eu repouso aos domingos.). III - acções habituais, embora não se realizem no momento em que falamos (- Você trabalha demais.). IV - fatos permanentes (- Deus existe.). V- dogmas, fatos científicos, leis, decretos. VI - quando consideramos, de certo modo, como atuais, fatos ocorridos no passado. E admite, ainda, que o presente substitui: o pretérito perfeito; o futuro; o futuro do subjuntivo (- Se me atraíças (= atraíçares), mato-te.) e o imperativo.

As abordagens sobre o presente nessas antigas gramáticas são questionáveis e merecem revisões, revisões estas já assumidas nas gramáticas atuais. Alguns pontos criticáveis que poderíamos apontar seriam: considera-se como hábito trabalhar demais, ou como facto permanente Deus existir, como no exemplo anteriormente citado. Mas no seu todo as abordagens não variam muito em relação às gramáticas atuais, pois com mais ou menos classificações as gramáticas e compêndios didáticos, de modo geral, admitem que a forma do presente é usada para expressar a atualidade do facto (o presente propriamente dito), o futuro, o passado e o presente alargado (habitualidade, fatos e estados permanentes, verdades incontestáveis), além de ser usado em substituição ao imperativo e ao subjuntivo.

Portanto, quando as gramáticas normativas e os compêndios didáticos consideram outras possibilidades de usos do presente do indicativo abordam esses usos como normais, quase que previsíveis, sem discutir a contradição presente na

própria definição de indicativo presente. Outras formas verbais substituem-se entre si como o pretérito imperfeito, que substitui o futuro do pretérito e o presente; o mais-que-perfeito é comum no lugar do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito; o futuro do presente é empregado como imperativo; o futuro do pretérito é substituído pelo pretérito imperfeito, etc. Enfim, o que transparece na abordagem dos gramáticos é que o tempo verbal, assim como o tempo existencial, se assim podemos dizer, é muito pouco fixo e bastante dependente do foco do sujeito produtor dos discursos, ou seja, a própria relação modal está intrincada na relação temporal. Essa complexidade explica porque a maior parte dos gramáticos não ousa tratar, de modo mais abrangente, a questão temporal, limitando-se apenas a apresentar o paradigma das conjugações.

Dentre os lingüistas, a questão da variabilidade nos usos do presente é melhor discutida, mas as explicações partem de pontos de vista os mais diversos.

Câmara Jr. (1978:199) assim define o presente:

Diz-se da forma verbal que em princípio situa o processo no momento em que se fala. Opõe-se ao pretérito e ao futuro, mas a oposição entre presente e futuro pode sofrer neutralização, estendendo-se o uso do presente para os fatos futuros (...) O uso geral e fundamental do presente em português é para: a) exprimir um fato permanente (ex.: a cidade de Londres fica na Grã-Bretanha), b) um fato que se dá de maneira habitual (ex.: Levanto-me cedo.).

Destaca-se, na definição acima, a expressão em princípio, a qual não coloca a atualidade da ação verbal como fator preponderante na definição do presente. Aliás, o presente não recebe uma definição precisa; é simplesmente discutido a partir de seus usos, o que leva Câmara Jr. a concluir que o uso geral e fundamental do presente em português é para exprimir um fato permanente e um fato habitual.

Em outra parte da obra, o autor explica a utilização do presente pelo futuro a partir do fato de o presente exprimir a certeza em oposição ao futuro do presente, que exprime a dúvida. Além disso, segundo Câmara Jr. (1970), há uma tendência do português do Brasil em substituir o imperativo pelo indicativo presente, tanto para ordens quanto para proibições. Mas essa tendência é interpretada pelas gramáticas como confusão de tratamento entre tu e você. Ex.: Parte o bolo. (= Parta o bolo.); Vocês cantam.(= Cantem vocês.)

Traváglia (1980) aborda a questão da variabilidade no uso do presente a partir da questão aspectual do verbo. Se o modo verbal exprime a apreciação do falante a respeito do que diz, o modo por que encara a sua comunicação, o aspecto diz do ponto de vista sob o qual o falante considera a ação verbal. Deste modo, apresentar o fato ou a ação como ocorrendo no momento em que se fala ou como tendo começado no passado e se prolongado até o momento em que se fala, diz respeito somente ao aspecto cursivo expresso pelo presente do indicativo, como em: Paulo ama Márcia. / O paciente respira bem agora. / Estou com medo.

Segundo Traváglia (1980:142):

O presente do indicativo em si marca os aspectos indeterminado (A Terra gira em torno do Sol.) , habitual (Ele janta às 17 horas.); cursivo (Estou no telefone.) e imperfectivo (Esta vida de trabalho que levas, pode prejudicar tua saúde.). Em conjunto com outros meios (adjuntos adverbiais, valor do semantema, etc.) pode apresentar a situação com aspectos tais como o durativo (Eles moram em Curitiba.); o pontual (Tomo o cavalo, parto pra casa.); o acabado/ perfectivo (Roque não fala mais de você).

Para este autor o presente do indicativo é usado pelo imperativo para atenuar a rudeza da ordem. Ex.: O senhor me resolve o problema. (= Resolva-me o problema). (id. p.143)

Portanto, Traváglia entende o que os gramáticos consideram valor expressivo do presente do indicativo, como aspecto desse tempo verbal. O locutor estaria percebendo o fato como perfectivo ou não, cursivo, pontual, durativo, etc. Trata-se de uma abordagem sob o ponto de vista do locutor, e este parece ser o grande problema desse trabalho, pois afinal de contas há uma infinidade de modos possíveis de o locutor perceber o fato. Traváglia afirma mesmo que em uma única frase podem estar contidos vários aspectos. A abordagem não deixa de ser interessante, mas contudo torna-se extremamente classificatória. Resta saber o que possibilita ao presente, em termos da sua estrutura ou do seu funcionamento, a expressão da cursividade, da habitualidade, da duração no tempo, da indeterminação, da pontualidade e da perfectividade.

É interessante marcar, aqui, as diferenças entre as abordagens que partem do ponto de vista do locutor e aquelas que pretendem lidar com a noção de sujeito. O locutor é uma individualidade que se expressa, em seus desejos, traumas, querer, pontos de vista, etc., através da linguagem. Ou seja, uma abordagem que tem como ponto de partida o locutor considera que na língua predomine o elemento psicológico e que a sua expressão gera modulações interpretativas, durativas, afetivas, etc., as quais se acrescem às estruturas da língua.

Sem dúvida, não há como negar o papel das individualidades na produção dos discursos, mas nós sabemos, também, que os discursos são gerados a partir de formações discursivas específicas que estabelecem, de algum modo, "o que pode e o que deve ser dito" em conformidade com a situação, organizando não só a semântica da língua, mas também a sintaxe e a morfologia. Portanto, uma abordagem centrada no sujeito deve levar em conta questões referentes à história e ao sistema, concomitantemente às apreciações da expressão das individualidades na linguagem, isto porque o sujeito em linguagem não é constituído em si mesmo, mas sim a partir de formações ideológicas que estruturam formações discursivas bem específicas.

Baseando-se na oposição forma e conteúdo, Tláskal (1984: 239), em seu artigo, explica a utilização de algumas formas verbais para exprimir vários conteúdos, analisando as relações entre o indicativo futuro (falarei) e o indicativo presente (falo); o condicional simples (falaria) e o indicativo perfeito (falava); o pretérito mais-que-

perfeito (tinha falado) e o pretérito perfeito simples (falei); o conjuntivo (fale) e o indicativo (falo). A sua análise se baseia na oposição entre português padrão e português familiar, concluindo sobre as conseqüências das substituições para as formas verbais e para o sistema do português.

Para esse autor o uso do presente em lugar do futuro, por exemplo, depende do registro lingüístico ou da posição do próprio locutor em relação à realização da ação verbal; este pode considerá-la como certa, e neste caso usaria o presente, ou como separada do momento presente, utilizando-se, neste caso, a forma do futuro.

Tláškal (1984: 246-8) destaca o uso do indicativo em substituição ao conjuntivo (subjuntivo). Ex.: Quer que voltamos logo. (= Quer que voltemos logo). Explica esse uso como uma estratégia do falante para fugir à não-realidade expressa pelo conjuntivo, pois, segundo ele, o indicativo, na maioria dos casos, representa a realidade.

Termina por concluir que no português familiar o número de formas verbais está tendendo a diminuir em função de um aumento de conteúdo de cada uma das formas existentes no português. (id., p.254) Sobre o presente, admite que a atualidade da ação verbal só acontece em alguns casos, noutros casos sendo preciso levar em conta um presente largo que inclua até uma parte do futuro e do passado. (id., p. 249)

Partindo de uma abordagem que considere o ato comunicativo, a situação de fala, Tláškal (1984) explica a variabilidade no uso do presente como uma variação na extensão do uso das formas do indicativo a qual expressa muito mais realidade que as outras formas. Deste modo, o indicativo presente vem aumentando sistematicamente seus usos (p. 249), ou seja, à sua forma vêm se anexando novos conteúdos, sem contudo perder de vista o seu significado central (p. 249) Mas o autor não explicita o que seria o significado central do presente.

As preocupações de Tláškal, nesse artigo, estão mais voltadas para as diferenças de registros (padrão e familiar) na variação entre forma e conteúdo. No caso do português brasileiro essas características de substituição verbal não dizem respeito ao português familiar, somente, pelo menos no que se refere às substituições feitas pelo presente do indicativo. Contudo, a dicotomização entre forma e conteúdo parece ser o grande problema na sua abordagem, o que não o fez caminhar em direção às questões referentes à significação, quando da análise dessas substituições modo-temporais. Além disso, à medida em que consideramos que a linguagem não é um meio neutro, mero instrumento de comunicação, concluir por uma tendência de expansão do português familiar a partir de uma expansão dos conteúdos e não das formas verbais, parece pouco. Resta identificar o que significa essa expansão de conteúdos que essas formas então predominantes carregam.

Fiorin (1996) trata do sujeito, do discurso e dos efeitos de sentido provocados pela substituição de uma pessoa por outra, de um tempo por outro e de uma localização espacial por outra. Diz o autor:

As gramáticas apresentam como fenômenos aleatórios e sem qualquer conexão entre si o uso de uma pessoa por outra (o plural majestático, por

exemplo), de um tempo por outro (o presente histórico, por exemplo) ou o de uma localização espacial por outra (o uso de este em lugar de esse, por exemplo). (Fiorin, 1996: 21)

O autor assume em seu livro um duplo objetivo: de um lado, descrever as categorias de tempo, pessoa e espaço em português; de outro, descrever como essas categorias são manifestadas no discurso e quais os efeitos de sentido que nele engendram. (id., p. 23)

Tomando por base Greimas e situando-se no âmbito do que ele chama "teoria semiótica narrativa e discursiva, sintaxe do discurso" (id., p.23) seu parâmetro de observação é a enunciação nas suas relações com o enunciado, o enunciador e o enunciatário. Ele mesmo diz: não tratamos da dêixis discursiva por considerar que faz ela parte do que chamamos semântica do discurso, que será objeto de outro trabalho. (id., ib.) Para esse autor, há uma centralidade da enunciação na constituição do discurso. (id., p. 30) Ele assume a noção de sujeito, mas um sujeito interno à enunciação e a noção de efeitos de sentido não passa de impressões causadas no ouvinte, por exemplo: franqueza, dissimulação ou estranhamento. (id., p.40).

A partir dessa perspectiva teórica o autor acaba por assumir o presente como sendo o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve (id., p. 42), mas Fiorin (1996: 149) diz que essa coincidência não deve ser entendida apenas como identidade durativa entre os dois momentos e que o momento da enunciação engloba o momento da referência, pois para ele o tempo presente indica a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da narração (id., p. 142). Desse modo, esse autor assume o presente como extensão que inclui o passado e o futuro, como veremos com mais detalhes adiante.

Tendo por base as Confissões, de Santo Agostinho, Fiorin (1996) assume as categoria de temporalização (a vivência dos três presentes - passado, presente e futuro - em relação ao momento da enunciação, podendo haver concomitância, anterioridade e posterioridade) e aspectualização do tempo (atividade de um certo actante observador que vê a ação como uma "marcha", um "desenrolar", que pode ser pontual ou durativo, perfectivo ou não-perfectivo) (Greimas e Courtès, 1979, p. 22 apud Fiorin, 1996, p. 139) e Fiorin acrescenta:

Assim como os problemas do ser e da medida do tempo são distintos, mas se articulam na relação entre o triplo presente e a distentio animi, temporalização e aspectualização são categorias gramaticais diferentes, mas estão intrinsecamente relacionadas, já que esta é uma sobredeterminação daquela e o processo, embora sendo temporal, só é apreendido em sua aspectualidade. (Fiorin, 1996: 140)

A partir desse ponto de vista Fiorin (1996: 149 - 152) apresenta três casos de relações entre o momento de referência e o momento da enunciação: presente pontual (quando existe coincidência entre os dois momentos); presente durativo (quando o momento da referência é mais longo que o momento da enunciação,

podendo essa duração ser pequena ou muito longa, contínua - presente de continuidade - ou descontínua - presente interativo -) e o presente omnitemporal ou gnômico (quando o momento de referência é ilimitado e, portanto, também o é o momento do acontecimento - é o presente utilizado para enunciar verdades que se pretendem eternas).

Como podemos perceber, a aspectualização (modo de percepção do fato pelo falante) se relaciona com a temporalização (vivência do tempo) expressa pelo momento de referência. Portanto, percebemos em Fiorin (1996) um grande avanço na abordagem do presente como categoria, ainda que ele não trate das estratégias de produção de sentido produzidas a partir desse sistema categorial de ordem semântica (id., p. 22). No nosso entender, Fiorin avança porque se propõe a discutir a categoria tempo, contudo, ao assumir que o discurso é o lugar da instabilidade das estruturas, é onde se criam efeitos de sentido com a infringência ordenada às leis do sistema (id., p.15) e que compreender os mecanismos de temporalização, de espacialização e de actorialização é fundamental para entender o processo de discursivização (id., ib.), Fiorin não lida com o aleatório, mas com as condições de realização da instabilidade, acreditando que estas vão se concretizando nos discursos, se fixando. Desse modo, o autor considera que o que pertence à ordem da História é o discurso e não o sistema. Ora, como se passa deste àquele? Com a enunciação, ou seja, temporalizando, espacializando e actorializando a linguagem. (id., p.14). No entanto, entendemos que o sistema lingüístico não passa de um mínimo de regras que possibilitam a linguagem, concordando com Coseriu (1952: 74 - 5):

Poderíamos dizer, pois, que mais que impor-se ao indivíduo, o sistema se lhe oferece, proporcionando-lhe os meios para a sua expressão inédita, mas ao mesmo tempo, compreensível, para os que utilizam o mesmo sistema. O que, na realidade, se impõe ao indivíduo, limitando sua liberdade expressiva e comprimindo as possibilidades oferecidas pelo sistema dentro do marco fixado pelas realizações tradicionais, é a norma. A norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade.

Portanto, se o sistema se sobrepõe à história, a norma está inserida nesta e é também instável, tal como o discurso. Para além da norma, pretendemos levar em conta as formações ideológicas que geram formações discursivas e, desse modo, não poderíamos deixar de entender a linguagem como processo, não nos bastando reconhecer as condições alicerçadas pelo sistema para que a instabilidade ou a discursividade se realizem, como quer Fiorin (1996), mas assumindo a instabilidade como própria da condição da linguagem. Ou seja, acreditamos que para se observar o funcionamento do presente do indicativo teríamos que ir além da enunciação em direção a fatores discursivos, pragmáticos e conversacionais e até textuais, já que o presente ancora os discursos em situações comunicativas que utilizam estratégias as mais variadas.

No entanto assumimos aqui vários dos pontos de vista apresentados por

Fiorin (1996) e um deles é a crítica que faz a Weinrich (1973):

Weinrich, em seus estudos, afirma que as formas temporais não exercem propriamente a função de localização temporal, mas servem para situar o leitor ou o ouvinte no processo comunicacional. O pretérito perfeito (no caso, o passé simple), o imperfeito, o mais-que-perfeito, o futuro do pretérito e o passado anterior indicam que o enunciador está narrando, enquanto o presente, o pretérito perfeito (no caso o passé composé) e o futuro do presente mostram que o narrador está comentando os eventos. Por isso, ele afirma que há dois sistemas temporais nas línguas, o do mundo narrado e o do mundo comentado. Essas funções foram deduzidas principalmente do fato de que os tempos de cada um desses sistemas manifestam, de modo respectivo, um distanciamento e uma aproximação. (...) Afastamo-nos de Weinrich em dois pontos muito importantes: ele não separa subsistemas vinculados a pontos de referência pretérito e futuro e dissocia totalmente os tempos verbais da experiência temporal vivida. Embora reconheçamos a singularidade do tempo lingüístico, já mostramos que ele tem algo em comum com os outros tempos. Ademais, é difícil aceitar a diferenciação entre tempos do mundo narrado e do mundo comentado, já que se pode narrar com tempos do comentário e comentar com tempos da narração e só raciocínios muito sibilinos permitem explicar esse fato. (Fiorin, 1996: 250 -1)

Concordamos, porém, com Weinrich (1973) quando observa que o fato de o presente designar tempo presente, hábito, além de coisas passadas e futuras, demonstra que ele nada tenha a ver com tempo, no sentido de tempo cronológico. A utilização do presente demonstra uma atitude comunicativa de engajamento, de compromisso, ele aparece em textos em que há tensão. Contudo, concordamos com Fiorin (1996), quando afirma que não podemos dissociar os tempos verbais da experiência temporal vivida, caso contrário teríamos que deduzir da linguagem a categoria sujeito.

Besson (1993) em seu artigo intitulado "Les valeurs du présent dans le discours expositif" toma por base Benveniste e Weinrich e inicia dizendo que outras formas verbais são bem mais estudadas que o presente. Sua pesquisa inscreve-se dentro de uma pesquisa maior sobre o discurso escrito em textos expositivos, definindo discurso a partir de Bronckart (1985 e 1992), como:

(...) formes observables de matérialisation de l'activité langagière, activité conçue comme ancrée dans un contexte social spécifique et sous-tendue par un ensemble d'opérations psychologiques dont les unités linguistiques en surface des textes constituent les traces. (Besson, 1993: 43)

Trabalhando com 20 (vinte) extratos de textos de um corpus de 300 (trezentos) textos, a autora seleciona deles 5 (cinco) tipos de seqüências discursivas: seqüências puramente informativas; seqüências explicativas; seqüências argumentativas; seqüências injuntivas (explícita as conseqüências ou formas de ação decorrentes da informação) e seqüências (semi-) narrativas (quando a seqüência da

exposição exige um retorno ao tempo).

Besson levanta duas questões sobre o presente que seriam basicamente estas:

- Independentemente do seu papel de ancoragem nos discursos expositivos e a despeito da sua unidade morfológica, podem as formas do presente ser atribuídas de valores discursivos diferentes, relativos aos tipos de seqüências em que aparecem?

- Qual o papel das outras estruturas como os modalizadores, a presença de certa organização textual ou de outras formas temporais no valor discursivo do presente?

A autora faz, então, uma análise discursiva das seqüências, levando em conta características as mais diversas como a presença ou não do enunciador; o apontar para uma relação com o ouvinte / leitor; os elementos coesivos, etc.

Ao levar em conta o papel do presente nessas seqüências, observa que nas seqüências puramente informativas existe uma abstenção do tempo ou um tempo infinito que não se situa em relação ao passado e ao futuro. Aponta assim para o valor atemporal do presente e cria a categoria: presente da autonomia (no caso, autonomia discursiva). Observa, ainda, a presença marcante dos verbos estativos, principalmente o verbo ser e conclui que o presente, nesses casos, apresenta um valor puramente sintático, estabelecendo relações entre noções (relação de equação; de descrição; de localização; de propriedade) - relações primitivas.

Besson (1993) apresenta as classificações de Imbs (1960) que observa valores semânticos mais específicos nesses verbos de valor atemporal, classificando-os em: presente habitual; presente dos estados permanentes; presente gnômico ou sentencioso; presente de definição; presente das verdades eternas.

Sobre as seqüências explicativas, argumentativas e injuntivas, a autora as engloba por apresentarem, em comum, uma vontade firme, por parte do enunciador, de agir sobre o destinatário. Nessas seqüências aparecem, então, muitos modalizadores, condicionais e o futuro, além de muitos compostos. O presente aparece como complemento. Ela o chama de presente da implicação e atribui a ele o valor temporal de simultaneidade.

Nas seqüências semi-narrativas aparece o presente histórico e às vezes uma interposição do passado e do futuro, numa tentativa de situar duas realidade. Ela traz opiniões diferentes de autores sobre o presente histórico, mas não as discute.

A própria autora termina por considerar que suas análises e conclusões não passam de hipóteses a serem testadas em mais seqüências. Ela não chega a responder satisfatoriamente às questões levantadas no início do artigo e tira conclusões já presentes em Weinrich e outros autores. Contudo Besson trata dos valores do presente dentro de uma perspectiva discursiva e isso a singulariza, além disso o faz a partir dos textos expositivos. Esse artigo e a dissertação de Martelotta (1986), foram os únicos trabalhos que trataram especificamente do presente do indicativo. Os demais autores observados trataram o presente dentro de um quadro mais amplo de observação dos fatos lingüísticos, como é o caso de Coracini (1991) que leva em conta o comportamento do presente ao analisar o discurso da ciência.

Martelotta (1986:47-8), observando 600 ocorrências do presente do indicativo no que se refere à expressão do "tempo real", constatou:

- 567 casos (94,5%) em que o presente do indicativo apresentou situações a que ele chamou de permanentes ou indeterminadas, as quais nada têm a ver com o tempo cronológico do presente;
- 23 casos (3,8%) de situações de futuro;
- 9 casos (1,5%) de situações de presente, sendo que destes, 5 casos se referiam ao aspecto cursivo, restando apenas 4 casos de presente simultâneo ao momento da fala;
- 1 caso (0,2%) de situação de passado.

O autor concluiu que "o presente do indicativo, em comparação com o pretérito perfeito, tem um compromisso bem menor com a expressão de tempo cronológico..." (Martelotta, 1986:47-8)

Concluiu, ainda, que a intenção do falante ao utilizar situações de presente permanente o faz para abster-se da expressão de tempo cronológico, já que, no que se refere ao presente, as situações específicas não são projetadas na linha do tempo. Isto porque o presente aparece, em geral, nas descrições, comentários, etc., discursos esses em que a expressão do tempo tem importância secundária. (id.,p.36)

Martelotta (1986:35) assume o tempo como uma categoria dêitica (as noções de passado, presente e futuro são estabelecidas em relação ao momento da fala). Além disso, estabelece uma diferença entre tempo gramatical e tempo real (nem sempre os tempos gramaticais expressam os tempos reais a eles correspondentes).

Contudo, em seu trabalho ele nem sempre trata o tempo como categoria dêitica, como nos casos de presente permanente acima comentados. Por não discutir a noção de temporalidade, Martelotta intui sobre a experiência do falante quanto à abstenção / fuga do tempo cronológico, mas não consegue dizer mais sobre as estratégias discursivas presentes nesse grande espaço do que ele chama presente permanente.

Por se ocupar da linguagem como fato semântico de expressão de um sujeito individual e não como constituinte de sujeitos, de saberes, é que Martelotta não caminha em direção a um reconhecimento mais amplo sobre o presente do indicativo.

Se passamos a considerar que a linguagem como acontecimento se estrutura dentro de uma temporalidade historicamente marcada, constituindo aí sujeitos com experiências de significados pouco fixados de antemão, passaremos a entender a flexão verbal de tempo como uma estruturação sistêmica que aponta para formas de vida ou concepções, saberes historicamente estruturados em seus usos (e aí não estamos nos referindo ao paradigma das conjugações verbais, mas ao comportamento verbal nos discursos socialmente recorrentes).

Pensamos que se faz necessário discutir a temporalidade do presente do indicativo, observando as variações no seu uso como estratégias de produção de sentido, disponíveis aos falantes, buscando compreender as relações entre o processo verbal e a significação lingüística. Uma abordagem que não esteja centrada no locutor, ou no ato comunicativo, ou na questão modal. Apesar de nossa discussão nos remeter às críticas com relação às abordagens presente nas gramáticas tradicionais,

não acreditamos ser possível buscar alternativas diferenciadas ou criativas para a apresentação dos verbos nas gramáticas. Pensamos que essa discussão deve ganhar um outro enfoque, que considere o sistema mas que esteja centrado no sentido, propiciando uma compreensão um pouco mais ampla sobre o processo verbal, com possibilidades de que este nível de enfoque seja encaminhado para as salas de aula de língua portuguesa, as maiores vítimas das nossas gramáticas classificatórias. Uma abordagem nesse nível nos encaminharia, sem dúvida, para um entendimento mais ampliado da relação do sujeito com a linguagem.

Referências

ANDRÉ, Hildebrando A. de. **Gramática ilustrada. 2ª ed.** SP: Moderna, 1978.

BESSON, Marie-Josèphe. Les valeurs du présent dans le discours expositif. In: **Bronckart J. P. (org) Langue Française - Temps et discours études de psychologie du langage**, 1993. Revista nº 97.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa.** 4ª ed. RJ: Padrão, 1985.

_____. **Dicionário de lingüística e gramática.** Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Estrutura da língua portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 1970.

CHAVES DE MELO, Gladstone. **Gramática fundamental da língua portuguesa. 3ª ed.** RJ: Ao livro técnico S/A. 1978.

CORACINI, Mª José R. Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência.** SP: Educ; Campinas, SP: Pontes, 1991.

COSERIU, Eugênio. **Teoria da linguagem e lingüística geral.** Montevideo, Chile: Edição independente, 1952.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo. 2ª ed.** RJ: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo. 3ª ed.** BH: Editora Bernardo Álvares S/A. 1972.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação - As categorias de pessoa, espaço e tempo.** SP: Ática, 1996. (Col. Ensaaios. nº 144)

GARCIA, Afrânio da Silva. **O verbo no português - tipos e tempos**. UFRJ, Dissertação de Mestrado. 1987.

KURY, Adriano da Gama. **Para falar e escrever melhor o português. 3ª ed.** RJ: Nova Fronteira, 1989.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português. 5ª ed.** SP: Pioneira, 1987.

MACIEL, Maximino. **Gramática descritiva**. RJ: Francisco Alves, 1918.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **O presente do indicativo no discurso: implicações semânticas e gramaticais**. Dissertação de mestrado. UFRJ, 1986.

MELO, J. Nelino de. **Estudos práticos de gramática normativa da língua portuguesa. 2ª ed.** RJ: Bruno Buccini/ Editor, 1968.

MIRA MATEUS, Maria Helena et alli. **Gramática da língua portuguesa - elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

NASCENTES, Antenor. **Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileiro**. RJ: Edições dois mundos: Brasil/Portugal, 1946.

PARRET, Herman. **Enunciação e pragmática**. Campinas: editora da Unicamp, 1988.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica historica. 7ª ed.** SP: Companhia Editora Nacional, 1932.

PERES, João Andrade. Towards an integrated view of the expression of time in portuguese. In: **Cadernos Semânticos. Nº 14**. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português. 2ª ed.** SP: Ática. 1996.

PONTES, Eunice. **Estrutura do verbo no português coloquial. 2ª ed.** Petrópolis: Vozes, 1973.

RIBEIRO, Dr. Ernesto Carneiro. **Serões gramaticaes ou Nova gramática portugueza. 3ª ed.** Bahia: Livraria Catilina, 1919.

ROCHA LIMA, Carlo Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa. 33ª ed.** RJ: José Olímpio. 1996.

RYAN, Maria Aparecida. **Conjugação dos verbos em português. 11ª ed.** SP: Ática, 1995.

TLÁSKAL, Jaromir. Observações sobre tempo e modos em português. In: CARVALHO, José G. Herculano de. e SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen. (org.) **Estudo de lingüística portuguesa 1**. Coimbra Editora, 1984. (col. Lingüística.)

TODOROV, T. e DUCROT, O. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. SP: Perspectiva, 1972.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto no português: a categoria e sua expressão. Dissertação de mestrado**. (PUC/RIO). 1980. VOL. I e II.

WEINRICH, Harald. **Le temps**. Paris: Seuil. 1973.

Os mecanismos enunciativos na dissertação

Marilia Blundi Onofre*

RESUMO:

A discussão que apresentamos focaliza a articulação entre linguagem e línguas naturais, pautada na Teoria das Operações Enunciativas proposta por Antoine Culioli. Tal abordagem desenvolveu-se por meio da leitura dos processos léxico-gramaticais veiculados pela marca "se" e suas implicações enunciativas em ocorrências típicas da estrutura dissertativa. Tendo em vista um dos contextos em que essa marca atua, foi possível rever as marcas enunciativas tradicionalmente atribuídas à estrutura dissertativa. Pretendemos, ainda, transpor nossas reflexões para o ensino/aprendizagem de língua.

Palavras-chave: Linguagem; enunciação; gramática; produção de texto.

ABSTRACT:

This work is focused upon the articulation between language and natural languages, taking as theoretical framework the Theory of the Enunciative Operations proposed by Antoine Culioli. The analysis of such question was developed through the reading of the lexico-grammatical processes conveyed by the Portuguese language textual marker 'se' (if) and its enunciative implications in typical occurrences of the dissertation structure. Taking into consideration one of the contexts of occurrence of that marker, it was possible to review enunciative markers traditionally attributed to the dissertation structure. We attempted to transfer the result of our study to the language teaching and learning processes.

Keywords: Language; enunciation; grammar; text production language.

1. Referencial Teórico

A discussão que apresentamos sustenta-se na articulação entre gramática e produção/interpretação de texto. Tal questão fundamenta-se na linha teórica a que nos filiamos, que é a *Teoria das Operações Enunciativas* proposta por Antoine Culioli (1976), cujos pressupostos indicam-nos a importância dessa articulação. Nesse contexto, a linguagem é concebida como atividade de produção de significação desenvolvida por interlocutores em interação e manifesta-se por meio da língua, compreendida, então, como um sistema de representação lingüístico responsável por veicular a linguagem. Nesse sentido, linguagem e língua não se separam, assim como não se separam gramática e léxico, ou, ainda, gramática e texto.

A *Teoria das Operações Enunciativas* apresenta-nos um referencial teórico a partir do qual Culioli propõe uma gramática da produção lingüística. Segundo o autor, a produção de significação é gerada em um movimento entre enunciadores, situação de enunciação, e propriedades físico-culturais dos objetos que serão enunciados, que, por sua vez, determinarão a articulação entre gramática e produção/interpretação de texto, pois se considera que as relações gramaticais são responsáveis pela significação produzida. Ao mesmo tempo em que, por esse modelo, afirma-se que a significação é gerada em uma relação dinâmica entre interlocutores e mundo, e

* Professora Doutora de Departamento de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo

que essa relação é representada pelos jogos gramaticais, afirma-se que a gramática é dinâmica, e se deixa compor de diferentes maneiras dependendo do sentido que se quer criar. Embora se reconheça a dinamicidade do processo de construção de significação, é preciso considerar que esse processo se deixa estabilizar pela enunciação. É como se a gramática fosse composta por um conjunto de peças disponível para se compor, se organizar de acordo com a significação desejada. Assim, a significação é fruto das relações gramaticais, e, desse modo, vinculam-se léxico e gramática, não mais considerados a partir de valores estanques.

2. Os mecanismos enunciativos na estrutura dissertativa: a relação léxico-gramática

Para abordar a articulação entre os processos de língua/linguagem, selecionamos, para analisar, algumas ocorrências típicas presentes em estruturas dissertativas, tais como as que se seguem¹⁴:

- *Pode-se notar que as escolas se arrumam com o pouco que têm.*
- *Pode-se perceber o descaso dos professores com os alunos.*
- *Pode se observar que a alimentação distribuída ao aluno de renda baixa é de pobre riqueza alimentícia.*
- *Pode-se afirmar que está na escola um dos grandes passos para uma cultura de paz.*
- *Pode-se observar que o enunciador adequa o discurso tendo em vista o seu interlocutor.*
- *Pode-se notar que tais ocorrências (inadequações nos textos) são freqüentes.*
- *Pode-se concluir que a enunciação é algo singular.*
- *Pode-se observar que os advérbios também desempenham a função de modificadores na frase.*

Tais ocorrências chamaram a atenção por apresentarem estruturas que julgávamos próximas (no momento da seleção essa proximidade entre elas era hipotética), e, que, então, propusemo-nos a analisá-las. Como resultado da nossa observação, verificamos que as estruturas em questão caracterizam-se por:

a. constituírem-se por verbos cujos traços semânticos veiculam noções de

¹⁴ Essas ocorrências fazem parte de um corpus de pesquisa maior, presente na tese ONOFRE, M. B. Operações de linguagem e implicações enunciativas da marca "se". Araraquara: 2003, 174p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

comprovação, de reconhecimento, de verificação. Incluindo-se aí, então, os verbos notar, perceber, observar, afirmar, concluir; e

- b. organizarem-se a partir da seguinte estrutura:

marca modal + marca se + verbo (cuja semântica é de comprovação) + proposição

pode + se + observar + x

Essa aproximação que verificamos entre as ocorrências analisadas levou-nos a identificá-las como pertencentes a uma família parafrástica, apropriando-nos desse conceito tal como é proposto por Culioli, (...) nous appellerons famille paraphrastique la classe d'énoncés, que l'on peut définir comme une classe d'occurrences modulées (CULIOLI, 1990, p. 137)

Desse modo, agrupar as ocorrências em uma família parafrástica implica entendê-las como sendo geradas a partir de relações semânticas primitivas, o que significa considerar que as ocorrências típicas em questão formam-se a partir de uma relação semântica origem, do tipo:

<alguém (comprovador) + comprovar + algo (comprovável)>

Estabelecida tal identificação semântica entre as ocorrências, é preciso, então, compreender quais os mecanismos enunciativos que incidem sobre essa relação primeira e que são responsáveis pelas enunciações dadas. Para tanto, tomamos como exemplo o seguinte enunciado:

Pode-se observar que o enunciador adequa o discurso tendo em vista o seu interlocutor

Dado o exemplo, podemos considerar que temos aí uma proposição, que é:

<o enunciador adequa o discurso tendo em vista o seu interlocutor>.

E, incidindo sobre essa proposição há a relação < *pode se observar* >, a partir da qual podemos constatar que se pretende dar credibilidade, veracidade a primeira.

Ocorre, porém, que essa construção, empregada com a finalidade de dar veracidade à proposição, constrói-se com a marca "se", cujo emprego indetermina o termo responsável pela realização da predicação em questão, isto é, a realização do "observar". Assim, aquele que atuaria como "observador" está indeterminado, e, desse modo, fica comprometido o caráter de veracidade que se quer criar, uma vez que não se determina o responsável pelo "observar", "notar" etc.

Outra marca enunciativa empregada que vem contribuir com a indeterminação

desses enunciados é o modalizador “*pode*”, responsável por instalar o enunciado na ordem do *possível*, do *muito provável*¹⁵. O emprego desse modalizador afirma sobre a *possibilidade*, sobre uma *forte probabilidade*, sobre a *não asserção* da ocorrência sobre a qual incide. Para que esse modalizador se constitua como tal, devemos considerar as relações temporais e aspectuais aí presentes. Essas caracterizam-se por remeter à *atemporalidade* e a valores aspectuais *não-perfectivo* e *não-durativo*. Essas noções constroem-se pela ausência de marcas espaço-temporais para se estabelecerem as distâncias entre o eu/aqui/agora e o ele/lá/então da enunciação.

Tendo em vista a conjunção dessas marcas, podemos observar que se ressaltam valores de indeterminação da pessoa, do espaço e do tempo nos enunciados em questão, e assim, enuncia-se sobre a *possibilidade da efetivação de uma proposição*.

Considerando, então, as relações enunciativas instauradas entre uma noção semântica cujo traço é de *verdade*, de *comprovação*, e uma marca de indeterminação daquele que assume essa comprovação, veiculada tanto pela marca *se* como pelo modalizador *pode*, é possível verificar que o sujeito enunciador não assume o seu dizer, não se compromete com o que é dito, como também não nomeia outro que o faça. Porém, essa falta de comprometimento é apagada pelo enunciador, quando este recorre ao emprego de noções de caráter comprobatório e instaura um jogo para validar a proposição, fazendo o enunciatário tomar como verdadeira (assertiva) a sua aparente assunção.

A análise realizada demonstra-nos que a relação intersubjetiva instaurada nas ocorrências observadas constrói-se por valores referenciais que se instalam entre o *ser* e o *não ser*, uma vez que nessas ocorrências deflagra-se um jogo de forças intersubjetivas no qual concorrem a *assunção* e a *não assunção* do discurso pelo enunciador, conforme observamos.

3. A dissertação: entre a objetividade e a subjetividade

As ocorrências analisadas, que são recorrentes em textos dissertativos, constituem-se por valores referenciais da ordem da *assunção* e *não-assunção*, o que implica que são modalizadas simultaneamente pelas marcas de “*ser*” e “*não ser*”. Tal constatação leva-nos a considerar, então, que essas ocorrências constroem-se por marcas léxico-gramaticais sustentadas pelo jogo entre a objetividade e a subjetividade.

Tendo em vista que nos filiamos a *Teoria das Operações Enunciativas*, temos a articulação entre a objetividade e a subjetividade na gênese do modelo, e assim, ao afirmar sobre essa articulação nas ocorrências, não estaríamos fazendo nada além de uma constatação óbvia. Porém, o que pretendemos mostrar é que a enunciação presente nessas ocorrências instaura-se nesse lugar em que concorrem as marcas de objetividade e de subjetividade, ressaltando a negação desses dois traços concomitantemente.

¹⁵ Tendo em vista o conjunto de modalidades apresentado pelo modelo culioliano, há de se considerar que a modalidade da *certeza*, que se indica, difere da modalidade *assertiva* (afirmativa ou negativa). Assim, ainda que se aponte para a *certeza* de uma dada predicação, essa *certeza* deve ser considerada como uma *possibilidade muito forte*, sendo, assim, é ainda uma *possibilidade*.

Tal afirmação se justifica pelos resultados das análises, a partir dos quais observamos que as enunciações em questão apresentam-nos *um enunciador que ressalta a não-assunção de seu dizer*, o que nos leva a afirmar que se instaura aí a subjetividade, no entanto essa subjetividade se constitui por meio de sua própria negação. Ao mesmo tempo, verificamos que, nessas ocorrências, *se enuncia sobre a possibilidade de construção de um objeto*, o que implica que não há asserção sobre um dado conteúdo, mas a indicação da possibilidade de sua existência. Nesse sentido, podemos dizer que a objetividade instaura-se enquanto possibilidade, e desse modo, reconhecemos o traço de objetividade por meio de sua ausência, tal como verificamos em relação à subjetividade.

Essa concorrência da *não objetividade* e da *não subjetividade* leva-nos a considerar que esses enunciados constróem-se por valores referenciais que não se estabilizam, instaurando-se, assim, entre o “ser” e o “não-ser”.

4. A dissertação no ensino de língua

4.1 A dissertação no ensino de língua: um texto objetivo ou subjetivo?

Os fatos que apontamos sobre as estruturas dissertativas analisadas, que se caracterizam por valores referenciais que marcam a não estabilização de valores enunciativos, confrontam-se com o que se afirma tradicionalmente em relação à dissertação, e em particular com o que se propõe no ensino da dissertação.

Para sustentar essa observação, destacamos as marcas de objetividade e subjetividade, empregadas como recursos para se abordar o ensino da dissertação, tal como se apresentam em livros didáticos e propostas pedagógicas.

Podemos observar que, em grande parte de livros didáticos, atribui-se ao texto dissertativo o traço de objetividade, entendendo-se por objetividade “um meio de dar destaque ao conteúdo das afirmações feitas, em detrimento do enunciador”. Como exemplo, reproduzimos a seguinte citação extraída de um livro didático apresentada como identificação de um texto dissertativo:

(...) apresenta a defesa de uma idéia, de um ponto de vista. Os autores trabalham com argumentos e dados comprobatórios de sua tese. O final do parágrafo reforça a idéia inicial. Uma composição com essas características chama-se **dissertação** (CAMPEDELLI e SOUZA, 2002, p. 347).

Essa citação acompanha um texto como exemplo, a partir do qual se discutem essas marcas da dissertação. Em seguida apresenta-se o seguinte quadro:

Dissertação

- Defesa de um argumento:
 - a) apresentação de uma tese que será defendida,
 - b) desenvolvimento ou argumentação,
 - c) fechamento;

- predomínio da linguagem objetiva;
- prevalece a denotação. (Campedelli, S.Y, Souza, J., 2002, p. 348).

Por outro lado, encontramos abordagens que atribuem ao texto dissertativo o traço de subjetividade. Como exemplo, podemos citar o que se afirma nos Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau – Produção de Textos (1983), tal como:

A dissertação parece carregar consigo o valor semântico de “opinião do sujeito que fala”. Isto nos leva a pensar que nesse tipo de discurso a marca da subjetividade é talvez mais forte do que nas outras formas discursivas vistas. Sempre que comentamos sobre algo emitimos opiniões, tentando sempre cercar o nosso interlocutor e fazê-lo “vir” até nós. A intenção maior de quem tece uma reflexão sobre algo e a emite é envolver o ouvinte de maneira a atraí-lo e persuadi-lo de que a nossa reflexão é a correta e pautasse pelo maior grau de aceitabilidade (SÃO PAULO, 1983, p. 33).

Para ressaltar a marca de subjetividade, afirma-se, ainda, que a argumentação parece ser a força maior que rege o texto dissertativo, como o que se segue:

Na sua argumentação o sujeito deve partir ou admitir, em princípio uma premissa ou uma afirmação sobre a qual tem-se consolidada a aceitabilidade e da qual também partilha o interlocutor. Desta (ou destas) afirmação o locutor passa a construir o seu raciocínio, que evidentemente deve mostrar os passos “lógicos”, isto é, bem argumentados e fundamentados e chegar à conclusão final com a qual deve concordar o seu interlocutor (São Paulo, 1983, p.34).

Diante dessas abordagens encontradas acerca da dissertação, e, ao mesmo tempo, acerca dos conceitos de objetividade e subjetividade, podemos verificar que as ocorrências que compõem o nosso *corpus* não se enquadram em um ou outro caso.

É possível observar, ainda, que não há consenso nessas abordagens, uma vez que, ora a dissertação define-se por ser um texto marcado pela objetividade, ora define-se por ser um texto marcado pela subjetividade. Tais fatos fazem-nos levantar duas questões. A primeira diz respeito aos valores atribuídos ao nosso *corpus* que não se enquadram nessas definições, o que nos leva a questioná-las. A segunda refere-se aos valores polarizados atribuídos à dissertação, pois, conforme observamos, ou se atribui o valor de objetividade, ou de subjetividade, porém nunca os dois valores concorrentes. Podemos considerar, assim, que a própria falta de consenso entre os valores polarizados, aparece como um fator de evidência da coexistência das duas marcas.

Tais questões surgem pela tradição de nossos estudos lingüísticos em apoiarem-se em valores polarizados, tais como, objetividade e subjetividade,

verdade e falsidade, afirmação e negação, e assim por diante. Esses pares opositivos aparecem nas propostas de ensino/aprendizagem de língua, como se a linguagem se deixasse moldar segundo esses valores. Porém, a atividade de linguagem não se deixa polarizar segundo tais valores, tal como verificamos pelo nosso *corpus*, assim, a solução para as questões levantadas envolvem uma mudança teórico-metodológica que rompa com essa filosofia tradicional paradigmática, e leve em conta o lugar das articulações entre as consideradas oposições, no qual se instaura o processo de linguagem.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de língua portuguesa para o ensino médio¹⁶ (1999), publicados pelo MEC, não se faz referência especificamente à dissertação. Essa questão aparece diluída entre outras, quando se menciona a produção de texto. Discutem-se as competências e habilidades a serem desenvolvidas em língua portuguesa, e nesse lugar, apresentam-se reflexões sobre a articulação entre o ensino/aprendizado de gramática e de produção/interpretação de texto paralelamente a reflexões que envolvem gêneros discursivos. Observamos, assim, o que se propõe:

O processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral.

Essa concepção destaca a natureza social e interativa da linguagem, em contraposição às concepções tradicionais, deslocadas do uso social. O trabalho do professor centra-se no objetivo de desenvolvimento e sistematização da linguagem interiorizada pelo aluno, incentivando a verbalização da mesma e o domínio de outras utilizadas em diferentes esferas sociais. Os conteúdos tradicionais de ensino de língua, ou seja, nomenclatura gramatical e história da literatura, são deslocados para um segundo plano. O estudo da gramática passa a ser uma estratégia para compreensão/interpretação/produção de textos e a literatura integra-se à área de leitura (BRASIL, 1999, p. 139).

Propõe-se também o seguinte:

Toda e qualquer análise gramatical, estilística, textual deve considerar a dimensão dialógica da linguagem como ponto de partida. O contexto, os interlocutores, gêneros discursivos, recursos utilizados pelos interlocutores para afirmar o dito/escrito, os significados sociais, a função social, os valores e o ponto de vista determinam formas de dizer/escrever. As paixões escondidas nas palavras, as relações de autoridade, o dialogismo entre textos e o diálogo fazem o cenário no qual a língua assume o papel principal (BRASIL, 1999, p. 143).

Dado o que os PCNs nos apresentam, devemos reconhecer que se propõe

¹⁶ A nossa opção por observar inicialmente os PCNs – ensino médio deve-se ao fato de nosso *corpus* de análise ser composto por textos de ensino médio e ensino universitário.

a abordagem da linguagem articulada à língua, havendo, então, um rompimento com metodologias de ensino que se apóiam em análises do produto lingüístico, sustentadas pelos pares opositivos a que fizemos referência.

Observamos, porém, que o modo como as discussões sobre linguagem discorrem parece pressupor que promover a articulação entre língua/linguagem envolve somente um querer fazer. As discussões apresentam-se como se se tratassem de fatos já resolvidos pelos professores, e que esses pudessem aplicá-las sem qualquer dificuldade. É preciso adotar um referencial teórico que leve em conta a metodologia de ensino proposta, e assim, operar com a articulação proposta.

Considerações Finais

As questões levantadas indicam-nos a relevância da proposta de articulação entre gramática e produção/interpretação de texto, o que implica rever os paradigmas tradicionais. Observamos que, da mesma forma que não é adequado atribuímos valores gramaticais pré-concebidos, como por exemplo, ao se, não o é atribuímos às estruturas lingüísticas, categorizando-as em tipologias textuais. Nesse caso, fazemos referência à estrutura dissertativa, que foi a que focalizamos aqui. Os resultados a que chegamos levam-nos a rever os valores tradicionalmente atribuídos à dissertação.

É preciso considerar que trabalhamos com uma única ocorrência típica de estrutura dissertativa, por meio da qual pudemos observar regularidades nas estruturas analisadas. Por meio dessa ocorrência pudemos observar, ainda, que não se pode generalizar processos enunciativos característicos de determinadas estruturas lingüísticas na ânsia de se estabelecerem tipologias textuais. Assim, a análise que desenvolvemos mostrou-nos que, se o que se propõe tradicionalmente em relação à dissertação não se sustenta, não se sustenta também generalizar o resultado da nossa análise para todas as estruturas consideradas dissertativas, em substituição à análise tradicional.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa. v.2. Brasília: MEC/SEF, 1997.
CAMPEDELLI, S.; YOUSSEFF, S; SOUZA, J. B. **Português-Literatura, produção de textos & gramática**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Paris: Ophrys, 1990, v.1.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999a, v.2.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Paris: Ophrys, 1999b, v.3.

ONOFRE, M. B. **Operações de linguagem e implicações enunciativas da marca "se"**. Araraquara: 2003, 174p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau. v. III**. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983.

SAVIOLI, F.P.; FIORIN, J.L. Para entender o texto: **leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1990.

Language acquisition, translation, and resistance to globalization

Lillian DePaula*

Abstract

In pedagogy, there is the need of presenting a repetition and a triggering of rehearsals. It becomes more and more important to be able to discuss theories of translation, within the same language, from one language to another, or from one semiotic sign to another as a way of promoting interdisciplinary studies, as a way of disseminating a repetition of rehearsals. In this discussion, a theory of translation examines the exercise of moving ideational and interpersonal matter from one mode of expression to another. Transposing ideas, affections, a certain matter, from one mode of expression in a language to another in the same language is one type of exercise.

Traveling from one language or mode of expression to another is yet another type of game. But transaction between subjects is always a matter of translation.

Bewilderment comes in there not being sufficient understanding of what the different types of translation, different types of bilingualism represent and of how they can be worked into a pedagogy as an advantage and not as an obstacle to expression.

Keywords: translation, education, bilingualism

Resumo

Na pedagogia, existe a necessidade de apresentar a repetição e o desencadeamento de ensaios. Torna-se cada vez mais pertinente a discussão sobre as teorias de tradução, ora na mesma língua, ora de uma língua para outra, ou de um signo semiótico a outro como forma de promover os estudos interdisciplinares, como forma de disseminar a repetição de ensaios. Na presente discussão, uma teoria de tradução examina o exercício de mover matéria ideacional e interpessoal de um modo de expressão a outro. Transpor idéias, afeições, uma certa matéria, de um modo de expressão a outro, dentro da mesma língua, é um tipo de exercício.

Viajar de uma língua ou modo de expressão a outra é ainda um outro jogo. Contudo a transação entre sujeitos é sempre uma questão de tradução.

A perplexidade se dá por conta de não haver suficiente compreensão sobre aquilo que os diferentes tipos de tradução, os diferentes tipos de bilinguismo representam e de como eles podem contribuir ao ensino como uma vantagem e não obstáculo a expressão.

Palavras-chave: tradução, ensino, bilinguismo

Opening act: introduction

...The bilingualism (sometimes trilingualism) of [the] texts mediates against certainty and centrality; each letter writer grapples with the intractability of language and expresses profound skepticism about the connection of words to deeds, to reality, to representation.

* Professora Doutora de Departamento de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo

Linda Kauffman in *Discourses of Desire* (1986:32)

In mapping the discourse of desire expressed in letter writing from Ovid's *Heroides* to the twentieth century *New Portuguese Letters*, Kauffman (1982) traces elements of transgression and transformation embedded in the representations of repressed emotions. Epistolary transgression fiction is marked by a feminine voice, denigrated and downgraded by a higher literary masculine voice and manner of stating deeds, reality and representation, which – while it devaluates the sentimental –, ultimately will find that it is the feminine voice that stretches a guiding tune throughout the labyrinth. That Ariadne be not betrayed this time round, instead she should be translated. A combination, that of being betrayed with that of being translated, which might, as we shall be discussing, prove itself difficult to keep in separate footing. Illusion of presence: writing as a recollection – as a way of making the object of one's affection perceptible. Translation. Transformation and transgression in making one's affection perceptible.

...
Words coming from afar
through the waters of the Nile,
one day, this page; papyrus,
will have to be translated,
into symbol, into Sanscrit,
into all the dialects in India,
it will have to say good morning
to one we speak at ear's reach
it will have to be the brusque stone
someone let the glass drop on
Isn't that just how life is?

...
Palavras trazidas de longe
pelas águas do Nilo,
um dia, esta página; papiro,
vai ter que ser traduzida,
para o símbolo, para o sânscrito,
para todos os dialetos da Índia,
vai ter que dizer bom-dia
ao que só se diz ao pé do ouvido,
vai ter que ser a brusca pedra
onde alguém deixou cair o vidro
Não é assim que é a vida?

The first text, the one on the left column, is my translation of a fragment from the poem "Aviso aos Náufragos" ("Warning for the Shipwrecked") by the Brazilian poet Paulo Leminski. Placing a text in the position Western standard has set for first reading *translates* the notion that the first piece presented is in the original language, and the second piece is the translated text. Naturally the chronological association between first and original, source and influence help locate space and time. Different literary drives may suggest that the writer manipulate the paratext so as to lead the reader to unexpected patterns and interfere with the readers' set of beliefs⁵.

The presentation of bilingual texts or of translated texts without their corresponding originals brings into question vivid and well delineated issues related to the validity of one way of naming, describing or judging people and/or things. If you have the same story told in different languages, how much of each language will speak through/into the story? How much of the story will really be the same and what difference will that make? What is the purpose of discussing what goes on in between texts? How will monolinguals lose in not taking part in bilingual games and aesthetics? Why may bilinguals feel excluded in the public school system and turn out feeling inadequate in whatever language they turn to? How can a good thing go

bad?

The giving over act: Translation, transgression and treason
 or mapping the role of translation as hermeneutic exercise
So taunt me, Deceive me, desert me, I'm yours, till I die...

There are, we may conjecture, many occasions in which treason would be heartily encouraged (we should hope!). Situations in which a subject is moving against an artificial constraint: the U. S. soldier alone in the jungles of the East faces an injured enemy soldier and in treason to the created notion of patriotism, he helps the enemy soldier and consolidates with a higher set of principles which dictate that he be to the other as to himself. The fact that one may have to practice treason under certain situations will, following an angle from a different perspective, indicate that the gesture of treason also points to an act of higher committing ties and to a demonstration of foreign or unexpected loyalties. (Did Ariadne's dad expect her to go head over heels for Theseus, a foreigner?) Betrayal comes with a statement of commitment. The soldier alone with an enemy species chooses to act in faith of human solidarity. There's a thin line, often totally cut loose, drawn to the ground, that permits the moving forwards into territories of unlimited boundaries, of creative transformations. It's about saying yes to a proposition, being open to a new arrangement; being capable of rewriting a lost story however meager the imagination be – remembering and recording and then, only so as to later remember, again forgetting. There's the story of a betrayal of a smaller notion in favor of a larger picture.

If betrayals also bring commitments, the movement from one to the other presents different fractions/sides of the same coin, as going from one language to another, presents different aspects of the same text. What is visible, in between the texts, is the mediation against certainty and centrality. The seeking for representation is made all the more visible when there are many versions available, making more available a larger number of empty spaces exposed awaiting further exposure. There are an endless number of paths to be dis-covered in between texts. White rivers – is it the Amazon? – awaiting willing and willful navigators.

The dictionary gives metaphorical examples for the word *betrayal*. Because of its possible physiological characteristics, the more feverously it argues towards the notion of a betrayal being an act of revelation as when: his voice betrayed his words...a betrayal necessarily bringing about a revelation...the redness in her cheeks, her tone of voice spoke differently from the words pronounced: or, the truth came through the tone of his voice /the soldier did not have any reason to kill the enemy soldier, each soldier, each not yet 17 in age, felt a sense of uselessness in the prospect of warfare and gave over. *Not yet seventeen* translated into life, not death. Given synonyms, according to the Webster's New College Dictionary, for *betrayal* are *deceit* and *revelation*. There is some initial bewilderment in accommodating deceit and revelation as synonyms for betrayal.

But the bewilderment better illuminates the adage *traduttore traditore*: we come to more clearly seeing the consequentiality between one and the other with language exemplifying its case. While deceiving, the translator will be revealing, or

while revealing there will be deceit, if not of the content of someone else's text, certainly that of his/her own text, the translated version. The concept of repetition and rehearsal permeates the underlining impulse of each text, of each attempt at seeking representation. The translated text will finally be under the jurisdiction of the reader, who will decipher a translator's travels through betrayal and revelation. Ample exemplifications may be found in the domains of anthropology.

Ethnographers, for instance, are translators in true travels. Dislocating themselves to foreign lands, they return to find in the written expression a channel that takes them back to their homeland. The question is, nevertheless, if their writings ever truly bring the foreign home with them, or whether the foreign other comes to the text forced into dresses of colors closer to the author's home character than to those under study. In the article "Old Ethics Die Hard: The Yanomami and Scientific Writing", Ramos (2001) demonstrates how an Indigenous group from the Amazon region gained a created characterization as the result of misappropriations and problems of translation. She refers to an article in *Science* in which Napoleon Chagnon^c claimed that 44% of adult Yanomami males were killers and, as killers, they attracted more women, producing more children than non-killers.

The scientific precision indicated in the percentage numbers made available as data helped solidify the image of the Yanomami earlier portrayed by *Time Magazine* in 1976 in which they are described as "horrifying" and like "baboon troops". Chagnon is acknowledged by *Time* as its sole source and never denounced any misuse of his writings by that periodic. The magazine apparently translated Chagnon with precision. The same does not happen, Ramos insists, when it's Chagnon's turn to perform the task of the translator. According to Ramos, the Yanomami notion of "killing" in the context of warfare is far from being the same as western thinking. The term *unokai* glossed as "killer" disregards the fact that although an enemy may have been killed by a specific person, anyone who shot an arrow at the wounded or even the dead body takes on the condition of *unokai*.

Ramos points as Chagnon's main weaknesses the fact that he shows total disregard for the "native's point of view" and that he either has poor command of the local language or chose to ignore its intricacies so as to compose his statistical data more comfortably. Describing any ethnic group as "fierce", "gentle" or whatever simplified formula will – states Ramos – directly influence whatever may follow from those descriptions. In the case under consideration, for example, much turmoil followed.

Among the many damaging consequences resulting from the created image presented of the Yanomami, Ramos reports, is the hair raising and intellectually disturbing question articulated by an American feminist professor from Menlo College in California, in response to an article titled "An Amazonian Tragedy" published in the *Wall Street Journal* (March 21, 1990) discussing the gold rush in Yanomami land and mentioning the alleged violent behavior Yanomami men have of beating women. The scandalously fierce question posed is whether such a "brutal and primitive society" deserves to be protected against the twentieth century at all. Such a horrific collocation is one of the voiced representations of the dangers that will follow the misappropriation of anthropological material. Bad fiction being abundantly produced

as scientific pronouncements. Translations being poorly performed, or performed to the benefit of bigotry and intolerance.

But if what deceives also reveals no better illustration than Patrick Tierney's bombastic book *Darkness in El Dorado* (2000) to state a case. Here we find *fierce* – to apply a much abused term used to characterize the Yanomami – accusations of unethical behavior against the Chagnon team. Though some of Tierney's findings may be refutable, what clearly is exposed is the dangerous dynamics created when bad fiction is being produced as serious scientific research. The task of the anthropologist, as that of the translator, once embedded by an aura of "neutrality" neglects to account for the emotional and authorial bond each translator/anthropologist will have, or not have, with the study at hand.

As the translator/anthropologist deceives in representing his object, more material is put out for revelation by another reader's scrutiny. But that is more plausibly accomplished because readers also have access to texts and other sources made available to the author/translator/anthropologist and can therefore accompany and evaluate the material thereby produced. Available on the world web, a recent report on the Yanomami and scientific research is located on the American Anthropology Association homepage. The report brings to discussion issues that permeate translation studies and testify to the tight and common grounds translation and ethnography share elucidating how each experiences and performs the task of the other^d. The result of the work of five researchers involved in different but complementary ways of analyzing and perceiving the Yanomami communities is presented as a certain *translation* of other written pieces covering the last 40 years of Western contact and it culminates with the production of a book that questions the ethical role of anthropologists and journalists in manipulating information they have obtained through bonds of trust with groups with whom they shared experiences and cultivated friendships.

The resisting act: who is afraid of Virginia Woolf and what is so very frightening

If, on the one hand, it is disturbing to find translation studies frequently absent from the consideration of the social sciences, it is, on the other, almost an absurdity that studies so intimately tied to interpretation might ever be ignored in literature and language studies. The notion that it has been excluded from foreign language studies is, once one is arrested with the case, tremendously shocking. That this situation hardly be noticed is still an even greater disturbance. The role translation has played in second and foreign language acquisition, in the past and today, the differences suggested depending on the languages at play (learning English as a second or foreign language today is very different from learning Portuguese as a second or as a foreign language), must be considered by evaluating the asymmetrical relations between the languages at stake^e. The absence of great concern in understanding the language of such an isolated and small group as the Yanomami follows with notions that there are linguistic hierarchies, as dictates the bogus belief in the superiority of one language over another. The missing angle being the proposition that language is

the common thread linking the different peoples. In language, whatever language it be, we find the common goal of seeking for representations, of devising and creating ways of making one's affections perceptible in a very Ariadnian way, by giving one's affection a sur – vival, a representation. Again with a vow to reformulate a final treason into a translation, a representation of sur-vival.

"...The anthropologists should ask us directly. The Yanomami can speak his own language. These anthropologists can translate. They have to hear our language. They have to hear us in our own language. What does the Yanomami think? What does the Yanomami think is beautiful? You have to ask the Yanomami themselves."
Davi Kopenawa⁴

The activity of translating is demanded "in life" from all corners and sides yet we should not expect to find the practice and theory of translation being studied in language classes -- we should not expect to discuss what language is --- any language --- what it does and how it does or does not, while placed side by side, is an issue hardly to be investigated by students in language, literature or foreign language classes. Postcolonial studies deconstructivism, mainly but also feminist studies and theories of resistance especially, have brought translation studies beyond the realms of linguistics by expanding and considering it through sides and angles the translating eagle eye sees in the open spaces between languages and texts.

In comparative literature, journeys performed from French to English, from English to French, by Marilyn Gaddis Rose (1997) show a bilingual mind exercising hermeneutics in the interliminal space, a place experienced by having more than one possibility at hand. The understanding that is brought about by bringing forth similarities and differences between different versions of the *same* text is unique. Needless stress the italics placed on *same*, for the notion of originality is being addressed within the proposition of there being created a new text from in between the written texts.

The interliminal space delimited throughout Rose's *Translation and Literary Criticism* (1997), the same space very much occupied by exegetes with their eyes on polylingual pages, demonstrates a type of exercising that highlights a notion that monolinguals miss, which is that "when more than one word points to a familiar thing, the excess shows that no word can "own" or "be" that thing" (Sommer: 2004: XXI). Teaching bilinguals about deconstructivism is, Sommer will argue, almost redundant. Translation, that is, the exercising of bilingual skills, is an activity that promotes the entrance to certain passages that exist in the, only apparently, bare and empty white columns in between texts. And I will insist on the image of white columns, passages, white rivers, in between texts: locus of adventure.

When one is in between texts, just as when one is in the middle of a river, as Guimarães Rosa's character in "The third bank of the river" in mute silence tells us, one is in position of seeing both sides of the banks through a perspective of unsettling possibilities. The position of a third bank, in the empty corridors left open between two or many different texts, sets one afloat on a white river of silence and confusion, possibilities arise and different angles appear at each treason revealed

and dis-covered.

Once translation theory and practice is acknowledged as an instrument that highlights and directs a certain manner of proceeding with language and with how it mediates reality, bilingual, polylingual texts will be considered due to how they repeat and reinforce notions of plurality, of additions into language, of language always managing to stretch while still managing to be more condensed and precise, of hybridity occurring naturally as a part of language life. Once so many contemporary theories rely on translation studies to exemplify and illustrate relations pertaining to meaning and willingness to power, the more intriguing becomes the fact that often second and foreign language teaching approaches view translation practice with wary eyes, some claiming the practice as damaging for fluent production in second or foreign language. In the mid 1980s, one of the major and very elite private foreign language schools in Brazil announced, as the most positive effect of its method, the fact that *after the first class the student would already start thinking in the target language* – strangely insinuating that learners might do otherwise.

It becomes paramount to examine the reasons supporting the exclusion of translation practice and thinking from the many areas of knowledge. As we produce an ever greater amount of literature directed towards challenging the displacement of the translation activity from any epistemology or theory of knowledge, we reconsider the issues that have maintained translation studies off active grounds.

While it is disgruntling to have some divorce anthropology from translation practices, it is all the more disturbing to have translation practice and theory neglected in language, literature and foreign and second language study. What is the underlining message being repeated as we claim a second position for any translated piece of text or discourse, when we claim that the practice of bilingual study will prevent full mastery of a second or foreign language, when we choose not to study, question, and understand what it is to translate and to consequently be a bilingual. What it means to have infinite ways of presenting a certain *matter*, ideational matter, and I think of the sense given to the medieval *matter of Brittany*, for instance, translated from one language to another, presenting variations to a story seen from the unique perspective of each voice seeking representation.

In pedagogy, there is the need of presenting a repetition and a triggering of rehearsals. It becomes more and more important to be able to discuss theories of translation, within the same language, from one language to another, or from one semiotic sign to another as a way of promoting interdisciplinary studies, as a way of disseminating a repetition of rehearsals. In this discussion, a theory of translation examines the exercise of moving ideational and interpersonal matter from one mode of expression to another. Transposing ideas, affections, a certain matter, from one mode of expression in a language to another in the same language is one type of exercise. Traveling from one language or mode of expression to another is yet another type of game. But transaction between subjects is always a matter of translation. Bewilderment comes in there not being sufficient understanding of what the different types of translation, different types of bilingualism represent and how they can be worked into a pedagogy as an advantage and not as an obstacle to

expression.

There may be the understanding that different types of bilinguals (voluntary/obligatory; coordinate/compound) exist and that a good part of the population of any given place will have one or many types of bilinguals. The fact that so little is understood of the processes involved in the different kinds of mechanism resorted to by speakers of more than one language, all the same, is disconcerting.

Dealing with translation, bilingualism or Virginia Woolf presents an internal spinning mechanism that drives in the same stroke: the milky substance of the white rivers of ambiguity and possibilities; the puffy substance of a cloud of unknowing are equally more visible in interliminal space. One of hesitation and doubt, confusion and Babel, of creation through an analysis of a reproduction, a repetition, rehearsal, through an act in movement. The questions presented by the bilingual, by the translator, invite more than one possible angle because the interpreter examines from the position of one who is in the middle, having at each turn a view of one of the possible sides. The notion of centrality and certainty is necessarily under question.

Closing Acts: making one's affection perceptible in rehearsals, repetitions, and movements

Just as literary understanding is enhanced by performing voyages in the streams laid out in between texts of different languages, so is the ability to perform in language enhanced through the understanding of the mechanisms that produce language by deconstructing them during the translation process. The translation procedure, whether it be within the same language, from one language to another or from one form of expression to another, as from a poem to a painting, repeats and rehearses the mechanism relied on during an act of creation and lends to the creator the experience called for in the production of expression.

Currie⁹ proposed the study of the environment as a main theme from which learning would be sought during an experiment conducted among primary school students in the mountain regions of Espírito Santo, Brazil. Resorting to a Paulo Freirian way of producing knowledge, Currie used the environment enveloping students to engage them in activities that would lead them from one area of knowledge to another in a naturally occurring pace. Though she did not use procedures taken directly from interlingual translation, she performed constant translation activities as she translated the world of elements into a world of action, a world of things into a world of deeds and back again.

Here I am proposing a repetition and a rehearsal of any activity considered worth revisiting. Translation being highlighted as when I discuss the consequences that the sky heavy in dark dense clouds outside the window may have, or as when I suggest a visual representation of a story. Moving an ideational matter from one mode of expression to another, repeating almost like a mantra, a certain mode of expression through different realizations works as a linking thread for the production of a certain desired texture. The obvious example in interlingual translation is the fact that many writers translate other writers as an exercise in learning how to write (the Romans, writers of the Middle Ages – writers of today, the day before yesterday as

well), or the fact that reading one same writer over and over for long stretches of time may bring the repetition of the writer's syntactic pace and semantic selection into the reader's language production. People will sometimes sound like books, which is only a problem when it goes by unnoticed and does not call for further thought.

The translation activity when theorized, or when it is given the time for retracing, rethinking is, as Kanavillil Rajagopalan^h has noted, a site where, within colonial discourse, language will repress but also represent the avenue for resistance. The many metaphors that accompany translation reveal the various political and ideological forces the activity of translating represents. It is this notion of translation as a metaphor for sur-vival that orients the directions of this research.

In Heloisa Barbosa's doctoral thesis *The Virtual Image: Brazilian Literature in English Translation*, we find a fine argumentation in favor of reading one's self through the translation the other re-presents and there is, as the author states in her concluding pages, much Brazilian translated literature to be analyzed and put into dialogue under the perspective opened through the comparison of a text with its translation. Barbosa reports on the hardship students felt in reading, in translation, the short story "A terceira margem do rio" by Guimarães Rosa and questions why and how the Portuguese version produces such different effects. Brazilian literary criticism is scant in English and English speakers reading in Portuguese are all the more scarce. Barbosa's investigation indicates valuable directions research may take while either comparing originals with one or more translations or placing many versions of the same text side by side as in the Hexapla Bible. Open pages, each containing six versions of the same text, presenting wider open white blank spaces in between the texts, resembling rivers that invite the reader on a journey of exploration, will enhance our understanding of a piece of text in focus, in repetition, being restated.

Pages presenting a selection of texts in different languages side by side pronounce well not only the very obvious notion that languages distinguish themselves thanks to distinctive properties each language contains, but also – and this is perhaps the most important lesson the translation experience validates—the fact that languages are similar in what they may express. Distinct languages in contact will rub off on to one another, permeate certain paths and repeat themselves creating a new deviance that permits the languages involved to evolve and move onwards. But there is a constant struggle to keep languages from intruding on one another, and as Price and Lugones (2003) demonstrate, of imagining linguistic realms as separate and hermetically sealed so as to reinforce colonial thinking since, as they argue, one of the ways in which the West maintains domination is by imagining languages as separate.

But that languages are separate and safely kept in tightly closed containers, available to those according to whether and how well they belong to one or another realm, is an argument that better qualifies notions of nationality and better supports and enhances differences among peoples more than it contributes to pronounce the similarities. To whose advantage is it then to advocate thinking in one specific language (one which may, coincidentally, also dominate and suppress other languages)? Who, as Carroll questioned, is to be the Master, in the end? The directions indicated by

the Tower of Babel may not be as gloomy as we think. The profusion of languages and the confusion exposed by each being owing possession of tongues as tools may, instead of focusing on the strains of producing communication, highlight that multiple possibilities and the very unique ability humans have of reading the world and of, consequently, writing into the world new and original manifestations of old and past readings is far from being a curse, but rather a passage through recreation and life.

Christopher Larkosh (2002: 99-121) keenly demonstrates how a Western polyglot as Victoria Ocampo might strangely appear monolingual. The language of the empire is emphatic not so much in that it spreads where it lands, but more so in how it interpenetrates and moves within the land and tongue of the subjected. As movements of independence strive to maintain home the mother tongue, survival depends on how well the mother molds and stretches alliances with the father. While the father/colonizer may not bother in understanding the conquered land's speech, the mother tongue will only live on by lending her ears and learning the new code.

But expressing oneself in the language of the master may entail, America has exemplified abundantly, the repression/suppression of one's home tongue. For many Indian Brazilians the process of moving from one language to another is beginning/has begun recently and is being unfolded as we go further into the twenty first century. While we might locate misappropriation resulting from mistranslations as we saw exemplified in the term *unokai*, we also find thoughtful and concerned attention directed towards bilingual studies within isolated groups, as the Yanomami bilingual educators demonstrate¹. In Paraguay, the only nation in the American continent to hold two official languages², we have a unique situation calling for more thorough examination by neighboring nations.

But, while Portuguese is the official language in Brazil and English the non-official language of its elite, foreign language teaching develops its outset through the perspective of taking learners to the target language world and, preferably, leaving them there. In Brazil, the young well bred intelligentsia will watch American TV sitcoms in the original and even sneer at the attempts at translations: it just won't sound right in another language, they will insist. Knowing a foreign language, they've been taught, means not having to translate and, when confronted with a translation, of being able to point to the losses the practice brings.

Considering the experience being offered in Paraguay by bilingual educators, especially those working with Indian groups, important insights will be obtained which may be transferred to foreign language teaching in public schools – as an activity that will not only take the learner to the language of the foreign, but also bring him safely back home. Curiously, the stronger the impact of one language over the other the more sharply the translation activity is placed into jeopardy and questioned for the better or worse. The fact that a methodology urges one NOT to translate should be revised under the new light offered by studies in bilingual education, in translation studies.

A fine and interesting strategy suggested in fiction pointed out by Adriana Pagano (2002:80-98) is the pedagogy of translation as education advocated in Julio Cortázar's novel *Libro de Manuel*. The methodology presented in the novel is

parallel to readings performed within the interliminal space proposed by bilingual texts, in which going from one language to the other ascertains the impossibility of determining a center, of fixing one definite truth. The method proposed in *A Manual for Manuel*, Pagano stresses (2002: 93), "puts foreign languages to the service of translation, here understood as a rereading of culture and history." Reintroducing translation activity as part of foreign language methodologies proposes precisely that: taking full appropriation of another tongue as a tool which rereads the other, while it also leads us to our own selves. It appears that a secure strategy of guaranteeing a dynamic questioning of power relations in a globalized world is by reverting the curse of Babel, instead of the strive for one language, we shall strive for eternal language play translated in the multiplicity of expression the many languages propose and explore.

Notes:

¹ Leminski, Paulo. Apud Salgueiro, W.C.F. *Forças & Formas: aspectos da poesia brasileira contemporânea (dos anos 70 aos 90)*. Vitória: CCHM Publicações, 2002, p. 206.

² On originality and translation see FILGUEIRAS, L.V.D.'s doctoral thesis titled *A Invenção do Original via Tradução Pseudotradução e Autotradução*, Universidade de São Paulo, 2002.

³ One of the main protagonists under scrutiny in recent discussions on ethnics and science by the American Anthropological Association.

⁴ See internet version <www. AAA Task Force on El Dorado> .

⁵ On asymmetrical relations between languages three titles work well together in presenting a comprehensive understanding of language in colonial and postcolonial relations: 1) *Linguistic Imperialism* by Robert Phillipson; 2) *The Cultural Politics of English as an International Language* by Alastair Pennycook; and 3) A. Suresh Canagarajah's *Resisting Linguistic Imperialism in English Teaching*.

⁶ From interview with Janet Chernela, see AAA Task Force on El Dorado, <www.aaanet.org/edtf>

⁷ Based on a four year experience, Currie's book reports on learning strategies that take into view Multiple Intelligences and the dynamics of learning from a Paulo Freire perspective.

⁸ In much of Rajagopalan's work he deals with translation as a site of resistance. Alongside with other theorists as R. Arrojo, H. Barbosa, J. Price, M. Lugones, M.G. Rose, who place translation as a mode of proceeding, the bilingual is invited to speak and honor the site occupied.

⁹ See the internet version of the information bulletin of the CCPY, the Pró-Yanomami Commission, especially see the aims of the Yanomami Bilingual Educational Programme, summarized as follows:

Allow the implantation of an educational policy which prizes Yanomami culture and strengthens the identity of the people;

Organise literacy classes in the maternal language, to ensure its use throughout the learning period, both as a subject in itself and as a teaching tool for all the other

subjects in the school curriculum.

Train Yanomami teachers as educators and researchers in a way which ensures that the Yanomami can control the new intercultural process;

Collaborate in the preparation of a differentiated and specific curriculum for Yanomami communities;

Collaborate with the preparation of teaching materials in the Yanomami language;

Transmit knowledge which will strengthen the participation of the Yanomami in Brazilian society, as citizens, with better conditions to manage and defend their own territory, their interests and rights. Such knowledge should add to their capacity to take a critical approach to events;

Teach Portuguese as a second language with the aim of making it possible for the Yanomami to participate in the different forums where their rights are discussed and decided;

Encourage reflection on the changes which have happened in Yanomami society since contact.

¹⁰ Spanish and Guarani are both official languages. Spanish is spoken by about 75% of the total population and Guarani by over 90%. Five percent of the population speaks only Spanish. There are no other major vernacular languages. There are 21 languages spoken in Paraguay, but only Spanish, Guarani and Plattdeutsch (low German) are spoken by at least 50,000 people. About 95% of the people are of mixed Spanish and Guarani Indian descendants.

¹¹ I'd like to thank Heloisa Barbosa, Janet Chernela and Joshua Prince for reading this article and bringing me valuable insights.

References

Barbosa, Heloisa. 1992. *The Virtual Image: Brazilian Literature in English Translation*. Warwick University.

Canagarajah, A. Suresh. 2000. *Resisting Linguistic Imperialism in English Teaching*. Oxford: Oxford University Press.

Chernela, Janet. <http://www.aaanet.org/edtf> Final Report of the AAA El Dorado Task Force.

Currie, Karen. 1996. *Meio Ambiente: Interdisciplinaridade na Prática*. São Paulo: Editora Papirus.

Freire, Paulo. 1997. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Larkosh, Christopher. "Translating Woman" in Tymoczko, Maria & Gentzler,

Edwin (editors). 2002. *Translation and Power*. Amherst and Boston: University of Massachusetts Press.

Leminski, Paulo. Apud. Salgueiro, W.C.F. 2002. *Forças & Formas: aspectos da poesia brasileira contemporânea (dos anos 70 aos 90)*. Vitória: CCHN Publicações.

Niranjana, Tejaswini. 1992. *Siting translation*. Berkeley: University of California Press.

Pagano, Adriana S. "Translation as Testimony" In Tymoczko, Maria & Gentzler, Edwin (editors). 2002. *Translation and Power*. Amherst and Boston: University of Massachusetts Press.

Pennycook, Alastair. 1994. *The cultural politics of English as an international language*. London: Longman.

Phillipson, Robert. 1986. *Linguistic imperialism*. Oxford: Oxford University Press.

Price, J. M. & Lugones, M. C. 2003. "Problems of Translation in Post Colonial-Thinking." *Anthropology News*, April.

Rajagopalan, Kanavillil. 2003. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade, e a questão ética*. São Paulo, SP: Parábola Editorial.

Ramos, Alcida Rita. 2001. "Old Ethics Die hard. The Yanomami and Scientific Writing". *Série Antropologia 302*, Brasília: Universidade de Brasília.

Rose, Marilyn Gaddis. 1997. *Translation and Literary Criticism*. Manchester: St. Jerome Publishing.

Sommer, Doris. 2004. *Bilingual Aesthetics: A New Sentimental Education*. Durham: Duke University Press.

Tymoczko, Maria & Gentzler, Edwin (editors). 2002. *Translation and Power*. Amherst and Boston: University of Massachusetts Press.

Gramaticalização de agora

Maria da Penha Pereira Lins*

RESUMO

Este estudo sobre gramaticalização de AGORA apresenta-se dentro de uma abordagem funcionalista e focaliza a ocorrência desse elemento em trajetória de gramaticalização de uso como operador argumentativo, recorrente no interior de atos interacionais. Gramaticalização é entendido como processo de mudança lingüística que consiste na passagem de um item lexical para um item gramatical, vinculada sintaticamente à passagem de uma construção gramatical para uma forma ainda mais gramatical. A principal base teórica firma-se nas noções sobre gramaticalização de Heine et al. (1991), Hopper e Traugott (1993) e Martelotta et al. (1996).

Palavras-chave: Funcionalismo, Gramaticalização, Interação

ABSTRACT

This study about the grammaticalization of NOW presents itself within a functionalist approach and focuses on the occurrence of this element in a trajectory of grammaticalization as used as an argumentative device that recurs within interactional acts. Grammaticalization is here understood as a linguistic change process that consists in the transformation of a lexical item into a grammatical item. Such a transformation is syntactically linked to the transformation of a grammatical construct into a form which is even more grammatical. The main theoretical basis is derived from notions about grammaticalization presented by Heine et al. (1991), Hopper and Traugott (1993) and Martelotta et al. (1996).

Keywords: Functional approach, Grammaticalization, Interactional acts

1. Introdução

No presente estudo verifica-se a ocorrência do elemento AGORA em trajetória de gramaticalização de uso como operador argumentativo, ou seja, analisar a presença constante de AGORA como “amarrador textual de porções de informação progressivamente liberadas ao longo da fala”, recorrente no interior de atos interacionais.

Gramaticalização é entendido, neste trabalho, como o processo de mudança lingüística que consiste na passagem de um item lexical para um item gramatical, associada à progressão na direção de uma maior vinculação sintática na passagem de uma construção gramatical para uma forma ainda mais gramatical.

Serão utilizados neste estudo dados pertencentes às amostras de entrevistas sociolingüísticas do PEUL –PROGRAMA DE ESTUDOS DE USO DA LÍNGUA – o português falado no Rio de Janeiro. Analisaremos o emprego do elemento AGORA em entrevistas de dois informantes, um do sexo masculino e um do sexo feminino.

Para orientar a observação dos dados, foram tomadas como principal base teórica as noções sobre gramaticalização de Heine et al. (1991), Hopper & Traugott (1993), Martelotta et al. (1996).

* Professora Doutora de Departamento de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (penhalins@terra.com.br)

Este estudo sobre gramaticalização de AGORA , dentro de uma abordagem funcionalista, ficou organizado em três segmentos. No primeiro, foi feita uma breve revisão bibliográfica, com o objetivo de informar sobre os estudos dos autores, cujas noções serviram de base para a análise. No segundo, foi feita uma reflexão sobre a gramaticalização de conectores. No terceiro, foi feita uma análise do emprego AGORA na sua trajetória de gramaticalização de item lexical para item gramatical e, ainda, foi focado seu uso como marcador discursivo.

No entanto, não tivemos o objetivo de desenvolver uma pesquisa aprofundada do assunto – o que ultrapassaria nossas pretensões – mas de buscar atender a uma curiosidade em torno do “modus operandi” na trajetória de gramaticalização de itens lexicais em gramaticais.

2. O conceito de gramaticalização

As línguas apresentam mudanças constantes no que se refere à gramática; essas mudanças são motivadas por pressões de uso e por pressões do próprio sistema gramatical. Desse modo, pode-se considerar o processo de gramaticalização como um tipo de mudança lingüística que envolve a trajetória de regularização de uso de itens lexicais em funções gramaticais.

Nessa visão, primeiramente o termo gramaticalização foi introduzido por Meillet (1912/1948, apud Heine et al 1991), que definiu o processo como “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma.”, fundado no fato de que em todos os casos em que se podia conhecer a fonte de uma forma gramatical, essa fonte era uma palavra lexical. E a transição representa uma espécie de *continuum*.

Ligados ao termo gramaticalização aparecem outros que especificam aspectos particulares do processo: sintatização, descoramento semântico, enfraquecimento semântico, desvanecimento semântico, reanálise, condensação, redução, e outros que remetem ao fato de estudos sobre gramaticalização levarem à reflexão sobre diacronia/sincronia.

Primeiramente, sabe-se, os estudos sobre gramaticalização estiveram ligados à lingüística diacrônica, com vistas à análise da evolução lingüística e à reconstrução da história de uma língua ou de um grupo de línguas, ou à comparação de estruturas lingüísticas do momento com padrões anteriores de uso lingüístico.

Posteriormente, com uma proposta diferenciada, foi dada relevância ao papel da pragmática, com a reflexão de que “a sintaxe de hoje é a pragmática de ontem”(Givón , 1979 – apud Tavares 1999), afirmativa que contempla a reanálise de padrões discursivos como padrões gramaticais.

De certa maneira, parece que uma separação rígida entre diacronia e sincronia não se justifica dentro dos estudos sobre gramaticalização, já que há uma dependência entre as duas.

Heine et al. (1991) sustentam seus trabalhos sobre gramaticalização a partir do que eles chamam de “clássica definição do termo”, emprestada de Jerzy Kurylowicz ([1965] 1975:52): gramaticalização consiste na produtividade de uma classe de morfema que avança de um status lexical para um gramatical, ou de um

status menos gramatical para um mais gramatical.

Hopper & Traugott (1993) definem gramaticalização como o processo de mudança que leva elementos de valor lexical a assumirem valores gramaticais e elementos gramaticais a assumirem funções ainda mais gramaticais.

Essas conceituações apresentadas parecem ter suas noções ampliadas a partir do slogan, também de Givon (1971 – apud Neves, 1997): “A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”, formulado a partir de evidências em línguas africanas de que formas verbais que hoje são radicais com afixos remontam a arranjos de pronomes com verbos independentes. Dentro dessa visão, pode-se entender que o processo de mudança não implica a perda do valor lexical original.

Para Heine et al. (1991) o termo gramaticalização abrange tanto o percurso de um morfema lexical para um gramatical, quanto o de um menos gramatical para um mais gramatical.

Uma característica básica do processo de gramaticalização é a unidirecionalidade, que parte do princípio de que uma mudança que se dá numa direção específica não pode ser revertida. Além dessa característica geral, os autores citam outras mais específicas: precedência do desvio funcional (conceptual ou semântico), sobre o formal (morfo sintático e fonológico), decategorização de categorias lexicais prototípicas, possibilidade de recategorização com restabelecimento da iconicidade entre forma e significado, perda de autonomia de um elemento, erosão ou enfraquecimento formal.

2.1. Princípios para a identificação do processo de gramaticalização

Segundo Hopper (1991) são cinco os princípios para a identificação dos estágios iniciais do processo de gramaticalização:

1. Estratificação (camadas): “Dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas estão continuamente emergindo. Quando isso acontece, as camadas antigas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer coexistindo e interagindo com as novas camadas.”
2. Divergência: “Quando uma forma lexical sofre gramaticalização em clítico ou afixo, a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que itens lexicais ordinários.”
3. Especialização: “Dentro de um domínio funcional, uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas pode ser possível num estágio; quando ocorre a gramaticalização, essa variedade de escolhas formais estreita-se e o menor número de formas selecionadas assume significados mais gerais”.
4. Persistência: “Quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para uma gramatical, tanto quanto isso é gramaticalmente viável, alguns traços de seus significados lexicais originais podem ser refletidos

nas restrições de sua distribuição gramatical”.

5. De-categorização: “Formas sofrendo gramaticalização tendem a perder ou neutralizar seus marcadores morfológicos e características sintáticas peculiares das categorias plenas nome e verbo, e a assumir atributos característicos de categorias secundárias, como adjetivos, participios, preposição, etc.

Desses princípios depreende-se que a gramaticalização é unidirecional, com uma unidade menos gramatical na ponta de partida e uma unidade mais gramatical na ponta de chegada, implicando, necessariamente, codificação nova, e envolvendo, necessariamente a morfologia.

Traugott e Heine (1991 – apud Neves 1997) afirmam que, na gramaticalização, as duas fórmulas “item lexical > morfema” e “discurso > morfossintaxe” se combinam na fórmula “item lexical usado no discurso > morfossintaxe”.

Compreende-se por itens lexicais os que fazem referência ou descrevem coisas do mundo biossocial (entidades, qualidades, ações) – os nomes, os verbos, os adjetivos e os advérbios. Já os itens gramaticais caracterizam-se como elementos funcionais, ou seja, aqueles que propiciam a organização de itens lexicais no interior do discurso – as preposições (relacionam nomes), os conectores (relacionam partes do discurso), os pronomes e os artigos (identificam entidades e participantes do discurso) e os morfemas verbais e nominais (indicam tempo, aspecto, modo, gênero e número).

Os advérbios e os adjetivos têm classificação à parte, em três categorias, conforme Hopper & Traugott – 1993: Categoria maior [nome, verbo, pronome], Categoria mediana [adjetivo e advérbio] e Categoria menor [preposição, conjunção].

É numa primeira etapa do processo de gramaticalização que se constituem os conectores, ou seja, na transição do léxico/ discurso para a sintaxe. Nesse percurso de gramaticalização, observa-se a operação de dois mecanismos em especial: transferência metafórica e pressão de informatividade – metonímia. Considera-se que esses dois mecanismos podem atuar no processo de gramaticalização simultaneamente ou em momentos distintos.

2.2. Metáfora e Metonímia

Heine et al. (1991) destacam a metáfora como um dos principais mecanismos que subjazem ao processo de gramaticalização. Explicam que o uso de um determinado termo lingüístico para um novo conceito envolve um processo pelo qual dois conceitos diferentes são metaforicamente igualados; o termo que é usado para um deles é, também, entendido para se referir ao outro.

É pela transferência metafórica que conceitos mais complexos são descritos por meio de conceitos menos complexos (concretos); estes últimos constituem os chamados conceitos fonte do processo de gramaticalização, os lexemas, que se referem a experiências humanas concernentes a estado físico, comportamento ou

meio-ambiente. Entre os possíveis conceitos-fonte podem-se destacar os lexemas que designam partes do corpo; fenômenos naturais; verbos dinâmicos, de processos mentais, de postura; quantificadores; demonstrativos, além de outros.

No processo de gramaticalização, domínios-fonte mudam para domínios-alvo a partir de uma similaridade funcional entre fontes e alvos potenciais. Desse modo. Vêem-se experiência não-física, compreendida em termos de experiência física, tempo em termos de espaço, relações abstratas em termos de processos físicos ou relações espaciais. A partir disso, é possível que indicadores de pontos no espaço, como, por exemplo, dêiticos locativos, passem a designar pontos no discurso, atuando como dêiticos discursivos.

Também é possível que indicadores de tempo, como, por exemplo, alguns anafóricos temporais, possam atuar como conectores seqüenciadores temporais. A partir do significado espacial e temporal, o significado mais concreto serve de base para o surgimento de significado mais abstrato e que tem atuação na organização do discurso.

A utilização de termos já existentes na língua para expressar novos conceitos, segundo o princípio de que conceitos concretos são utilizados para descrever conceitos menos concretos, ou abstratos, é possível de acordo com a seguinte escala de derivação:

Pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

Esta escala, cujos elementos constituem domínios de conceitualização importantes para organizar a experiência em termos cognitivos, destaca a similaridade entre fontes e alvos. A relação entre as categorias é metafórica, no sentido de que se torna possível a cada uma dessas categorias caracterizar qualquer categoria à sua direita. É a metáfora categorial, em que a primeira categoria constitui o veículo para a expressão da segunda; como, por exemplo, “tempo é espaço”.

Heine et al. (1991), ancorando-se nessa escala de derivação, propõem um percurso de gramaticalização para os conectores em que a origem espaço-temporal da forma fonte é largamente evidenciável no surgimento de variados conectores.

Outro mecanismo pelo qual se dá a gramaticalização é a metonímia. Esse processo de mudança decorre da associação conceitual de contigüidade entre entidades em contextos lingüísticos específicos. Um item lingüístico usado em referência a uma entidade passa a ser usado, também, em referência a outra. É a especificação de um significado em termos de outro que está presente no contexto – o que representa uma transferência semântica pela contigüidade, diferente da metáfora, que envolve a especificação de um conceito, geralmente mais complexo, em termos de outro não presente no contexto, o que representa uma transferência semântica pela similaridade de percepções de sentido.

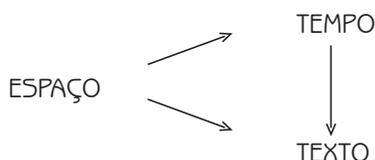
No processo de gramaticalização por metonímia um mecanismo de mudança é a inferência por pressão de informatividade, que designa o processo em que, por convencionalização de implicaturas conversacionais, o item lingüístico assume um valor novo inferido do valor original, que emerge do contexto de uso (Traugott e König – 1991). Isto significa que quando uma implicação surge com determinada forma lingüística, pode passar a ser tomada como parte do significado desta, ou, ainda, chegar a substituir o significado. É o caso de, por exemplo, em determinados contextos

conceitos espaciais poderem levar a implicaturas temporais. No desenvolvimento do processo, a interpretação temporal pode se tornar convencionalizada.

Bybee et al. (1994, apud Tavares – 1999) observam que esses dois mecanismos de mudança ocorrem em diferentes estágios da gramaticalização. A metáfora acontece em estágios iniciais, quando o conteúdo semântico é específico, e a metonímia é responsável pelas mudanças entre significados que são mais abstratos, o que ocorre nas etapas posteriores do processo, quando uma forma gramaticalizada continua a adquirir funções gramaticais. Nas palavras dos autores, “quando um significado gramatical torna-se mais abstrato e mais erodido, torna-se menos sujeito à metáfora e mais sujeito às pressões contextuais que geram mudança por inferência.”

3. Gramaticalização de conectores

Heine et al. (1991) propõem a seguinte escala para ilustrar o percurso de gramaticalização para os conectores:



De acordo com essa escala, elementos que indicam espaço, por transferência metafórica, passam a ser empregados como indicadores temporais e, posteriormente, como organizadores do espaço textual, havendo a possibilidade de ocorrer um percurso do espaço externo diretamente para o espaço textual.

Tavares (1999) relaciona a esse percurso de gramaticalização o desenvolvimento de **aí**, **daí**, **então** e **e** como conectores a partir de uma base adverbial. Cita como exemplo o então anafórico espacial (sinônimo de nesse lugar) que, ao iniciar seu processo de gramaticalização no latim, torna-se um indicador de tempo (sinônimo de nessa época ou nesse momento), passando, a seguir, a exercer funções no nível da interligação textual, como a seqüenciação de eventos e a introdução de efeito.

Especificamente em relação à gramaticalização de conectores, Traugott e König (1991) chamam a atenção para a inferência por pressão de informatividade, mecanismo relacionado à metonímia. É um processo em que um item lingüístico assume um valor novo, inferido do valor original, devido à convencionalização de implicaturas conversacionais por meio de pressões do contexto de uso. Assim, quando surge uma implicação, certo item lingüístico pode ser tomado como parte do significado desta mesma forma lingüística. Por isso, conceitos espaciais acabam por licenciar implicaturas temporais.

Martelotta (1996) ilustra esse mecanismo de mudança com a passagem de *já* (marcador de contra-expectativa) > *já* (comparativo). O autor cita o seguinte exemplo, em que aparece como marcador de contra-expectativa:

A Cláudia? A Cláudia está com dezesseis vai fazer dezesseis anos agora, entendeu? Já tem namoradinho, coisa e tal, já dá umas aulinhas de ... aqui em casa, é ... português, matemática, tudo que ela gosta, não é?

Explica o autor que, nesse exemplo, o *já* além de expressar noção temporal, apresenta uma característica típica de marcadores de contra-expectativa: em cláusulas que expressam situações contrastivas em relação às informações anteriores. As cláusulas *já tem namoradinho* e *já dá umas aulinhas* expressariam idéia contrastiva em relação ao fato de a menina não ter ainda dezesseis anos, que suscita expectativa contrária.

O autor afirma que, em alguns contextos, pode ser inferido do uso de **já** como marcador de contra-expectativa um valor comparativo, e dá o exemplo seguinte:

É colocada ... Também costuma-se fazer viveiro para determinadas hortaliças: por exemplo, alface, certos tipos de couve, é ... planta-se no viveiro e, depois de a mudinha alcançar um certo desenvolvimento, aí é colocada no lugar definitivo. Agora, outras não. Outras *já* são colocadas a granel no canteiro, proporcional à área do canteiro.

Para Martelotta, o **já** admite duas leituras: outras *já* (= anteriormente, desde o princípio) são colocadas no canteiro, o *já* mantém a marca temporal e funciona como marcador de contra-expectativa e *já* (= por outro lado) outras sementes são colocadas no canteiro, o *já* apresenta valor comparativo, porque o *já*, nesses casos, não tem valor de igualmente, mas de por outro lado.

Além da pressão por informatividade, outro mecanismo de mudança na reorganização da estrutura do enunciado é a reanálise, que leva à reinterpretação dos elementos que o compõem. É o caso, por exemplo, do Inglês, em que o elemento *that*, de pronome catafórico passa a conectivo.

I said that: John is coming > I said that John is coming.

A reestruturação da frase leva a uma mudança na função do elemento *that* que, inicialmente ligado à oração anterior, passa a fazer parte da oração seguinte.

4. Gramaticalização de AGORA

O advérbio **agora** a priori parece não ser nada mais do que um simples advérbio, um dêitico temporal, que exerce a função de situar eventos a que se refere em um dado período de tempo. A função principal de **agora** é criar efeito de ordem temporal, mas esse elemento pode causar impacto no interior de um enunciado, não se limitando apenas a indicar um processo no tempo. Observando os dois exemplos abaixo, pode-se constatar a diferença de uso.

(1) morro **agora** está bom, está calmo à beça, está tudo calmo. Mas em (hes) um ano atrás esse morro virou um <inf> Deus me livre.

(2) Mas eu sei lá, eu tenho vontade, assim, jogar para mim ganhar, **agora**

gastar meu dinheiro, ir lá jogar e não ganhar nada. Eu fico com uma tristeza (est) mas se eu ganhasse eu ia ajudar muita gente.

Em (1) o elemento **agora** caracteriza-se por ser um dêitico temporal prototípico. Isso significa que equivale semanticamente a “neste momento”, “atualmente”, e é desencadeado pela forma interrogativa “ Quando?”

Neves (1992) considera que existem, entre os advérbios de lugar e de tempo, elementos em si mesmo fóricos ao lado de elementos não-fóricos.

Entendendo-se fórico como o elemento que propicia a busca ou a recuperação de informação por remissão a um ponto do enunciado ou à situação de enunciação, pode-se observar que há dêiticos que são fóricos e outros que não são. Embora se possa fazer esta desvinculação entre dêixis e forismo, sabe-se que todo circunstancial fórico é, também, dêitico. É o caso do exemplo (1), acima. Naquele exemplo, **agora** remete ao momento da enunciação, um momento que pode ser interpretado dentro de uma abrangência de período maior de tempo, não só de presente, mas, também, de passado ou de futuro, que se aproxima do momento da enunciação, como se pode compreender em “atualmente”.

Em (2), semanticamente, o elemento **agora** distancia-se de sua significação temporal prototípica. Não é desencadeado pela forma interrogativa Quando?, nem pode ser parafraseado por “atualmente”, “neste momento” ou afins. Diferentemente do primeiro caso, **agora**, em (2) não integra uma estrutura sentencial; ao contrário, rompe com a relação de contigüidade. Parece funcionar como marcador juntivo, unido duas proposições, numa relação lógica de oposição. Essa diversidade no uso de **agora** parece não ter sido levada em questão pela gramática tradicional, que classifica o termo como advérbio de tempo.

Nos dados analisados, foram encontrados usos diversos do elemento **agora**, ora em função adverbial (dêitico > fórico), ora com função diferenciada dentro do texto. No exemplo (1) citado anteriormente, como se viu, **agora** tem valor temporal; já no exemplo (2) perde o valor temporal original e assume a função de integrar argumentos em favor do assunto que está sendo tratado, e passa a ter um valor semelhante a “mas”, o que leva à consideração de que, nesse caso, **agora** é um marcador juntivo, ou um operador argumentativo.

Martelotta (1996) define operadores argumentativos como elementos que, além de desempenhar funções de caráter basicamente gramatical, dão uma orientação argumentativa ao discurso. Considera o autor que esses elementos são mais fixos na cláusula e têm função básica de organizar internamente o uso da língua e não de fazer referência a fatos do universo biossocial. Os operadores argumentativos podem desempenhar as seguintes funções:

1. fazer alusão a dados do texto já mencionados ou por mencionar, atuando como elementos anafóricos ou catafóricos;
2. ligar partes do texto, dando-lhes orientação lógica;
3. operar estratégias argumentativas, chamando atenção do ouvinte para elas.

Em referência a **agora**, os dados analisados mostram que esse elemento desempenha as funções b) e c) mencionadas por Martelotta. Isso pode ser

observado nos exemplos a seguir:

(3) com uma chuva assim fraquinha [essa chuva] essa chuva grossa que cai de uma vez aí enche lata, enche tudo: é uma beleza. **Agora** quando fica caindo aquele cai hoje, cai aquele mucadinho. Aí amanhã cai aquele mucadinho...

Nesse exemplo, **agora** funciona como conectivo, proporciona uma relação lógica de oposição, é um operador argumentativo. A oposição que é feita é entre “quando cai chuva grossa é uma beleza” e “quando cai chuva fina é ruim”.

(4) ele dão as coisa para a gente, depois pode, até expulsar a gente, a gente não ter pra onde ir. Não, prefiro ficar na minha mesmo. Não vou, não! (amamentando a filha) se eles me der, eu não vou. Eu quero um negócio, assim, meu, que eu posso falar se é meu. Aí, eu vou. **Agora** deles, eu não quero nada deles [se eles me der].

Em (4) a informante começa comentando o fato de alguém dar alguma coisa para ela, interrompe o comentário para fazer uma reflexão sobre sua preferência de Ter algo que fosse somente dela mesma e retoma o comentário do início, utilizando o elemento **agora** para redirecionar o ponto da conversa. **Agora**, nesse caso, não apenas liga cláusulas, mas, também, serve para organizar a estratégia interativa; é um marcador argumentativo.

A observação desses usos de **agora** com valores diferenciados e a análise dos dados selecionados para este trabalho propiciam fazer a seguinte sistematização:

4.1. AGORA como dêitico temporal

4.1.1. Posição

Em sua função como dêitico temporal, o advérbio **agora** pode ocorrer em posições variadas dentro das sentenças:

a) antes de um SV

(5) Mas é que a luz **agora** se adiantou mais rápido, porque **agora** já tem até cabine para botar a luz pra dentro de casa. Falta só orelógio, não é? Mas a água, eu não sei nem quando eles vão botar a caixa....

b) entre um SN e um SV

(6) (Não), poderia viajar, mas por lazer não é? Eu, **agora**, vou viajar, eu pretendo ir à Europa.

c) depois de um SV

(7) eu nasci em sessenta e <se> dezessete anos, eu vou fazer. Aliás, já fiz até, porque eu entrei não vou fazer, porque eu vou fazer em maio **agora**. Nós estamos em abril.

d) início de oração

(8) Você recebe a carteira de identidade pelo correio (est) . Isso eu sei que é verdade. **Agora** mesmo, ó, eu comprei um livro para a minha filha, de medicina.

4.1.2 Co-ocorrência

Agora, em sua função temporal, pode aparecer sozinho ou vir acompanhado de outros elementos como *mas*, *então*, *aí*, *sim*, etc., como se pode observar nos exemplos a seguir:

(9) *Aí* passa sábado, domingo, *aí* apanha só segunda feira (balbucio). **Mas agora** está melhor. Porque de primeiro era uma falta d'água que a gente tinha que apanhar lá em baixo. Tinha que descer com lata, subir com lata, pegar bacia de roupa.

(10) (campainha do telefone) é, dá um tempo *aí* (barulho de gravador) **mas, aí, agora**, por causa do telefone, perdi o fio da meada, não sei por que razão.

(11) Uma série de fatores que vão juntando, para que você possa ser campeão. **Então, agora** (nós não) vamos querer que o Brasil, porque diz que é o melhor do mundo, ele diz que é o melhor, a gente diz, *mas* (a gente tem, você) realmente, você tem tendência a dizer que é o melhor, não é?

4.1.3 Delimitação temporal

Segundo Neves (1992), o advérbio **agora** (*hac hora*) não exprime momento ou período fisicamente delimitado, mas apresenta variação de abrangência, que pode reduzir-se a um mínimo (pontual), mas pode abranger um período maior ou menor, não só do presente *mas*, também, do passado ou do futuro, desde que toque o momento da enunciação ou se aproxime dele.

Em (12) e (13) abaixo, **agora** refere-se ao momento da enunciação (*agora* = neste momento), já em (14) **agora** estabelece uma abrangência de tempo que inclui um futuro e em (15) inclui passado e futuro próximos.

(12) Pede um, ai meu Deus, como é que (vozes) se diz o nome? Pede um esqueci (f) até esqueci **agora**.

(13) Nem quase não pára em casa comigo! Está aqui dentro de casa não sei

nem fazendo o quê **agora**.

(14) (Não), poderia viajar, mas por lazer, não é? Eu, **agora**, vou viajar, eu pretendo ir à Europa **agora**

(15) **Agora** está muito bom o morro (“Ele”) está ótimo, está bom demais.

Às vezes a delimitação do período de ocorrência do fato enunciado e sua relação de contemporaneidade com o momento da enunciação ganham maior precisão nas condições contextuais em que ocorre o advérbio (Risso 1993). É o caso de (16), em que **agora** aparece acompanhado do pontualizador “mesmo”, numa estrutura em que ocorre o verbo estar no tempo presente.

(16) Acabou o baile. É (vozes) uma arruaça. Tem vez que está calmo. **Agora mesmo** (inint) está calminho. Está uma beleza. A gente pode andar até de noite, como eu ando mesmo.

Risso afirma que uma característica da forma adverbial **agora** é que ela provê apoio à referência temporal na fala em curso, e informa que esse traço constante e necessário faz de **agora** uma unidade sistematicamente integrada no quadro de componentes evocadores do que Benveniste (1966) chama de “instância do discurso”: “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em fala por um locutor”(Benveniste 1966 – apud Risso 1993).

É esse atrelamento à instância do discurso que faz fundo comum que propicia associar **agora** a outros dêiticos correlatos pessoais (eu-meu), espaciais (aqui-lá-aí ...) ou temporais (hoje- ontem- amanhã.), no estabelecimento de indicações sintonizadas não com uma referencialidade bio-objetiva, em si mesma, mas com um ato concreto de produção discursiva, a que essas indicações retornam.

A autora cita, de novo, Benveniste, para afirmar que isso representa “um fato ao mesmo tempo original e fundamental que essas formas pronominais não remetam à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço e no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e refletem assim seu próprio emprego”.

Para reiterar tal afirmação, Risso cita, ainda, Schiffrin (1987), para destacar o valor temporal de **agora**, que se faz da seguinte maneira: a) como veículo de um tempo de referência e b) como expressão da proximidade no eixo proximidade/distanciamento, relativamente ao “eu” do locutor. É o eixo proximidade/distanciamento que é responsável pelo contraste não só entre dêiticos temporais (presente/passado: agora/então), mas, também, entre dêiticos pessoais (eu/tu) e espaciais (aqui/lá). Esses indicadores de proximidade apontam para o falante e para sua posição espacial e temporal, e assinalam a compatibilidade paradigmática de **agora** com unidades que indicam o aparato situacional da enunciação: “agora”, “aqui”, “eu”.

Já o tempo de referência (relação dêitica entre período de tempo configurado por uma proposição lingüística e o tempo de sua elocução) estabelecido por **agora** firma um parâmetro situacional, que liga o enunciado (proposição) com as circunstâncias da enunciação.

Neves (1992), referindo-se aos traços semânticos das circunstâncias de tempo de **agora**, relaciona cinco vieses semânticos no emprego de **agora** como dêitico temporal: a) agora = neste momento [conf. (12)]; b) agora = na época atual [conf. (15)]; c) agora = neste momento ou período, prolongando-se para o período imediatamente seguinte a este [conf. (14)]; d) agora = no momento/período imediatamente anterior a este [conf. (20)]; e) agora = nos últimos tempos [conf. (17)].

4.1.4 AGORA e o tempo verbal

Como dêitico temporal, a partir da observação dos dados selecionados, nota-se que **agora** ora aparece em oração com verbo no tempo presente, ou presente mais gerúndio, ora com a expressão indicativa de futuro (ir + infinitivo), ora com o pretérito. A afirmativa pode ser constatada nos exemplos transcritos abaixo:

(17) O morro **agora está** bom, está calmo à beça,...

(18) Chegava na hora, cadê a água? Nem água nem luz, nem nada. **Agora**, sim, **agora está melhorando**, o morro está legal.

(19) (Não), poderia viajar, mas por lazer, não é? Eu, **agora, vou viajar** eu pretendo ir à Europa.

(20) Você recebe a carteira de identidade pelo correio (est). Isso eu sei que é verdade! **Agora** mesmo, ó **eu comprei** um livro para minha filha, de medicina, então eu pedi pelo correio. Telefonei.

4.2 AGORA com valor conjuntivo

4.2.1 Na relação proposicional

No que diz respeito à relação proposicional, pode-se observar que o elemento **agora** liga partes de texto, estabelecendo orientações lógicas. Nesse caso, pode-se afirmar que funciona como conectivo, ligando cláusulas e relacionando-as dentro de relações, principalmente, de oposição.

Isso acontece na medida em que o elemento lingüístico **agora** passa a assumir novo valor, que emerge de contextos determinados em que um sentido novo pode ser inferido do sentido primeiro – é o mecanismo de pressão de informatividade.

Nos dados vistos, **agora** pode ser parafraseável por *mas*, conf (21); por outro lado, conf. (22).

(21) É, muita gente vai, **agora** eu não vou não. Tem uns dois ou três ano que eu não entro naquela quadra da vila pra nada.

(22) Não, não, não seria, (nisso daí não seria explicar) ele dá a notícia mais verdadeira, eu acho. Mais verdadeira do que a Globo, que a Globo é talvez, porque ela não queria sei lá, tem uma linha política dela e a Bandeirante também, não é? Cada um tem a sua linha e eu respeito a Globo, querer ser apenas informativo, não é? **Agora**, eu, no meu entender, eu gosto (mais) porque (hes) o Joelmir Beting que fala: porque acontece (sei lá) acontece, porque está acontecendo isso [por isso], [por isso] [por isso] por isso, então, você tem condição de aprender um pouquinho, não é?

4.2.2. Relações lógicas

Empregado com valor juntivo, o elemento **agora** manifesta-se basicamente estabelecendo relações de contraste, de ressalva e de contra-expectativa.

No estabelecimento da relação lógica de contraste, as cláusulas introduzidas por **agora** são contrastivas em relação ao que foi dito antes, como se vê nos exemplos abaixo:

(23) É muita gente vai, **agora** eu não vou não. Tem uns dois ou três ano que eu não entro naquela quadra da vila para nada.

(24) I- eles dão as coisas para a gente, depois pode até expulsar a gente, a gente não ter pra onde ir. Não, prefiro ficar na minha mesmo. Não vou, não! Se eles me der, eu não vou. Eu quero um negócio assim, meu, que eu posso falar se é meu. Aí eu vou. **Agora** deles, eu não quero nada deles [se eles me der].

E- [**Agora** (se fosse)] Se fosse no seu mesmo. Vai tudo para o seu nome, assim. Aí eu quero.

Quando **agora** estabelece relação de ressalva, parece que o melhor parafraseamento para esse elemento é "por outro lado". Isso pode ser conferido no exemplo (22) acima e em (25), (26) e (27) abaixo:

(25) com uma chuva assim fraquinha [essa chuva] essa chuva grossa que cai de uma vez aí enche lata, enche tudo: é uma beleza, **agora** quando fica caindo aquele cai hoje, cai aquele mucadinho, .aí amanhã cai aquele mucadinho.

(26) É porque, realmente, a mulher sempre foi, **agora** o homem é que não deixa, não é? (riso) o homem é que faz as leis, não é?

(27) Você falou que a sua filha, ela sempre falou muito bem, não é? **Agora** há uma todo [um] um posicionamento das pessoas mais velhas contra um linguajar dos jovens, dizendo que os jovens não falam mais, eles não têm uma linguagem correta.

Diferentemente da relação de contraste, na de contra-expectativa a oposição não se estabelece em relação ao que foi dito anteriormente, mas em relação à expectativa do ouvinte, ao que o ouvinte espera de acordo com o conhecimento de mundo partilhado. É o que se pode constatar nos exemplos abaixo:

(28) é muita gente vai, **agora** eu não vou não. Tem uns dois ou três anos que eu não entro naquela quadra da vila pra nada.

(29) você vai assumir, talvez, mas em relação à linguagem eu acho que não. **Agora** a gente muda, inclusive o nosso linguajar muda, não é? Eu acho, porque você está aprendendo a cada dia.

Em (28), o início da cláusula “muita gente vai”, leva à expectativa de que o falante também “vai”, mas ele rompe com o esperado pelo ouvinte, ao afirmar “*agora eu não vou não*”. O mesmo acontece em (29), a expectativa é de que as pessoas não mudam em relação à linguagem, mas o falante afirma: “*agora a gente muda*”.

4.2.3. Extensão do constituinte introduzido por AGORA

Quando funciona com valor juntivo, a extensão do constituinte introduzido por **agora** normalmente apresenta-se formado por mais de uma oração. Mas, também, ocorre em constituinte formado por uma só oração. Os exemplos abaixo mostram isso:

(30) É muita gente vai, **agora** [eu não vou não]

(31) Eu quero um negócio, assim, meu que eu possa falar se é meu. Aí eu vou. **Agora** [deles eu não quero nada deles]

(32) Mas eu sei lá, eu tenho vontade, assim, jogar para mim ganhar, **agora** [gastar meu dinheiro] [ir lá] [jogar] e [não ganhar nada] [eu fico com uma tristeza] ...

(33) **Agora** [eu não sei me controlar] [eu não fiquei controlada] [aí eu fiquei louca] [porque o moço ainda tentou me enganar]

Parece que, quando o constituinte introduzido por **agora** é mais extenso, como em (32) e (33) a intensidade da oposição criada entre as proposições é mais intensa, porque mais carregada de significação.

4.3 AGORA com valor discursivo

Chama-se marcador discursivo o elemento que, ligado ao processo de discursivização, assume funções mais voltadas para a orientação da interação.

Martelotta (1996) cita Risso, Silva e Urbano (1995): todo elemento de função textual “cumpr sempre uma função orientadora da interação, ainda que fragilmente”, para afirmar que é impossível estabelecer uma distinção nítida entre elementos de função eminentemente textual, como os operadores argumentativos, e de elementos basicamente interativos, como os marcadores discursivos.

O autor diz que há casos, entretanto, em que se percebe uma clara orientação por parte do falante para o ouvinte, ou deste para o falante, no uso de elementos como *né?*, *sabe?*, *certo?*, *uhn uhn*, entre outros. O uso desses elementos é feito pelos interlocutores com o objetivo de confirmar a recepção de informações: os falantes os usam com vistas a organizar a linearidade do discurso e os ouvintes para indicar que estão acompanhando as informações enviadas.

Para Martelotta, a trajetória de discursivização dos marcadores discursivos é desenvolvida no sentido de levar o elemento, num processo de abstração crescente, a assumir funções interativas, com funções de preenchedor de pausa, diferentemente dos operadores argumentativos, que tendem a ser provenientes de circunstanciadores espaciais e temporais por um processo de gramaticalização, em que ocorre a passagem do léxico à gramática.

Risso (1993), estudando o elemento **agora** em dados do Projeto NURC, classifica o funcionamento de **agora** em dois: a) como advérbio temporal e b) como marcador de estrutura tópica. Ao fazer isso, parece, a pesquisadora considera todo uso de **agora**, que não advérbio de tempo, como marcador de estrutura tópica. Não considera a divergência de uso de elementos deste tipo como operador argumentativo e como marcador discursivo, como faz Martelotta. O certo é que há casos em que parece possível detectar tal diferença, mas há outros em que tal distinção fica difícil.

Risso afirma que o elemento **agora**, ainda que mantenha posição de contigüidade em relação à sentença, antecipando-se geralmente a ela, assume absoluta independência sintática relativamente aos seus componentes. A autora justifica tal afirmativa, considerando que esse elemento exerce atuação relativamente a unidades discursivas quase sempre de âmbito mais abrangente, de tópicos e de segmentos de tópico. Na visão da autora, a eliminação desse elemento não traz prejuízos, de uma perspectiva estritamente sintática. No entanto, ressalva a pesquisadora, apesar da aparência descartável na fala, a exclusão desse elemento pode ocasionar a perda de dados “sobre a orientação que o falante dá a seu discurso, sobre a administração do tópico, sobre o controle da informação”.

A partir da ocorrência nos dados estudados, Risso distribui o uso de **agora** como marcador em dois grandes blocos: a) como articulador intertópico (abertura de tópico) e b) como articulador intratópico (relação entre proposições). Considera, ainda, com Schiffrin (1987), que **agora** tem um foco catafórico que direciona a atenção sobre aquilo que o falante está para dizer, ainda que seu pronunciamento tenha como referente a informação dada em um ponto anterior da fal. E, a propósito disso, lembra Marcuschi (1989), que se refere à bidirecionalidade de alguns marcadores conversacionais, e à possibilidade de serem considerados “como um tipo especial de dêiticos não muito estudados sob este ponto de vista”.

Mas, consideramos que, conforme o andamento deste estudo, há casos em

que **agora** parece atuar como operador juntivo, equivalendo a **mas** e proporcionando coesão na relação lógica entre proposições, e outros casos em que seu uso parece ter função predominantemente discursiva.

Encontramos nos dados analisados alguns empregos de **agora** com função que parece ser predominantemente discursivo:

(34) É, isso não acontece na Europa, não é? Você estava mostrando, assim, uma série de coisa, a gente não lembra, (est) não é? E a mulher chega na Europa, entra num (hes) boteco, que ela bem entender, na América, vai ver um filme de sexo sozinha. E nem por isso, ninguém agarra a mulher ali (risada). Respeito é muito maior, não é? (est). **Agora**, (nós não) é diferente, não é? Aquele negócio que eu estava falando, nós temos (hes) só quinhentos ano, não é? Até o homem advinhar isso, não é?

No trecho (34) acima, a função de **agora** parece ser principalmente de redirecionar o tópico conversacional. Conforme se pode observar numa extensão maior do texto (cf. dados anexos), toda a conversa girava em torno da liberação da mulher para os campos profissionais. Depois tratou-se do assunto discriminação da mulher e foram feitas comparações entre a situação da mulher na Europa e nos Estados Unidos. O informante parece querer dar finalização ao assunto e o faz com uma estrutura introduzida por **agora**.

O mesmo parece acontecer em (35):

(35) E- Meu marido trabalha por conta própria, em três anos, ele teve dez dias de férias, só (riso).

F- É, mas não é? (hes) você vê é o cúmulo. (Vou) reportar, aqui, outra vez, o meu caso, é? Eu devia pegar esses trinta dias e <di>: bom, vou aproveitar esses trinta dia, não é? Não (eu) não vou, eu vendi de acordo com a lei nova, vendi meus dez dias que eu tenho direito, vou fazer só vinte dias de férias. Então, com esses dias, <vinte> dez dias, que eu vou receber eu consigo, talvez, é

E- Financiar

F- Financiar um pouco, não é? O resto, você tem que tirar de outro lugar. Você teve que economizar, teve que fazer qualquer coisa, não é?

E –**Agora**, Maró diz que a vida, na América, é muito mais facilitada do que a vida na Europa. Você concorda com isso?

Já em (36) a seguir, o uso de **agora** parece ter a função de reformular o pensamento. A significação do marcador **agora** parece ser a de; agora = nesta altura da conversa e, por consequência, nesta altura do texto.

(36) F – Pra mim, é bom. Pra mim é bom. Eu tento entender o máximo possível. Muita coisa a gente não entende, não é? Não quer entender. Esse problema aí, a Sandrinha que é a mais nova, que faz medicina, foi estudar em

Volta Redonda, não é? Se eu fosse um pai quadrado (quer dizer) eu relutei inicialmente. Porque (né) a gente, é aquele negócio, não é? Inicialmente, você, mas, depois, você tem que pensar, pelo menos, um <p> isso não quer dizer que a gente não é não vai admitir, não é? (est) (hes) Não quer dizer que eu tenha relutado, (gaguejo) (est) pelo menos, ela ia morar longe, não é? É diferente, não é? E, ela disse que, para ela, foi uma experiência de vida.

E – Muito boa

F – Excelente, (nquem) ela acha que tudo quanto era mulher não, [eu], **agora**, estou sendo machista hein! (riso). Tudo quanto é jovem devia de mrar sozinho, para sofrer uma experiência, quer dizer, ela sofreu essa experiência, não é?

5. Considerações finais

A análise do emprego do elemento **agora** nas transcrições de dados de fala do Projeto PEUL, à luz dos fundamentos teóricos sobre o fenômeno da gramaticalização, levou à percepção de que esse elemento atua na construção dos textos falados, principalmente, dentro de três configurações: com valor temporal, com valor juntivo e com valor discursivo.

No seu valor dêitico temporal, **agora** veicula relação de proximidade temporal do fato evocado com a fala do locutor. Essa proximidade temporal atinge um grau de abrangência que pode incidir, também, sobre o passado ou sobre o futuro, tocando presente ou se aproximando dele.

Operando com valor juntivo, **agora** une proposições, estabelecendo relações lógicas entre proposições. Essas relações parecem ser, fundamentalmente, relações de oposição, que se fazem, principalmente, por contraste, por ressalva e por quebra de expectativa.

Já no seu emprego com valor discursivo, **agora** parece atuar na organização do discurso, como introdutor de tópico, na orientação do ouvinte em relação ao que é falado.

Do uso lexical ao uso gramatical parece haver o apagamento da noção de circunstância cronológica do fato a que o advérbio se refere e a atuação sobre a enunciação, referindo-se sobre o tempo do discurso, estabelecendo uma relação de dependência argumentativa (valor juntivo) ou de sucessividade discursiva (valor discursivo).

Assim, podemos desenhar a trajetória de gramaticalização de **agora** da seguinte maneira: agora – temporal > agora – textual > agora – discursivo. No decorrer dessa trajetória em diferentes usos, pode-se perceber, numa jornada do concreto para o abstrato, o desbotamento da significação temporal.

Consideramos que este tipo de estudo sobre gramaticalização propicia uma observação mais apurada dos fenômenos de mudança de status lingüístico de termos na construção de textos falados e, ainda, uma percepção da noção de que "gramática é uma estrutura maleável (Bolinger – 1967 apud Martelotta 1996), que

constitui um sistema formado por regularidades, que decorrem de pressões de uso, que são decorrentes de necessidades pragmáticas.

Referências

- HEINE, B. et al. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago. Univ. Chicago Press. 1991.
- HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge. Cambridge Univ. Press. 1993.
- HOPPER, P. **Some recent trends in grammaticalization**. Annu. Rev. Antropol. 25, 1996.
- KOCH, I. (org) **Gramática do português falado. 2 ed.** Campinas. UNICAMP/FAPESP. 1997.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Marcadores conversacionais do português brasileiro: **formas, posições, funções**. In: CASTILHO ^a T. (org) **Português culto falado no Brasil**. Campinas. UNICAMP. 1989.
- MARTELOTTA, Mário. et alii. **Gramaticalização no português**: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1996.
- MOLLICA, Maria C. & MARTELOTTA, Mário. **Análises lingüísticas: A contribuição de Alzira Macedo**. Rio de Janeiro. UFRJ/Faculdade de Letras. 2000.
- NEVES, Maria Helena Moura. **A gramática funcional**. São Paulo. Martins Fontes. 1997.
- NEVES, Maria Helena Moura. Advérbios circunstanciais. In: ILARI, R. (org) **Gramática do português falado: A ordem**. Campinas. UNICAMP/FAPESP. V. 1. 1992.
- PAIVA, Maria da Conceição (org) **Amostras do português falado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro**. UFRJ/ Faculdade de Letras. 1999.
- RISSO, Mercedes. O articulador discursivo "então". In: CASTILHO, A. & BASILIO, M. (orgs) **Gramática do português falado**. Campinas. UNICAMP/FAPESP. 1996.
- RISSO, M. S. "Agora... o que eu acho é o seguinte": um aspecto da articulação do discurso no português falado. In: CASTILHO, A. T. (org) **Gramática do português**

falado. Campinas, UNICAMP/ FAPESP. V. 3. 1993.

_____. et al. Marcadores discursivos: Traços definidores. In: KOCH, I. (org). **Gramática do Português falado**. Campinas. UNICAMP/ FAPESP. 1997.

SCHIFFRIN, D. **Discourse markers**. Cambridge University Press. 1987.

TRAUGOTT, E. e KÖNIG. "The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited". In: TRAUGOTT, E. e HEINE, B. (eds) **Approaches to grammaticalization. V.2**. Amsterdam. Benjamins. 1991.

De “vossa mercê” a “cê”: os processos de uma mudança em curso

Edenize Ponzo Peres*

Resumo:

Este trabalho apresenta alguns aspectos relacionados à mudança que se verificou na forma de tratamento “Vossa Mercê”. De forma cortês para o tratamento ao rei de Portugal, nos séculos XIV e XV, essa expressão foi-se popularizando e, ao mesmo tempo, perdendo substância fonética, dando origem ao pronome “você” e às formas “ocê” e “cê”. Por sua vez, a distribuição sintática das três formas mostra-se irregular, ou seja, cê é mais freqüente como sujeito, ao passo que você e cê são mais freqüentes nas funções de objeto de verbo e de objeto de preposição. Entretanto, embora com pouquíssima freqüência, a forma cê começa a aparecer nestes dois últimos ambientes, o que pode indicar uma expansão de seu uso. Assim, neste trabalho será apresentada a hipótese de espraiamento da forma inovadora cê para outros contextos, antes exclusivos das outras duas formas, e serão discutidos os aspectos lingüísticos e extralingüísticos envolvidos nessa mudança.

Palavras-chave: mudança lingüística, pronomes de tratamento.

ABSTRACT:

This paper presents aspects related to the change that the “Vossa Mercê” form has been through. This expression was first used in the XIV and XV centuries when people had to talk to the Portuguese King. As time passed by, it not only became popular, but it lost its phonetic charge giving birth to the pronoun “você” and to its variants “ocê” e “cê”. It is interesting to notice that these three forms have an irregular syntactic distribution: “cê” is more frequently used as a subject, whereas você and cê seem to function as objects of verbs and prepositions. However, not very often, the same has occurred with “cê”, what may indicate an increase in its use. To sum up, this work presents a hypothesis of enlargement of the innovative use of “cê” in other contexts, which were particularly used in the other two forms. It also discusses linguistic and extra linguistic aspects related to this change

Keywords: linguistic change, pronoun

Introdução

Este trabalho tem por objetivo delinear a trajetória da forma de tratamento Vossa Mercê até os dias atuais, descrevendo a relação entre os aspectos lingüísticos e extralingüísticos envolvidos nessa mudança.

Para a análise atual das formas você, ocê e cê, utilizaram-se 1453 dados obtidos através de entrevistas sociolingüísticas com 47 belo-horizontinos, divididos em gênero (masculino e feminino), duas classes sociais (média e baixa) e cinco faixas etárias (de 08 a 11, de 12 a 15, de 16 a 30, de 31 a 47 e acima de 47 anos). Além desses fatores extralingüísticos, na pesquisa foram analisados seis fatores lingüísticos que poderiam exercer influência quanto ao uso das três formas:

* Professora Doutora de Departamento de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo

a função sintática que exercem nas orações, se recebem foco ou ênfase, o tipo de referência – definida ou indefinida – que expressam, o tipo de oração em que as formas aparecem, sua posição em relação ao verbo – contíguas ou não-contíguas, e se elas podem ou não vir topicalizadas na oração.

Os resultados, que aparecem em Peres (2006), mostram que, atualmente, a forma *cê* é a mais utilizada pelos belo-horizontinos, vindo, em segundo lugar, *você* e, em terceiro, com poucas ocorrências, a forma *ocê*. Esses dados podem ser mais bem visualizados na Tabela 1, abaixo, extraída de Peres (2006, p. 117).

TABELA 1
Total de ocorrências de *você*, *ocê* e *cê*

Formas	Ocorrências	%
Você	342	23,5
ocê	56	3,9
Cê	1055	72,6
Total	1453	100

Entretanto, a forma inovadora *cê* não tem uma distribuição sintática uniforme: nas funções de objeto de verbo (objeto direto) e de objeto de preposição (objeto indireto), sua ocorrência é ínfima. A Tabela 2, abaixo, adaptada de Peres (2006, p. 119) apresenta esses resultados.

TABELA 2
Distribuição de *você*, *ocê* e *cê*, conforme a Função Sintática

FUNÇÃO SINTÁTICA	VOCÊ		OCÊ		CÊ		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
<i>Sujeito</i>	312	22,4	35	2,5	1049	75,1	1396	96,1
<i>Objeto de verbo</i>	04	33,3	05	41,7	03	25,0	12	0,8
<i>Objeto de preposição</i>	26	57,8	16	35,5	03	6,7	45	3,1
TOTAL	342	23,5	56	3,9	1055	72,6	1453	100

As frases em que a forma *cê* aparece exercendo essas funções são:

a) Objeto de verbo:

(E 117) Eu vou matar *cê*, fdp!

(E 142) Dinheiro sujo te leva *cê* à morte.

(E 614) *Cê* vai assistir o futebol *cê*... nego te arrasta *cê* lá dentro.

b) Objeto de preposição:

(E 182) ... guardar aquilo ali p'*cê*, dentro de si.

(E 683) Eu vou com *cê*.

(E 734) Xô [Deixe eu] perguntar p'*cê*.

Neste trabalho, será feita uma breve exposição do fator lingüístico “função sintática” e dos fatores extralingüísticos que incidem sobre os resultados acima. Entretanto, inicialmente, será feita uma explanação sobre as formas de tratamento desde o latim até seu uso atualmente em Portugal e no Brasil.

1 As formas de tratamento do latim ao português antigo

No latim, para as formas de tratamento, havia os pronomes tu – para um tratamento informal a um único interlocutor – e o uos (vós), usado em dois casos: (i) para a referência direta a mais de um interlocutor e (ii) para o tratamento respeitoso a um único interlocutor.

Ao lado dessas formas, no latim também se usava a forma indireta de referência, pela qual se expressavam as qualidades morais e o status social do ouvinte. Assim, os imperadores romanos não eram tratados simplesmente por uos, mas sim por Uestra Maiestas¹⁷, com o verbo na terceira pessoa do singular, destacando-se sua importância naquela sociedade.

Por outro lado, em Portugal, no início, a situação era diferente. Nos primeiros tempos da monarquia, o rei mal se distinguia dos outros nobres, já que seu poder não era suficientemente forte para destacá-lo, e os riscos das guerras contra um inimigo comum e a familiaridade imposta pela vida militar aproximavam-no de seus vassallos. É a partir do século XIII que o rei começa a distinguir-se das outras classes e somente no século XV ele consegue eliminar qualquer autoridade contrária à sua.

Nesse início – século XIII –, o soberano era tratado por vós. Entretanto, aos poucos, outras formas de tratamento foram surgindo, e o pronome vós foi lentamente sendo substituído pelas formas “Vossa + Nome”. As formas de tratamento com essa estrutura, como Vossa Mercê, por exemplo, foram introduzidas na língua portuguesa no século XIV e, especialmente, no XV. Cintra (1972, p. 18) afirma que a expressão Vossa Mercê aparece pela primeira vez nas Actas das Cortes, em 1331, pronunciada principalmente por castelhanos para dirigir-se a seu rei ou ao rei de Portugal.

Não há um consenso, porém, sobre esse dado. De acordo com Luz (1956, p. 300; 359), a expressão aparece duas vezes nas cortes de 1331, mas é provável que já existisse antes dessa época. Segundo Cintra (1972, p. 17), até o século XIV, “notamos antes de mais nada a total ausência de tratamento de tipo nominal”. No entanto, Faraco (1996, p. 60) afirma que, em textos de Fernão Lopes, sobre o período de 1357 a 1433, os aristocratas já se tratavam por Vossa Mercê. Por outro lado, Ali (1976, p. 93) e Nascentes (1956, p. 115) afirmam que, no século XIV, Vossa Mercê ainda não se havia cristalizado como expressão pronominal.

Se não há um total consenso com relação à data do surgimento de Vossa Mercê, alguns autores, como Faraco (1996, p. 58) e Cintra (1972, p. 19), concordam

¹⁷ Faraco (1996, p. 58) cita ainda Uestra Serenitas, Claritudo, Excellentia e Alternitas, como formas de tratamento ao imperador.

com o fato de que a forma foi importada do castelhano *Vuestra Merced* e era usada para a referência ao rei. De acordo com Lopes (2003, p. 1-2), o tratamento com *merced* já podia ser encontrado em textos espanhóis do século XIII, tendo surgido, assim como em Portugal, em virtude da decadência do uso de *vós* como tratamento de cortesia.

Desse modo, assim como no Império Romano o imperador era nomeado indiretamente, tomando-se por base sua importância dentro da sociedade, em Portugal, igualmente, o tratamento ao monarca era indireto, fazendo-se referência a sua generosidade e a seu poder de conceder favores, graças, proteção, justiça etc.

Esse tratamento diferenciado para o rei se justificava socialmente. A partir do século XII, Portugal e outros países da Europa começaram a sofrer profundas transformações econômicas, políticas e sociais. O crescimento das atividades artesanais e comerciais nas cidades originou o fortalecimento da burguesia, que começou a ter, a partir de 1254, representantes nas Cortes, assim como a nobreza e o clero (FARACO, 1996, p. 55-6).

A ascensão da burguesia e o conseqüente enfraquecimento da nobreza feudal – juntamente com o fato de Portugal transformar-se numa grande potência mundial, graças às grandes descobertas e ao comércio marítimo – originaram fortes mudanças na vida social e cultural da Corte e, principalmente, transformaram o rei numa figura única. Houve, assim, a necessidade de se destacar essa importância, o que fez com que o tratamento dispensado ao rei fosse também único. Portanto, *vós* já não era suficiente para nomeá-lo, surgindo então as formas nominais de tratamento.

No início, era *Vossa Mercê* a forma mais usual para alguém se dirigir a ele, mas logo outras concorrentes a suplantaram: primeiramente *Vossa Senhoria*, vindo depois *Vossa Alteza*¹⁸ e, finalmente, *Vossa Majestade*. Conforme Luz (1956, p. 320), estas três últimas formas evidenciam outras qualidades do rei, “mais conformes com a nova concepção da dignidade real”; por isso substituíram *Vossa Mercê*, por exprimirem melhor sua magnificência.

O declínio de *Vossa Mercê* para o tratamento real deveu-se à expansão de seu uso para outras figuras da aristocracia portuguesa: os filhos do rei, o condestável, duques de alto estado e condes. Posteriormente, passou a ser usado como tratamento para a burguesia, chegando, por fim, a significar um tratamento respeitoso para qualquer português a quem não se poderia tratar por *Vossa Senhoria*, por tu (considerado bastante íntimo) ou por *vós*.¹⁹ *Vê-se*, assim, como os fatores

¹⁸ De acordo com Luz (1956, p. 324-34), o primeiro exemplo conseguido da forma *Vossa Senhoria* é de 1434; *Vossa Alteza* aparece nas obras de Fernão Lopes (escrivão de D. João I e do infante D. Duarte, que teria nascido em 1380 e morrido em 1460); e o exemplo mais antigo conseguido de *Vossa Majestade* é de 1442.

¹⁹ *Nascentes* (1956, p. 117) afirma que, no estilo oficial, o tratamento de *Vossa Mercê* perdurou até 1889.

sociais exercem influência sobre a língua. Sendo esta inerente a uma sociedade, seu uso reflete as experiências sociais de uma comunidade, suas crenças e sua estrutura social.

Cintra (1972, p. 25-36) assim descreve a decadência de Vossa Mercê:

A fórmula Vossa Mercê, inicialmente aplicada ao rei e à rainha, foi posteriormente destronada desse cargo – no qual foi substituída por, sucessivamente, Vossa Alteza e Vossa Majestade. O honorífico decadente passou a ser aplicado à nobreza, depois à burguesia, e continuou a descer na escala social, circulando em variantes morfofonológicas tais como vossancê e você, a última emergindo no século XVII, e chegou, principalmente em Portugal, ao extremo de ser percebido como ofensivo em certas camadas da população.

Ao mesmo tempo em que Vossa Mercê baixava na escala social, essa forma, por ser repetida a toda hora e por todo mundo, sofreu transformações fonéticas, como será visto a seguir²⁰.

2 A forma você na língua portuguesa

Em Portugal, à época da colonização do Brasil, a partir do século XVI, o uso tanto de Vossa Mercê quanto de vós pela população das classes mais baixas – de onde saiu a maior parte de nossos colonizadores – estava já em declínio, ao passo que a simplificação fonética de Vossa Mercê estava adiantada, ocorrendo as variantes dessa forma ao lado do pronome tu.

De acordo com Menón (2000), embora não se saiba ao certo que tipo de português era falado aqui no início do período da descoberta, pode-se pensar que essa situação lingüística foi trazida para o Brasil pelos colonizadores. Estes vieram de todas as partes de Portugal, o que deu origem a uma grande diversidade de dialetos convivendo juntos. Entretanto, rapidamente essa diversidade foi neutralizada, tendo o nosso falar perdido alguns dos traços mais marcantes do português lusitano, diferenciando-se deste.

Além disso, essas diferenças lingüísticas entre a metrópole e a colônia tenderiam a aumentar rapidamente, visto que aqui não havia escolas nem imprensa, ficando a educação a cargo apenas dos jesuítas. Assim, como afirma Menón (2000, p. 131),

Sem escolas para impingir normas e corrigir erros, sem imprensa para fixar visualmente padrões empregados na escrita, a língua poderia perfeitamente ter se modificado mais rapidamente que em Portugal no tocante ao uso de vosmecê, sobretudo na grande massa da população.

²⁰ Luz (1956, p. 271) afirma: “... as fórmulas de tratamento cortesês são expressivas, por vezes exageradas, e o valor expressivo das palavras atenua-se rapidamente, pelo uso frequente que dela se faz.”

Segundo essa autora, o uso mais longínquo de você é da década de 1880, em cartas oriundas de Minas Gerais, donde se conclui que, na língua oral, essa forma já existia há muito mais tempo.

A forma você e outros pronomes de tratamento no PB, em textos escritos do século XIX, foram alvo de diversas pesquisas. Os dados de Salles (2001), por exemplo, mostram que, de um total de 595 ocorrências de tratamentos de terceira pessoa, apenas 37 foram de você e três de vosmicê – a variante culta de você –, tendo essas duas formas sido usadas nas relações entre iguais, ou seja, hierarquicamente simétricas.

Outros trabalhos sobre o uso de formas de tratamento em peças teatrais portuguesas (LOPES, 2003), cartas escritas no Brasil²¹ (LOPES e DUARTE, 2004) e peças brasileiras e portuguesas (LOPES e DUARTE, 2003) atestam que o uso das formas de tratamento e dos pronomes obedecia à estrutura social vigente aqui e lá, e ao grau de intimidade existente entre os interlocutores.

Em relação aos pronomes tu e você no Brasil, estas duas formas coexistiram por muito tempo, embora, até o século XIX, houvesse o predomínio de tu. Entretanto, nas décadas de 20 e 30 do século XX, essa coexistência desaparece, predominando o uso quase exclusivo de você. Vê-se, assim, o surpreendente crescimento dessa forma em apenas poucas décadas. Atualmente, a predominância de você com relação a tu, no Brasil, é incontestável. Este último pronome é usado (às vezes com o verbo concordando com a terceira pessoa do singular, como em “Tu fez”, “Tu quis” etc.) principalmente na Região Sul (em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e numa minúscula área do Paraná) e em algumas áreas do Nordeste e do Norte do país. Em todo o restante do país, acontece o uso de você.

Situação distinta acontece com o você no português europeu, atualmente. Lá, ainda hoje, tu é o pronome normalmente usado para o tratamento íntimo (CINTRA, 1972, p. 14-5; FARACO, 1996, p. 63-4; MENÓN 1995, p. 95), destinando-se o pronome você ao tratamento de superior para inferior, inclusive de idade, e ao tratamento entre iguais, mas de quem se quer manter uma certa distância (SANTOS, 1985, p. 2).

Uma das diferenças mais marcantes quanto ao uso de você no Brasil e em Portugal é sua conotação negativa lá, ao contrário daqui. Oliveira (1996, p. 132), em seu estudo sobre a avaliação das formas de tratamento por estudantes da Universidade de Évora, verificou que os informantes valorizam mais o tratamento “o vizinho/a vizinha” que você. Porém, ao que parece, a conotação de você está mudando, em Portugal: seu sentido depreciativo está desaparecendo, e “você aparece adotado como tratamento afectuoso, mais íntimo do que tu” (CINTRA, 1972, p. 40-1).

²¹ A amostra é constituída de cartas de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Bahia, escritas nos séculos XVIII e XIX.

3 As formas *ocê* e *cê* na língua portuguesa

São poucos os autores que fazem referência ao uso das formas *ocê* e *cê*. Dentre eles, no português do Brasil, Nascentes atestou a existência de *ocê* em Minas Gerais e em Goiás, fazendo uma rápida menção à existência da forma *cê*: “Aparece numa frase típica do linguajar da malandragem. Quando um malandro se lembra de ameaçar outro, este responde *Cê é besta. Existe em Goiás*” (1956, p. 119).

Se a forma *cê* é registrada como sendo de uso da “malandragem”, pode-se deduzir que, em 1956, o uso de *cê* – na zona urbana, pelo menos, – não era usual como é atualmente. Por outro lado, Amaral (1976) e Salles (2001) citam *ocê* e *cê* como variantes de *Vossa Mercê* já em 1920. E, como afirma Salles (op. cit.), se em 1920 a forma *cê* foi atestada, pressupõe-se que ela já existisse no século XIX.

Paredes Silva (1998) atesta que, em 1990, na cidade do Rio de Janeiro, a forma *cê* já suplantava *ocê* e a forma zero, ou seja, o sujeito nulo: enquanto *cê* representava 38% do total de ocorrências de seu corpus, na função sujeito, *ocê* representava 32% e zero, 30% (p.128).

Outros estudos também atuais atestam que *ocê* é bastante usado na região de São Francisco, Minas Gerais, (COELHO, 1999) e que a forma *cê* suplanta *ocê* em Belo Horizonte e Ouro Preto (RAMOS, 1997 e 2000, respectivamente). Os dados de Peres (2006), conforme se viu na Tabela 1, acima, corroboram os encontrados por Ramos: a ocorrência da forma *cê*, em Belo Horizonte, na língua falada, é bastante superior a *ocê*, em todas as faixas etárias analisadas, sendo que o número de ocorrências de *ocê* é muito pequeno.

Por outro lado, a Tabela 2 mostra fatos curiosos a respeito da forma *cê*: um deles é a sua ausência – ou quase – em contextos em que *ocê* e *ocê* ocorrem normalmente na língua falada em Belo Horizonte. Um outro fato interessante é a presença quase nula da forma *cê* na língua portuguesa falada em outros países que não seja o Brasil, como se pode perceber pelo “descaso” com que ela é tratada por grande parte dos autores que estudaram as formas de tratamento na língua portuguesa. Uma razão para a pouca ocorrência de *cê* fora do Brasil pode ser o fato de o pronome *ocê* ser menos usado que *tu*, pois, sabe-se que a frequência de uso tende a favorecer a redução dos vocábulos.

4 A evolução de *Vossa Mercê*

A forma de tratamento *Vossa Mercê* substituiu o pronome de tratamento *vós*, empregado em sinal de distinção à figura real ou a algum membro da nobreza. Já no século XVIII, o uso de *vós* para a referência a um único interlocutor cai em desuso e praticamente desaparece no fim do século XIX (LOPES, 2003, p. 12). Com relação à forma *Vossa Mercê*, esta surge na primeira fase do século XVIII, sofrendo um declínio acentuado a partir do fim desse século.

Mas a anterior generalização do uso de Vossa Mercê trouxe o aumento da freqüência dessa expressão, o que, de acordo com os estudos de Fidelholtz (1975), Phillips (1984 e 2001) e Bybee (2001 e 2003), gera mudanças sonoras. No caso específico de Vossa Mercê, por ser uma expressão um pouco longa, acabou sofrendo uma simplificação fonética resultante da redução de segmentos e sílabas átonas, originando diversas variantes. Nascentes (1956, p. 119-121) aponta dezoito registros de formas simplificadas de Vossa Mercê, além de você, podendo haver mais:

Cê, mecê, mincê, ocê, oncê, sucê, suncê, vacê, vainicê, vancê, vansmincê, vassuncê, voncê, vosmecê, vossemecê, vosmincê, vossuncê, ucê.

Apesar de algumas dessas formas ainda existirem, especialmente nos dialetos rurais do Brasil (AMARAL, 1976; ALI, 1976; COELHO, 1999) e de Portugal (OLIVEIRA, 1996; COOK, 1997), foi a forma você que se fixou na língua portuguesa, transformando-se em pronome de tratamento. O primeiro registro da forma você aparece em texto do Padre Francisco Manuel de Melo, publicado em 1644 (RAMOS e OLIVEIRA, 2002)²², e vai aos poucos ganhando espaço. Atualmente, a forma você é usada na maior parte do país.

5 Os fatores lingüísticos e extralingüísticos envolvidos na mudança

Finda essa exposição, será analisado, agora, o processo lingüístico que envolve a mudança dessas formas. Uma mudança não é um fato isolado, mas ocorre dentro de um contexto lingüístico e social, e a mudança de Vossa Mercê para você não é diferente. Cabe, então, correlacionar as origens dessa mudança a esses contextos, a fim de analisá-la mais amplamente.

Primeiramente, pode-se dizer que a mudança lingüística originou-se de mudanças sociais, as quais influenciaram o uso de Vossa Mercê. Como aponta Lopes (2003, p. 20):

... a gramaticalização²³ de Vossa Mercê>você não foi um processo isolado, mas uma consequência de uma mudança encaixada lingüística e socialmente. Há uma emergência gradativa de formas nominais de tratamento que passam a substituir o tratamento cortês vós, a partir do século XV em português, num primeiro momento pela ascensão da nobreza e mais tarde da burguesia, que exigia tratamento diferenciado. Essa propagação, que começa de cima para baixo, se dissemina pela comunidade como um todo e as formas perdem sua concepção semântica inicial, gramaticalizando-se – algumas de forma mais acelerada que outras, como é o caso de Vossa Mercê>vosmecê>você.

²² Faraco (1996, p. 63) cita uma outra data para o surgimento de **você**: 1666.

²³ Gramaticalização é um processo de mudança lingüística em que uma palavra isolada vai perdendo **status**, transformando-se, cada vez mais, em um elemento preso, dependente de outra palavra. As etapas da gramaticalização são: item com significado lexical > item gramatical > clítico > afixo flexional.

Uma consequência extremamente importante do processo de gramaticalização de Vossa Mercê > você é o rearranjo da estrutura da língua, especialmente de seu sistema pronominal, como aponta Lopes (2003). Em primeiro lugar, você entrou na língua portuguesa na sua forma plural, no lugar de vós, que caiu em desuso. Porém, por se haver originado de uma forma nominal – Vossa Mercê –, que fazia a concordância com a 3ª pessoa, você também passa a ter esse comportamento, mesclando a 2ª pessoa com a 3ª. O resultado desse quadro é que, numa língua de sujeito nulo, como era o PB, formas como “amava”, “partia” etc. serviam tanto à primeira pessoa quanto à segunda. Portanto, para desfazer essa ambigüidade, o falante sentiu a necessidade de explicitar o sujeito de suas frases, levando o PB a tornar-se uma língua de sujeito pleno.

Em segundo lugar, essa combinação da 2ª pessoa com a 3ª alterou o uso dos possessivos e dos pronomes-complemento. Assim, ao lado de teu(s)/tua(s), encontramos seu(s)/sua(s) e de você(s), e ao lado de te encontramos lhe, muitas vezes na mesma frase, como atestam cartas escritas no Brasil no século XIX (cf. LOPES e DUARTE, 2003, p. 10-11). Uma consequência direta deste último fato é que a forma dele passou a ser cada vez mais usada, para se evitar a ambigüidade gerada pelo possessivo seu, agora correspondente tanto à 2ª. pessoa quanto à 3ª.

Em terceiro lugar, essa “mistura” entre a 2ª. e 3ª. pessoas atingiu o imperativo, tornando possíveis frases como esta: “**Vem** pra Caixa **você** também”, veiculada na imprensa (cf. FARACO, 1996, p. 78)²⁴.

Por último, o PB adquiriu uma ordem mais rígida na sentença, o que representa um aspecto interessante do processo de gramaticalização de Vossa Mercê para você(s): esta última forma apresenta um comportamento sintático diferente de sua forma desenvolvida: enquanto Vossa Mercê apresentava maior mobilidade na frase, a forma você(s) começou a ocupar posições mais fixas na sentença, especificamente exercendo a função de sujeito pré-verbal (LOPES, 2003, p.19).²⁵ Uma outra característica desse processo de mudança da forma você é que, de expressar unicamente referência definida, ela passa a expressar também a referência indefinida.

O processo de gramaticalização pelo qual passou você, que o transformou em pronome, e a crescente obrigatoriedade do preenchimento do sujeito culminaram no aumento do uso da forma você, e essa freqüência levou-a a continuar seu processo de redução fonética, originando a forma cê.

Alguns trabalhos já realizados sobre a variação de uso de você, ocê e cê constataram que, ao contrário da forma você, a forma cê somente ocorria como sujeito pré-verbal e contígua üidade ao verbo, não aparecia recebendo ênfase

²⁴ Em Faraco (1996), há uma discussão sobre as consequências da entrada da forma você na língua portuguesa, especialmente no tocante ao imperativo. Consulte-se principalmente a 4ª seção, p. 65.

²⁵ Conforme aponta Lopes (2003a, p. 12), baseando-se em Hopper (1991), nos processos de gramaticalização, uma forma não substitui a outra imediatamente; durante um período de tempo, as duas convivem juntas na língua.

etc. Sendo estas as características lingüísticas dos clíticos, o fato de a forma *cê* apresentá-las levou alguns autores a lançarem a hipótese de que essa forma estaria continuando o processo de gramaticalização iniciado pela forma nominal *Vossa Mercê*: *cê* estaria tornando-se um clítico, sendo talvez, por ora, um pronome fraco.

Essa hipótese é justificável, tendo em vista os resultados dos corpora analisados por esses autores. Mas, por outro lado, outros dados, obtidos por meio de outros corpora, demonstram que *cê*, mesmo timidamente, aparece em contextos onde clíticos não apareceriam. Os dados de Peres (2006) e os de Coelho (1999), analisados por ela própria e por Barbosa (2005), demonstram que, embora seja pouco comum, *cê* exerce a função de objeto de verbo e de preposição, além de poder vir muito distante do verbo e receber foco ou ênfase. Então, como analisar o comportamento de *cê*? As poucas ocorrências dessa forma nessas situações seriam expressões pronunciadas por equívoco, saídas ao acaso?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que as mudanças lingüísticas propriamente ditas – chamadas *from below*, segundo Labov (1994) – ocorrem exatamente desse modo, ou seja, abaixo do nível de consciência dos falantes. Imagina-se, então, que os processos de mudança se iniciem dessa maneira, com esse tipo de inovações por parte dos que os iniciam.

Também é importante ter-se em mente que, no princípio, toda mudança é lenta. Assim, o processo que, em seu início, restringe a atuação de uma forma a determinados contextos, aos poucos permite o espraiamento de seu uso. Isso aconteceu com a forma *você*: inicialmente restrita à função de sujeito pré-verbal, foi aos poucos ampliando sua atuação para outros contextos. O mesmo sucedeu com os pronomes “*eu*” e “*ele*” (cf. Barbosa, 2005, p. 53) e “*you*”, no inglês (cf. Nevalainen, 2000, p. 262): no início, exerciam somente a função de sujeito, passando depois a exercer outras funções.

Há ainda um outro ponto a ser discutido sobre o comportamento da forma *cê*. Vê-se que os contextos em que ela é mais desfavorecida são aqueles em que exerce as funções de objeto de verbo e de objeto de preposição e em que recebe foco. E esses contextos têm um ponto em comum: são pouco freqüentes, com uma pequeníssima porcentagem de ocorrência, ou seja, são marcados. Omena (2003, p. 70) observa que os fatores não-marcados favorecem as mudanças, ao passo que os marcados tendem a restringi-las. Pode-se, então, aqui, estipular uma hipótese análoga: contextos marcados tendem a frear as mudanças, como já apontaram alguns estudos sobre mudança lingüística. Portanto, pode-se pensar que a focalização e as funções sintáticas de objeto de verbo e de preposição, por serem marcadas, retardam a atuação da forma inovadora *cê*, mesmo ela já sendo a grande preferida da comunidade de Belo Horizonte, com mais de 70% do total das ocorrências.

Com relação a isso, é importante observar novamente o que diz Trudgill

(1988, p. 44-5), a respeito da expansão de uso das formas inovadoras, como é o caso de *cê*: estas, tendo alcançado quase o fim da mudança, quando chegam perto dos 100% de uso na fala espontânea, continuam a se expandir para outros contextos mais formais.

Assim, voltando aos poucos casos de uso de *cê* pelos informantes nesses contextos marcados, ou seja, pouco comuns, está claro que não se pode afirmar com certeza que eles sejam um princípio de mudança. Como apontam Hopper e Traugott (1993, p. 95): “... there is nothing deterministic about grammaticalization and unidirectionality. Changes do not have to occur.” (grifo nosso). Além disso, uma mudança, para acontecer, passa pela avaliação da comunidade. E, conforme estes autores apontam, no início, toda mudança é estranha; assim, os falantes podem rejeitar certas inovações. É a comunidade que determina o avanço ou o bloqueio das mudanças lingüísticas.

Entretanto, o aumento – mesmo muito modesto – das ocorrências de *cê* nesses ambientes e, também, esse uso sendo encontrado nas interações lingüísticas cotidianas, tanto em Belo Horizonte quanto em algumas cidades do Espírito Santo, como Vitória, Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim, podem indicar uma melhor avaliação e uma maior aceitação dos falantes para esse uso, indicando, assim, igualmente, um início de mudança, em que *cê* avança – lentamente, é verdade – para outros contextos, antes de uso exclusivo de *você* e *ocê*.

6 Conclusão

Em resumo, os dados encontrados em diversos estudos sociolingüísticos para as formas *você*, *ocê* e *cê* indicam que esta última está implementada, na comunidade de Belo Horizonte, sendo usada preferencialmente na função de sujeito, e que apresentou um avanço bastante pequeno nas funções de objeto de verbo e de preposição. Esse resultado sugere que pode haver uma continuação do processo de mudança originado em Vossa Mercê, sendo que *cê* pode estar seguindo a mesma trajetória pela qual passou o pronome *você*, ou seja, o uso de *cê* pode estar começando a expandir-se para outros contextos lingüísticos, antes exclusivos da forma padrão.

Com isso, vê-se que uma mudança na língua está diretamente relacionada à vida social da comunidade e ao uso que ela faz da língua e da forma inovadora - como sua avaliação com respeito a essa forma e a frequência de uso -, e não apenas aos fatores lingüísticos - como as restrições fonológicas e morfossintáticas às mudanças.

Referências

- ALI, Said M. **Investigações filológicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- BARBOSA, Lilliane P. Estatuto da forma cê: clítico ou palavra? 2005. 137f. **Dissertação de Mestrado**. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- BYBEE, Joan. Main clauses are innovative, subordinate clauses are conservative: consequences for the nature of constructions. In: BYBEE, J.; NOONAN, M. (Eds). **Complex sentences in grammar discourse: essays in honor of Sandra A. Thompson**. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 1-17.
- _____. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: RICHARD, Janda; BRIAN, Joseph (Ed.) **Handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602-23.
- CINTRA, Luís F. Lindley. **Sobre Formas de Tratamento na língua portuguesa**: ensaios. Lisboa: Horizonte, 1972.
- COELHO, Maria do Socorro V. Uma abordagem variacionista do uso de formas de tratamento no norte de Minas. 1999. 85 f. **Dissertação de Mestrado**. Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 1999.
- COOK, Manuela. **Uma teoria de interpretação das formas de tratamento na língua portuguesa**. Hispania, n. 80, p. 451-464, set. 1997.
- FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português; uma abordagem histórica. In: **Fragmenta**, Curitiba: Ed. da UFPR, n. 13, p. 51-82, 1996.
- FIDELHOTZ, James. Word frequency and vowel reduction in English. **Linguistic Society**. Chicago. V. 11, p. 200-213.
- HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1993.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change; internal factors**. Cambridge: Blackwell, 1994.
- LOPES, Célia R. S. **O quadro dos pronomes pessoais**. Rio de Janeiro, manuscrito. 2002.
- _____. Vossa Mercê > você e Vuestra Merced > Usted: o percurso evolutivo ibérico. **Lingüística**. ALFAL, v. 14, 2003a.
- LOPES, Célia R. S. e DUARTE, M. Eugênia L. De Vossa Mercê a você: análise da

pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, Silvia F. & MOTA, M. Antónia (Org.). **Análise contrastiva de variedades do Português**: primeiros estudos. RJ: In-fólio, 2003, p. 61-76.

_____. Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Comunicação apresentada no V Seminário do PHPB. Ouro Preto, UFOP/UFMG, 2004.

LUZ, Marilina dos Santos. Fórmulas de tratamento do português. **Revista Portuguesa de Filologia**. Coimbra, v. II. T. I, II, p. 256-363, 1956.

MENÓN, Odete P. S. O sistema pronominal do português do Brasil. **Letras**, Curitiba: Ed. da UFPR, n. 44, p. 91-106, 1995.

_____. Pronome de segunda pessoa no sul do Brasil: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira. In: **Letras de Hoje**. Porto Alegre/RS, v. 35, n.1, p. 121-164, mar. 2000.

NASCENTES, Antenor. O tratamento de “você” no Brasil. In: **Letras**. Curitiba/PR: Ed. UFPR, v.6, n.05, p. 114-122, 1956.

NEVALAINEN, Terttu. Mobility, social network and language change in Early Modern England. In: **European Journal of English Studies**. Swets & Zeitlinger, v. 4, n. 3, p. 253-264, 2000.

OLIVEIRA, Sândi M. de. Contribuição para um estudo comparativo de formas de tratamento em Espanha e Portugal. **Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera**. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1996, p. 123-139.

OMENA, Nelize Pires de. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia L. (Org.) **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003, p. 63-80.

PERES, Edenize Ponzo. O uso de “você”, “ocê” e “cê” em Belo Horizonte; **um estudo em tempo aparente e em tempo real**. 235 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

PHILLIPS, Betty. Word frequency and the actuation of sound change. **Language**, v. 60, n. 2, p. 320-342, 1984.

_____. Lexical diffusion, lexical frequency and lexical analysis. In: **BYBEE, J.; HOPPER, P. Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam: Benjamins, 2001. p.123-136.

RAMOS, Jânia. O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro. In: **DA HORA, Demerval (Org.). Diversidade lingüística no Brasil**. João Pessoa, PB: Idéia, 1997,

p. 43-60.

_____. O surgimento de um novo clítico no português brasileiro: análise quantitativa e qualitativa da forma *cê*. In: **GÄRTNER, Eberhard, HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (Ed.). Estudos de sociolingüística brasileira e portuguesa.** Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 181-189.

RAMOS, Jânia & OLIVEIRA, Marilza. Pronomes de segunda pessoa: uma abordagem diacrônica. **Comunicação apresentada na Reunião da ANPOLL**, Gramado, RS, 2002.

SALLES, Miguel. Pronomes de tratamento do interlocutor no português brasileiro: **um estudo de pragmática histórica. 2001. - 246 f. Tese (Doutorado em Lingüística)** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, Armindo dos. O tratamento por “você” e por “tu” nas relações de parentesco: o exemplo da Beira Baixa. *Jornal de Letras, Artes e Idéias*. Lisboa: Publicações Projornal, ano V, p. 168, 1985.

TRUDGILL, Peter. Norwich revisited: recent linguistic changes in the English urban dialect. *English World-Wide*. Amsterdam: **John Benjamins**, v. 9, n. 1, p. 33-49, 1988.

POLÍTICA EDITORIAL

REVISTA (CON) TEXTOS LINGÜÍSTICOS

- Publica estudos inéditos sobre fenômenos lingüísticos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.
- Os trabalhos são apreciados por dois membros do Corpo Editorial.
- Se necessário, será providenciada assessoria "ad hoc" de pareceristas.
- Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
- Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
- Os direitos autorais referentes aos artigos publicados serão concedidos automaticamente à REVISTA (CON) TEXTOS LINGÜÍSTICOS.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. Os artigos devem ser digitados em Word-for-Windows recente, fonte Arial, tamanho 12, espaço simples entre linhas e parágrafos; espaço duplo entre partes, ilustrações, etc., e sem numeração de páginas. Os textos devem ser configurados no formato A4.
2. Os trabalhos devem ser enviados em disquete e em três vias impressas, duas delas sem nenhuma informação que identifique a autoria. Na via identificada devem constar os seguintes dados:
 - Nome do(s) autor(es), com o sobrenome principal em maiúscula.
 - Nome da Instituição de origem.
 - Endereço completo, com telefone, fax e e-mail do autor, bem como informação da área em que se insere o trabalho.
3. Os artigos devem ter de 12 a 15 laudas, incluindo tabelas, ilustrações e referências bibliográficas. A primeira página deve incluir:
 - Título centralizado em caixa alta.
 - Nome do(s) autor(es), com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título, à direita, com um asterisco que remeterá ao pé da página para identificação da instituição a que pertence(m) o(s) autor(es).
 - Resumo em inglês (abstract) ou francês (résumé) para os textos escritos em português; em português para artigos escritos em língua estrangeira, com até 250 palavras. Colocar as palavras RESUMO e ABSTRACT / RÉSUMÉ, em caixa alta. Após o resumo e o abstract / résumé, acrescentar de 3 a 5 palavras-chave/ key words /mot chave.
 - Texto do artigo. Os sub-títulos devem ser postos sem adentramento, com letras maiúsculas apenas para as iniciais.
 - Referências bibliográficas, que devem seguir as normas da ABNT e devem conter somente as obras citadas no texto.
 - Anexos, caso existam, devem ser colocados antes das referências bibliográficas, precedidos da palavra Anexo, sem adentramento e sem numeração.

Os trabalhos devem ser encaminhados a:
REVISTA (CON) TEXTOS LINGÜÍSTICOS
COMISSÃO EDITORIAL

Departamento de Línguas e Letras
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Universidade Federal do Espírito Santo
Av. Fernando Ferrari, nº 514
Campus Universitário – goiabeiras
CEP 29075-910
Vitória – ES

Tel: 0 XX 27 3335 2801
Site: www.cchn.ufes.br/ppgel
E-mail: ppgel@cchn.ufes.br

i m p r e s s o
g r á f i c a
lisboa
www.graficalisboa.com.br